

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**CIDADES DE PORTAS FECHADAS:**  
A Intolerância Contra os Ciganos na Organização Urbana na Primeira República

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História por:  
Autora: Isabel Cristina Medeiros Mattos Borges.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi

**2007**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado

**CIDADES DE PORTAS FECHADAS:**  
A Intolerância Contra os Ciganos na Organização Urbana na Primeira República

Isabel Cristina Medeiros Mattos Borges

Juiz de Fora  
2007

## **AGRADECIMENTOS**

Costumávamos ouvir, e às vezes chegamos a reproduzir, durante a confecção dessa dissertação, a afirmativa de que a tarefa do pesquisador é sempre muito solitária. Trabalho encerrado e, com certeza, não compartilhamos mais dessa opinião.

Ao longo do período de aproximadamente três anos, entre a preparação do projeto final, a vinculação ao Programa de Mestrado da UFJF e o término dessa dissertação, fomos acumulando muito mais que horas de pesquisa em arquivos e páginas de leituras, mas, também contribuições de inúmeras pessoas com as quais, de certa forma, compartilhamos esse projeto.

Seja no ambiente acadêmico, familiar, ou no círculo de amizades, muitas colaborações se fizeram importantes, e algumas, indispensáveis, devem ser registradas, mesmo com a certeza de que as palavras apresentam inúmeras limitações para expressar sua relevância.

Para iniciar, agradeço à minha orientadora, Dra. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, que sempre depositou confiança em nosso projeto, e, com extrema competência e dedicação, proporcionou a ele diretrizes fundamentais para que o mesmo se transformasse em um trabalho acadêmico.

Gostaria também de registrar meu agradecimento à professora Ms. Vanda Arantes do Vale, do Departamento de História da UFJF, a quem dedico um carinho muito especial, já que a mesma, ainda nos tempos da graduação, foi a primeira a acreditar que um emaranhado de possibilidades e desafios que cercavam essa temática poderia se transformar num projeto de pesquisa, nos apresentando o “caminho das pedras” inicial para a viabilidade desse trabalho. Sem seu estímulo, confiança e sensibilidade, poderíamos, muito provavelmente, ter desistido antes mesmo de começar. Também, no momento inicial, se tornaram muito bem vindas as colaborações que se fizeram em forma de interesse e indicações de leituras sobre o tema por parte das professoras Dra. Mônica Ribeiro de Oliveira e Dra. Carla Maria Carvalho Almeida.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFJF, não só pela Bolsa de Monitoria a mim concedida durante 12 meses, mas também pela dedicação tanto do ex-coordenador, Dr. Alexandre Mansur Barata, como da coordenação atual, sob a responsabilidade da Profa. Dra.

Maraliz de Castro Vieira Christo, certa de que ambos sempre deram o melhor de si para que todos os mestrandos vinculados ao programa pudessem desenvolver seus projetos de pesquisa da maneira mais eficiente possível. Também agradeço a funcionária Nilcimara Bertolino, sempre a postos para esclarecer nossas dúvidas e suprir as necessidades burocráticas durante a caminhada.

Importantes foram também as sugestões, algumas incorporadas ao trabalho final, das professoras que compuseram minha banca de qualificação, Dra. Andréa Lisly Gonçalves (UFOP) e Dra. Fátima Regina Gomes Tavares (UFJF).

Aos colegas de curso, sobretudo às amigas e companheiras de viagens Fernanda Maria Matos da Costa e Elaine Aparecida Laier Barroso, por compartilharem comigo expectativas, dificuldades e vitórias.

Ao Centro de Cultura Cigana, de Juiz de Fora, na pessoa de seu presidente, Zarco Fernandes, e também de sua esposa Vanessa, que sempre mantiveram suas portas abertas para mim, tornando essa entidade um ponto de apoio e referência fundamental para a realização desse trabalho, através do acesso à bibliografia, palestras e longas conversas, não só com eles, mas com outras pessoas pertencentes à comunidade cigana de Juiz de Fora e região. Muitas dessas informações foram registradas na presente dissertação, e outras, estão carinhosamente guardadas, para possíveis colaborações futuras ao estudo e registro da História dos ciganos no Brasil.

Aos funcionários da Biblioteca Murilo Mendes de Juiz de Fora, com destaque para Heliane Casarim, do Centro de Memória, sempre atenta ao nosso tema e pronta a colaborar para que nossa pesquisa se realizasse da melhor maneira possível.

Agradeço também aos meus pais, Adilson e Virgínia, e minha irmã Andréa, não só pela torcida para que tudo desse certo, mas também por sempre acreditarem em mim e desculparem minhas recorrentes e involuntárias ausências. Minha avó, Landinha, que pertinho dos 90 anos, anda um pouco esquecida... mas não se esquece de duas coisas: de falar, todos os dias, do meu especial e saudoso avô, Licínio, e também de dizer que me ama, quase todas as vezes que nos encontramos, ajudando, das duas maneiras, a iluminar meu caminho.

Aos meus filhos, Luíza e Estêvão, minhas principais fontes de energia e inspiração, e, por isso, não precisavam fazer mais nada, além de existirem. Mesmo assim, foram colaboradores indispensáveis durante todo esse tempo, me oferecendo, além da compreensão, ajuda e companheirismo.

Luíza foi companheira constante em intermináveis tardes de pesquisa no Centro de Memória da Biblioteca Murilo Mendes, ou dividindo comigo as notícias e pequenas letrinhas

dos jornais do século XIX, ou simplesmente me fazendo companhia, enquanto estudava para realizar seu próprio projeto: passar no vestibular de Comunicação Social na UFJF. Parabéns, você conseguiu!!! Além disso participou ativamente na digitação das fontes primárias que se transformaram em citações nesse trabalho, além de ajudar sempre na leitura e correções ortográficas do mesmo.

Meu filho Estêvão, que igualmente sempre procurou me cercar de carinho e atenção, foi também muito solicitado, me socorrendo sempre, com tranquilidade, bom humor e eficiência, ao menor sinal de problemas relativos às aventuras, nem sempre divertidas, e infelizmente muito comuns, do mundo da informática.

E finalmente, e nem por isso menos importante, ao Luiz, meu marido, sem o qual esse trabalho seria muito mais difícil. Sua participação se fez de maneira decisiva e abrangente, através de estímulo, compreensão, carinho e parceria, e procurando adivinhar meus pensamentos para tornar minha tarefa mais confortável. A ele, o meu amor.

A todos, minha imensa gratidão!

...essa solidariedade das épocas tem tanta força que entre elas os vínculos de inteligibilidade são verdadeiramente de sentido duplo. A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente. Já contei em outro lugar o episódio: eu estava acompanhando, em Estocolmo, Henri Pirenne. Mal chegamos, ele me diz: “O que vamos ver primeiro? Parece que há uma prefeitura nova em folha. Começemos por ela”. Depois, como se quisesse prevenir um espanto, acrescentou: “Se eu fosse antiquário, só teria olhos para as coisas velhas. Mas sou um historiador. É por isso que amo a vida.” Essa faculdade de apreensão do que é vivo, eis justamente, com efeito, a qualidade mestra do historiador.

Marc Bloch (Apologia da História ou o Ofício do Historiador)

## RESUMO

O presente estudo parte de uma retrospectiva histórica sobre os principais e diferentes momentos que caracterizaram a trajetória dos ciganos no Brasil, marcada predominantemente por intolerância e perseguições. Fazemos um recorte mais específico sobre as questões envolvendo esses grupos no contexto da cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais, nas últimas décadas do século XIX e início do XX, levando em conta as tensões e conflitos próprios ao panorama de transição para o capitalismo no Brasil. Este período foi marcado pela tentativa de assimilação dos valores “modernos” inspirados pela realidade europeia, o que se expressava através da implantação de uma nova disciplina do trabalho, assim como de políticas públicas voltadas para a higienização e organização dos centros urbanos. Os ciganos eram considerados um obstáculo à implementação desse projeto modernizante, gerando reações tanto por parte das autoridades quanto da população, fator que contribuiu tanto para agravar o processo de isolamento destes ao longo das décadas, como para a concretização de uma perceptível invisibilidade política, econômica, social e cultural dos ciganos no Brasil.

## RÉSUMÉ

Cette étude propose une rétrospective historique des différents et principaux moments qui forment l'histoire des gitans au Brésil marquée surtout par l'intolérance et les poursuites. On a approché les questions par rapport à ces groupes dans le contexte de la ville de Juiz de Fora, Minas Gerais, dans les dernières décennies du XIXe siècle et le début du XXème siècle en prenant en compte les tensions et les conflits caractéristiques de la période de changements vers le capitalisme au Brésil. Cette période a été marquée par l'essai d'assimilation de valeurs "modernes" inspirées par la réalité européenne, ce qui s'exprimait à travers l'implantation d'une nouvelle discipline du travail ainsi que des politiques publiques orientées par le nettoyage et organization des villes urbaines. Les gitans étaient vus comme un obstacle à l'implantation de ce projet de modernisation, en provoquant des réactions des autorités et de la population, ce qui a contribué pour rendre pire le processus d'isolation des gitans au cours des décennies et la concrétisation d'une nette invisibilité politique, économique, sociale et culturelle des gitans au Brésil.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO 1 - ASPECTOS GERAIS DA TRAJETÓRIA DOS CIGANOS NO BRASIL.....	12
1.1 Registros sobre os ciganos no Brasil – Breve Relato.....	13
1.2 Os ciganos no “velho mundo”.....	17
1.3 A presença dos ciganos no Brasil.....	22
CAPÍTULO 2 - “SANEAMENTO MORAL E MATERIAL” - A INTOLERÂNCIA NAS PÁGINAS DOS JORNAIS.....	33
2.1 Entre a “Ordem” e o “Progresso”: Uma cidade de portas fechadas.....	36
2.2 Os ciganos sob a ótica dos jornais.....	45
2.2.1 Os ciganos nas páginas literárias dos jornais.....	51
2.2.2 Os ciganos: objetos de curiosidade.....	55
2.2.3 Os ciganos: imigrantes indesejados.....	56
2.2.4 Os ciganos: mendigos válidos e adeptos da vadiagem.....	61
CAPÍTULO 3 - CIGANOS: “CASOS DE POLÍCIA”.....	70
3.1 A recepção: controle e violência.....	71
3.2 Proibição das práticas de sobrevivência.....	79
3.2.1 Os homens ciganos e o comércio.....	80
3.2.2 Previsão do futuro? Madames sim, ciganas não.....	83
3.3 Das “campanhas” de 1914 aos “freios” da Guerra na mentalidade moderna.....	89
3.4 Cidades e ciganos: incompatibilidade?.....	93
CONCLUSÃO.....	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	101
ANEXO – OS CIGANOS BRASILEIROS NA I CONFERÊNCIA NACIONAL DA IGUALDADE RACIAL.....	109

## INTRODUÇÃO

Por não se explicarem, os ciganos exigem que nos expliquemos, mesmo que involuntariamente.<sup>1</sup>

No dia dez de setembro de 2006, os aproximadamente dois mil lugares do Cine-Theatro Central de Juiz de Fora estavam todos ocupados. Era noite da solenidade de premiação do 1º Festival Nacional de Teatro da cidade, e os atrativos eram duplos. Primeiramente a entrega dos prêmios aos vencedores, mas, com certeza, muitos expectadores, como nós, estavam ali principalmente para assistir à peça teatral que encerraria o evento com chave de ouro. Tratava-se da encenação de “Ciganos”, premiado e impecável espetáculo encenado pelo grupo Ponto de Partida<sup>2</sup>, de Barbacena, que mescla vários livros do autor Bartolomeu Campos de Queirós, com destaque para o igualmente premiado livro, com o mesmo nome do espetáculo, que havíamos lido recentemente como parte da bibliografia complementar para a confecção do presente trabalho.<sup>3</sup>

Esse momento merece atenção aqui por dois motivos. Primeiramente, porque trata da temática cigana de uma maneira bastante interessante, reproduzindo muito bem a ambigüidade de sentimentos que os ciganos despertam em quase todos nós. A história gira em torno do desejo de um menino, Mário, que, mesmo com muito medo, intimamente sonhava em ser roubado pelos ciganos todas as vezes que estes acampavam, de surpresa, no terreno vazio próximo da igreja de sua pequena cidade. Mário alimentava a esperança de que assim pudesse ganhar a liberdade e conhecer um novo mundo com o qual sonhava, e, ao mesmo tempo, despertar o amor do seu ocupado pai, que partiria para resgatá-lo.

Além do conflito interno do menino, oscilando entre o medo e a atração pela vida dos ciganos, outro fator nos chamou a atenção. Durante o espetáculo, além de atentos ao palco, observávamos também as reações do público, que, surpreendentemente, reproduziram a expectativa e curiosidade que a maioria das pessoas tem em torno do tema. Durante todo o primeiro ato os personagens mais esperados, os ciganos, não apareceram. Vários atores,

---

<sup>1</sup> QUEIRÓS, Bartolomeu Campos de. *Ciganos*. São Paulo: Editora Global, 2004. 14ª edição. p. 10.

<sup>2</sup> Roteiro e direção de Regina Bertola.

<sup>3</sup> QUEIRÓS, Bartolomeu Campos de. *Ciganos*. Op. Cit. Livro vencedor do Prêmio Jabuti (1983) de Literatura Juvenil, além do título de Altamente Recomendável para jovens pela Fundação Nacional do Livro.

representando diferentes moradores da cidade fictícia, marcaram presença no palco, com diálogos que, por mais interessantes que fossem, foram gerando um clima de predominante ansiedade na platéia. Só de vez em quando o diálogo dos personagens era interrompido e alguém, com a mão fazendo sombra nos olhos encenava um olhar para o horizonte e gritava: “*olhem, os ciganos estão chegando!*”. O final do primeiro ato, que pareceu para muitos um pouco longo demais, foi se aproximando. Os espectadores mostravam-se inquietos e chegamos a ouvir um comentário incoerente em uma das fileiras logo atrás de nós, que parecia traduzir o que muitos pensavam: “*Mas a peça não era sobre os ciganos?*”

Com o início do segundo ato tudo mudou. O palco ganhou um colorido fortíssimo, um figurino brilhante e a música envolvente das cordas de violinos deixaram a platéia quase que hipnotizada. Finalmente os ciganos! Ninguém mais fazia comentários, e o único movimento perceptível do público a partir desse instante foram os aplausos, de pé, ao final do espetáculo. Todos mostraram-se satisfeitos em poder espiar um pouco da vida dos ciganos no acampamento fictício montado no palco, com seus rituais familiares, sua admiração pela natureza, a festa em torno da fogueira, regada a vinho, e, principalmente, com as belas músicas e danças apresentadas. Pena que passou tão rápido... O certo desconforto e um ensaio de decepção que marcaram o primeiro ato por parte da platéia foram substituídos por um único sentimento incômodo: o de pena do menino Mário, que, nem mesmo os ciganos, “*capazes de roubos*”, quiseram levar.

Com o final do espetáculo, o sentimento de admiração pelos ciganos e também pela peça prevaleceu, fortalecido pela beleza do segundo ato. É essa imagem que todos gostamos de preservar sobre os ciganos: um povo transitório, feliz, livre e colorido, perfeito para ilustrarem poesias. Quanto ao medo e a desconfiança, geralmente preferimos deixar em segundo plano, ao contrário do que foi feito pelo grupo Ponto de Partida, que, ao tratar, no primeiro ato, repleto de informações enriquecedoras, sobre o contexto da cidade que receberia o ao mesmo tempo temido e esperado acampamento cigano, traçava nas entrelinhas o perfil de nossos próprios conflitos sociais. Muitos espectadores talvez não tenham percebido que a explicação para os medos e desconfianças que nossa sociedade alimenta em relação aos ciganos nos remete, primeiramente, a um profundo desconhecimento sobre a trajetória desses grupos, e também, ao entendimento de nossas próprias contradições e valores ocidentais. O enfrentamento dessa realidade, muitas vezes incomoda, traz desconforto e ansiedade, como no primeiro ato da peça em questão.

É comum a sensação de que os “verdadeiros” ciganos habitam um universo paralelo de música, dança e liberdade. Se não estão assim se apresentando, e um outro lado desse

mundo aparece na nossa frente, na forma de uma mulher com vestido de chita, muitas vezes acompanhada de uma ou duas companheiras e uma criança visivelmente irritada, provavelmente em virtude de algum mal estar físico, atravessamos a rua ou nos esquivamos. Uma das mãos utilizamos para segurar forte nossos pertences, e a outra tratamos de colocar no bolso, ocultando a aliança ou o anel de ouro. Essa postura nos facilita não oferecê-las quando a cigana implorar para ler nossa sorte, e, claro, nos protege do “roubo iminente”, por parte daquelas que, com certeza, não são “verdadeiras ciganas”.

Não só a literatura, mas também a História, e, com muita participação, os próprios ciganos, envolvendo-se em mistério para supostamente se protegerem, e às vezes adotando posturas que fortalecem sua imagem registrada no censo comum, nos ajudam a manter essa visão.

Até que nós, os não-ciganos, ou “gadjês”, como somos chamados por eles, gostaríamos de perpetuar essa idéia de que existem ciganos “verdadeiros”, habitando um mundo harmônico e feliz, ao qual recorremos como referências quando queremos descrever o sentimento de liberdade. Por outro lado, bem que os ciganos têm tentado, durante séculos, “conviver sem se envolver”, em busca da perpetuação de valores e tradições singulares, que, independente de serem ou não especificadas, possuem como principal objetivo a sobrevivência das grandes “famílias ciganas”.

Essa pesquisa pretende perpassar, entre outros objetivos, que essa suposta intocabilidade entre os ciganos e não-ciganos nunca existiu. Os ciganos, querendo ou não, são atores inseridos no contexto da história brasileira, e sua caminhada foi influenciada de maneira indiscutível por transformações que permearam a conjuntura nacional, em diferentes momentos, alterando de maneira irreversível a dinâmica interna desses grupos. Acreditamos que nenhum trabalho que pretenda compreender os ciganos deve desviar-se desse *ponto de partida*.

Para nortear esse entendimento, utilizamos alguns conceitos que promovem uma aproximação possível entre a História e a Antropologia, com destaque para o trabalho do antropólogo norueguês Fredrik Barth como referencial teórico-metodológico enriquecedor, como possibilidade de compreensão dos ciganos enquanto pertencentes às “*sociedades complexas*”,<sup>4</sup> assim como grupos portadores de critérios de etnicidade demarcados por fronteiras predominantemente culturais e definidos, entre outros fatores, por noções de “estratégias”, “identidade” e “pertencimento”.

---

<sup>4</sup> BARTH, Fredrik. *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

O contato com a obra de Barth nos proporcionou um arcabouço conceitual bastante favorável, tanto em relação à definição etnológica dos grupos ciganos, como em relação à compatibilidade com o perfil da História que pretendemos escrever.<sup>5</sup> Barth, ao identificar alguns modelos possíveis utilizados pelos antropólogos sociais segundo o qual estes descrevem a ordem social<sup>6</sup>, procura se afastar de um sistema de regras juramentados que aglutinam idéias básicas de compromissos e direitos sociais. Segundo ele, esse comportamento gera modelos estáticos de sociedade, remetendo a uma ingênua e nada original forma de explicação da ordem social procurada simplesmente em “costumes” de uma cultura exótica.

Apesar de não acreditarmos na possibilidade de um corpo teórico fechado e perfeitamente passível de atender aos questionamentos que envolvem qualquer objeto de estudo, em nosso caso específico os ciganos<sup>7</sup>, encontramos na obra de Barth alguns conceitos fundamentais que têm se apresentado como instrumentos apropriados na análise relacionada aos grupos ciganos em nosso trabalho. Isso porque a diversidade e a presença de conflitos internos, além de uma constante busca de afirmação da identidade cigana, assim como a constatação da predominância de um olhar externo equivocadamente homogeneizado e pautado em estereótipos construídos durante séculos, têm sido fatores identificados com frequência nos poucos trabalhos acadêmicos que buscam mais recentemente estudar as questões ciganas, sobretudo no Brasil. Já nesse ponto encontramos uma referência interessante na obra de Barth, que “...desconfia do discurso idealizador da sociedade pesquisada e se apóia exclusivamente nas práticas sociais para descobrir o verdadeiro significado das categorias étnicas”<sup>8</sup>.

As pesquisas de Barth nos remetem ao pressuposto de que a teoria deve se adaptar à realidade estudada, ou seja, a observância antecede a teoria, promovendo assim um

---

<sup>5</sup> Ao escrever a apresentação de *O Guru, O iniciador e outras variações antropológicas*, que traz uma antologia de textos do norueguês de formação britânica Fredrik Barth, Tomke Lask destaca o importante legado desse antropólogo: ao propor uma nova concepção de etnicidade, aplicou-a ao estudo das *sociedades complexas*, elaborando também uma metodologia comparativa eficaz e adequada para explicar a diversidade cultural nesse tipo de sociedade. A teoria das *fronteiras étnicas*, formulada por Barth em fins da década de 1960, tem estimulado constantes discussões entre as novas gerações de cientistas sociais no Brasil e no mundo, alimentando a descoberta de novas potencialidades na aplicação científica das bases lançadas por ele. IN: BARTH, Fredrik. *Op. Cit.* Páginas 7 a 23.

<sup>6</sup> BARTH, Fredrik. *Process an form in social life*. Routledge & Kegan Paul. Londres: University of Leiden, 1981. Cap. 1. p.15-31.

<sup>7</sup> Nesse ponto, assim como na utilização de alguns conceitos de Barth para o estudo dos ciganos, compartilhamos com: REZENDE, Dimitri Fazito de Almeida. *Transnacionalismo e Etnicidade – a construção simbólica da Romanesthàn (Nação Cigana)*. Dissertação de Mestrado em Sociologia – FAFICH – UFMG, 2000.

<sup>8</sup> BARTH, Fredrik. *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Op. Cit.* P. 11.

rompimento com a visão pré-concebida de determinado grupo ou sociedade, muito comum nos estudos em relação aos ciganos.

Outro aspecto fundamental é a idéia de Barth sobre as “zonas fronteiriças não lineares”, determinadas pelas práticas sociais e culturais, muito mais do que pelo isolamento territorial geográfico<sup>9</sup>. Portanto, a identidade étnica, assim como as diferenças culturais, podem persistir apesar do contato interétnico (comum entre os ciganos e não-ciganos). É justamente devido a esse contato que as variantes culturais dentro de um determinado grupo ao longo do tempo não deve ser desconsiderado, mas sim, valorizado, enquanto construção dinâmica, através de estratégias que visam adaptações às tensões resultantes tanto dos contatos nas fronteiras sociais, quanto da tentativa de solucionar conflitos internos no interior dos grupos, também comum entre os ciganos.

Destacamos também a maneira como Barth trata as diferenças, as contradições e as manifestações simbólicas de uma determinada sociedade, o que descreve e chama de “diversidade desconexa” (aqui no caso de Bali), de maneira elucidativa e que consideramos perfeitamente compatível com a postura que devemos perseguir ao observar, por exemplo, um acampamento cigano:

Essa diversidade desconexa (ao menos aparentemente) de atividades e a mistura do novo com o velho, formando um cenário cultural sincrético, são características desconfortáveis com as quais o antropólogo irá se defrontar em quase todo lugar. Somos treinados a suprimir os sinais de incoerência e de multiculturalismo encontrados, tomando-os como aspectos não-essenciais decorrentes da modernização, apesar de sabermos que não há cultura que não seja um conglomerado resultante de acréscimos diversificados...<sup>10</sup>

Barth propõe uma reformulação no conceito de cultura sugerindo, como método, ousar, fazer afirmativas positivas e falsificáveis sobre os fenômenos observados, considerando que “assumir a tese da construção cultural da realidade aumenta a necessidade de explorar empiricamente o *grau* de padronização, a esfera da cultura e a *diversidade* de fontes desses padrões.”<sup>11</sup>, momento no qual aproxima-se de maneira indiscutível da História enquanto disciplina. Dentro desse aspecto ligado à “reconceitualização da cultura”, Barth destaca duas questões fundamentais, que

---

<sup>9</sup> *Idem.* P.26

<sup>10</sup> *Idem.* P. 109.

<sup>11</sup> *Idem.* P. 111 e 112.

consideramos bastante aplicáveis no que diz respeito ao estudo dos ciganos, e que resumem de maneira efetiva nossas apropriações de seus conceitos:

Precisamos incorporar ao nosso modelo de produção da cultura uma visão dinâmica da experiência como resultado da interpretação de eventos por indivíduos, bem como uma visão dinâmica da criatividade como resultado da luta dos atores para vencer a resistência do mundo.<sup>12</sup>

...quando alguém reconstitui a história de um grupo étnico através do tempo, não está ao mesmo tempo e no mesmo sentido descrevendo a história de uma cultura: os elementos da cultura atual do grupo étnico em questão não surgiram do conjunto específico que constituía a cultura do grupo em um momento anterior, ainda que este grupo tenha existência contínua do ponto de vista organizacional, com fronteiras (critérios de pertencimento) que, apesar de modificarem-se, demarcam efetivamente uma unidade que apresenta continuidade no tempo.<sup>13</sup>

Um profundo desconhecimento mútuo e uma boa dose de intolerância tem permeado as relações entre os ciganos e não-ciganos, há séculos, em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. Os registros dessa relação conflituosa possuem um agravante: têm sido feitos predominantemente de maneira unilateral, sob o olhar “*estrangeiro*” algumas vezes implacável e outras, paternalista, dos estudiosos não-ciganos sobre o tema, que buscam enumerar e descrever os costumes e tradições dos ciganos, como um jornalista em busca de um furo de reportagem. O resultado é geralmente cercado de leituras equivocadas, generalizantes e preconceituosas, acentuando a dificuldade de entendimento entre esses dois mundos, involuntariamente, mas, obrigatoriamente interligados.

A presente dissertação pretende contribuir um pouco para atenuar essa distância, no sentido de permitir a visualização sobre a trajetória dos ciganos no Brasil sob diferentes pontos de vista, e, inclusive, sob a forma como os próprios ciganos interpretam sua história, através de depoimentos de pessoas que representam lideranças de alguns dos diferentes grupos ciganos, sejam nômades ou sedentários, que ocupam atualmente o território brasileiro.

Nossa pesquisa, em termos gerais, busca apresentar dados que contribuam para a compreensão de um período bastante interessante da História do Brasil, que abrange as

---

<sup>12</sup> *Idem.* P. 129

<sup>13</sup> *Idem.* P. 67.

últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX. Trata-se de um tempo denso e complexo, cenário de transformações fundamentais: Monarquia para República; trabalho escravo para o trabalho livre; urbanização e construção de fábricas, gerando o crescimento de muitas cidades. Todos esses acontecimentos foram impulsionados pelas perspectivas de progresso, civilização e modernidade que chegavam da Europa, que também se transformava em função do avanço do capitalismo e das inovações técnicas proporcionadas pela segunda fase da Revolução Industrial. Mais especificamente pesquisamos a presença e a participação dos grupos ciganos nesse contexto, e como este provocou transformações na organização e sobrevivência desses grupos.

Partimos de uma retrospectiva histórica sobre os principais e diferentes momentos que caracterizaram a trajetória dos ciganos no Brasil, marcada predominantemente por repressão, intolerância e perseguições. Fazemos porém, um recorte mais específico sobre as questões envolvendo a participação e recepção a esses grupos no contexto da cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais, nas décadas que antecederam o advento da Primeira Guerra Mundial, levando em conta as tensões e conflitos próprios ao panorama de transição para o capitalismo no Brasil. Este período foi marcado pela tentativa de assimilação dos valores “modernos” inspirados pela realidade europeia, o que se expressava através da implantação de uma nova disciplina do trabalho, assim como de políticas públicas voltadas para a higienização e organização dos centros urbanos. Assim, por meio dessa pesquisa, pudemos perceber o quanto os grupos ciganos, apesar de não serem os únicos, eram considerados um obstáculo à implementação desse projeto modernizante, gerando fortes reações tanto por parte das autoridades quanto da população do período, fator que contribuiu muito para o agravamento de um processo de isolamento destes ao longo das décadas, e, sobremaneira, para a concretização de uma situação contemporânea de perceptível invisibilidade política, econômica, social e cultural dos ciganos no Brasil.

Alguns anos de pesquisa empírica e bibliográfica, além do contato com pessoas pertencentes aos grupos ciganos, nos permitem organizar e registrar aqui alguns aspectos efetivos que possam contribuir para a compreensão dessa temática, que vinculam-se aos nossos objetivos, e estarão diluídos nos três capítulos que compõem essa dissertação, conforme descrição a seguir.

No primeiro capítulo, estarão reunidas informações referentes ao caráter mais geral sobre a trajetória dos ciganos no Brasil, incluindo aspectos sobre como a historiografia, principalmente no âmbito nacional, tem tratado essa temática. Utilizando predominantemente fontes bibliográficas e visando preparar o terreno interpretativo para as questões analisadas



nos capítulos seguintes, buscamos também traçar um panorama sobre a expansão cigana no velho mundo, principalmente a partir do século XV, quando, protegidos por Salvo-Conditos Imperiais ou benefícios papais os ciganos, se espalharam pelo continente europeu. Veremos que o século XVI marca o início de uma série de medidas legislativas anti-ciganos, medidas estas que irão perdurar por mais de dois séculos consecutivos e que, entre muitas outras conseqüências, levarão, por meio do degredo determinado pela Coroa Portuguesa, muitos indivíduos e famílias ciganas ao Brasil. Inicia-se então, conforme veremos, em terras brasileiras, uma relação conturbada com as autoridades em diversas instâncias, inclusive religiosas, e também com a população, tanto rural quanto urbana.

O século XIX, em virtude de uma série de questões estruturais, marca um período de destacadas medidas de repressão aos grupos ciganos no Brasil. É justamente sobre esse contexto que trataremos especificamente no segundo e terceiro capítulos. Além das fontes bibliográficas, correspondências policiais e códigos de posturas municipais, privilegiamos como fontes primárias as notícias publicadas por um período de aproximadamente 40 anos nos principais jornais da cidade de Juiz de Fora, nosso “laboratório”.<sup>14</sup>

Poderemos, no segundo capítulo, perceber a imagem perpassada pelos principais jornais da cidade sobre os ciganos, através das páginas literárias e, principalmente, através de muitas notícias que tratavam da aproximação e repressão aos ciganos na cidade e região. Estas notícias estão vinculadas indiscutivelmente ao contexto nacional vigente. Faziam parte de um objetivo comum, por parte dos periódicos, de implementar uma tenaz campanha de “saneamento moral e material” na ocupação e ordenação do espaço urbano. Os ciganos são descritos assim como imigrantes indesejados, mendigos válidos e adeptos da vadiagem, etc.

No terceiro capítulo veremos com mais detalhes os relatos dos rotineiros conflitos entre os ciganos e as autoridades policiais, e o quanto as últimas décadas do século XIX e a primeiras do século XX representaram um marco de agravamento de desafios para a sobrevivência desses grupos, que, para manterem suas práticas tradicionais dependiam de duas atividades principais: o comércio (para os homens) e a quiromancia (para as mulheres).

---

<sup>14</sup> A cidade de Juiz de Fora não está vinculada à trajetória dos ciganos apenas no passado. Aliás, foram acontecimentos contemporâneos que nos despertaram para o tema de nossa pesquisa. Podemos citar como exemplo, o seguinte episódio: em julho de 2002, o Instituto Grambery da Igreja Metodista, instituição educacional secular da cidade, por ocasião do “Fórum Municipal Regional” (Encontro Preparatório para o Fórum Nacional), apesar da prévia programação, às vésperas do evento, impediu que fosse realizado em suas dependências as oficinas e apresentações culturais dos ciganos, sob a alegação de que “*as práticas ciganas eram contrárias às suas convicções religiosas*”, por supostos atos de bruxaria. Esse acontecimento gerou um vasto debate nos jornais do período, e foi cercado por manifestações de protesto e solidariedade por parte da imprensa, das entidades organizadoras do Fórum, da Câmara Municipal de Juiz de Fora e da Prefeitura, que proporcionou a transferência das oficinas e demais atividades dos ciganos para outros locais.

Os três capítulos possuem seus respectivos conteúdos pontuados pela inclusão de citações referentes a depoimentos e fontes produzidas por representantes de diferentes grupos ciganos brasileiros. Essa opção metodológica possui alguns objetivos. Primeiramente, registrar o quanto as questões tratadas estão realmente vinculadas à trajetória desses grupos, assim como perceber a leitura dos ciganos sobre os aspectos tratados, sobre seu passado, valores e tradições. Poderemos captar como a ótica dos ciganos em relação às tensões sociais, culturais, políticas e econômicas que permeiam sua trajetória no Brasil, muitas vezes se chocam com a versão perpassada pelas outras fontes. Foi possível registrar alguns aspectos que esses atores procuram conservar e transmitir, superando-se a idéia muitas vezes recorrente de que os ciganos são “um povo sem tradição, composto por indivíduos sem memória”, sendo que “seu passado e seu futuro encontram-se entre a sombra e o nada”<sup>15</sup>.

Independente do grupo principal ao qual pertençam (Rom ou Calon), já que existem tanto os de origem Ibérica como de outras regiões da Europa, os ciganos brasileiros possuem algumas aproximações inquestionáveis, apesar de inúmeras particularidades entre si. Entre essas aproximações, nos concentraremos aqui no fato de terem utilizado a oralidade como estratégia de transmissão e preservação de suas tradições e vivências, de geração para geração, durante séculos. Esse fator, ao nosso ver, faz da memória sua bagagem mais preciosa, tanto para eles próprios, como para os pesquisadores que se lançam sobre a tentativa de compreender essa “sociedade complexa”.

Nesse sentido, pretendemos promover uma contribuição a esse tema através do registro de percepções dos próprios ciganos sobre sua trajetória, através da análise de aspectos comuns que permeiam a memória de alguns de seus representantes. Acreditamos que essa contribuição se fará, inicialmente, em dois campos interligados: exercitar a prática da utilização da memória como laboratório e instrumento de análise do historiador; a valorização e recuperação de experiências ainda hoje “confinadas”<sup>16</sup>, que possam contribuir para o conhecimento de aspectos potenciais, mas pouco explorados pela historiografia brasileira.

Ao procurar permear todo o trabalho com depoimentos e registros produzidos por ciganos, esperamos também ampliar o leque de variáveis na análise sobre os acontecimentos, através do olhar interpretativo dos atores centrais dessa pesquisa, herdeiros legítimos, na

---

<sup>15</sup> “*Jornal do Comércio*” – Juiz de Fora – 26 de novembro de 1915 – P. 2 – Coluna 1.

<sup>16</sup> Compartilhamos, nesses aspectos, com as propostas de análise das trajetórias de vida das populações ribeirinhas, dos caboclos na Amazônia, estudadas através de um projeto interdisciplinar desenvolvido pela FIOCRUZ, com o objetivo de reconstruir um corpo de saberes em torno das tradições do uso de plantas medicinais no Brasil. IN: SANTOS, Fernando Sérgio Dumas dos & MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *Tradições em Movimento: Uma etnohistória da saúde e da doença nos vales dos rios Acre e Purus*. Brasília: Paralelo 15, 2002. Páginas 14, 15 e 16.

memória e na vivência, tanto das tradições como dos mitos, que tanto buscamos compreender. Acreditamos que assim poderemos realmente oferecer uma contribuição a essa temática, tentando acrescentar novas possibilidades à idéia de que “escrever uma história dos ciganos, é escrever a história dos que a rejeitaram”.<sup>17</sup>

Considerando-se que tanto as fontes primárias privilegiadas nesse trabalho, no caso os jornais do período estudado, assim como o conjunto de depoimentos utilizado é portador de um caráter fortemente ideológico, portanto instrumentos construtores de memória social, tornaram-se para nós indispensáveis o acesso às fecundas aproximações e aos limites necessários entre a História e à Memória. Assim, fomos norteados em nosso trabalho, pela definição de memória proposta por Henry Rousso:

A memória [...] é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto toda memória é, por definição, “coletiva”, como sugeriu Maurice Halbwachs. Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao “tempo que muda”, às rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui [...] um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros.<sup>18</sup>

Torna-se bastante apropriada a discussão entre o vínculo entre História e Memória no que diz respeito ao momento oportuno pelo qual passam os ciganos no Brasil, sobre o qual ainda trataremos nesse trabalho, os quais, pela primeira vez discutem, em conjunto, aspectos ligados a sua cidadania.

Conforme a autora Lucília Delgado, “*a história, a memória e a construção de identidades inúmeras vezes caminham juntas*”.<sup>19</sup> Compartilhando com ela algumas reflexões sobre as possibilidades do uso da memória, apostamos na possibilidade de contribuir, através dos registros efetuados, para a divulgação e preservação da cultura cigana no Brasil, considerando que as principais propostas identificadas nos discursos ciganos atuais giram em torno do reconhecimento e fortalecimento da identidade dessa etnia, assim como da urgente

<sup>17</sup> TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. *Correrias de ciganos pelo território mineiro (1808-1903)*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG. Dissertação de Mestrado em História, 1998. P. 109.

<sup>18</sup> ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. IN: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira (Orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. Capítulo 7. P. 94-95.

<sup>19</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Memória de Resistência: Clodismid Riani (Presidente do CGT – 1961-1964)*. In: VI Encontro Regional Sudeste de História Oral - História, Cultura e Poder, 2005, Juiz de Fora. Anais de VI Encontro Regional Sudeste de História Oral - CD-ROM. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2005. Pág. 9.

conquista da cidadania para os mesmos.<sup>20</sup> Em relação a esse último aspecto, recorreremos novamente à mesma autora, que conseguiu resumir muito bem o vínculo existente entre a memória e a cidadania:

A memória é um dos principais fundamentos da cidadania, pois pode se contrapor ao esquecimento. Muitas vezes adquire dimensão de resistência e alimenta o presente com narrativas sobre o passado, contribuindo para construção e reconstrução de identidades coletivas, que poderiam se perder na trama diacrônica do movimento da história.<sup>21</sup>

A partir de agora, buscaremos registrar aspectos sobre a trajetória dos grupos ciganos no Brasil por meio da constante tentativa de promover um diálogo entre épocas e fontes, entre ciganos e não-ciganos, num processo que, conforme veremos, está carregado não só de aproximações e divergências, que acabam indo além da literatura, das notícias dos jornais e das ocorrências policiais, assim como da legislação que até então conhecíamos sobre os ciganos.

---

<sup>20</sup> I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial: Brasília, 30 de junho a 2 de julho de 2005: *Relatório Final* Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Brasília: Secretaria Especial de Políticas da Igualdade Racial, 2005. Nesse evento, os ciganos brasileiros são ouvidos pela primeira vez em caráter oficial na História do Brasil, e pleiteiam, de maneira geral, seus direitos de cidadania como consequência de sua inclusão em nas campanhas de saúde, educação, solidariedade, fraternidade e respeito à diversidade no país. As propostas desse documento que se referem às solicitações dos ciganos estarão especificadas, em um conteúdo anexo, da presente dissertação.

<sup>21</sup> *Idem*. Pág. 7

## CAPÍTULO 1

### ASPECTOS GERAIS DA TRAJETÓRIA DOS CIGANOS NO BRASIL

Que crime cometi?  
Não estar na História?  
Qual? Na sua História?[ ]  
Mas eu tenho a minha História  
Mas participamos também da sua História, nas  
embarcações sobre os rios e mares que vocês  
cruzaram.  
Além da Lenda<sup>22</sup>

Nosso objetivo principal nesse capítulo é reunir informações preliminares que permitam um entendimento de caráter mais geral a respeito da trajetória dos ciganos no Brasil. O critério utilizado foi a agregação de registros historiográficos que consideramos indispensáveis e preparatórios para as análises sobre a presença e a situação desses grupos no contexto de formação urbana das cidades brasileiras nas últimas décadas do século XIX e as iniciais do século XX, utilizando como referência a cidade de Juiz de Fora, na Zona da Mata Mineira, sobre a qual trataremos mais especificamente nos próximos dois capítulos.

Assim, em primeiro lugar, traçaremos um panorama da relação entre a História enquanto disciplina e os ciganos, procurando delinear, principalmente no âmbito nacional, como a historiografia tem tratado dessa temática.

Nossa intenção aqui não é fazer um mapeamento crítico detalhado sobre essa historiografia, tendo em vista a pouca representatividade numérica desses trabalhos assim como sua diversidade. Não existem obras a serem desconsideradas, mas sim, aquelas com as quais tivemos mais afinidades, tanto temática, quanto teórica, algumas já citadas na Introdução desse trabalho, e, por isso, foram sendo naturalmente selecionadas e incorporadas ao conteúdo na montagem dessa dissertação. Assim, não adotamos o recurso, por vezes comum em alguns trabalhos acadêmicos, de gastar um bom número de páginas

---

<sup>22</sup> Peça Teatral Cigana em um Ato. Trecho do texto que compõe o roteiro de “**Além da Lenda**”, que estreou em Curitiba em 2000 e foi apresentada em várias cidades no Brasil. O texto (Cláudio Iovanovitch), a direção e os atores da peça são ciganos. Roteiro disponível em <http://dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/index.html>. Acesso em 02/06/2005.

desconstruindo formalmente trabalhos anteriores (como se autores que escreveram a 30, 50, 60 anos atrás tivessem que ver o mundo sob nossas mesmas lentes interpretativas), para que o nosso possa ser justificado e valorizado. Partimos do princípio de que todo trabalho de pesquisa traz resultados parciais (já que atende a objetivos e recortes específicos) e, em muitos aspectos, provisórios, representando um componente fundamental para a compreensão do tempo histórico em que foi pensado e confeccionado, devendo ser assim analisado. Além do mais, toda contribuição envolvendo um determinado tema, tende naturalmente a ser complementada por novos conhecimentos e focos de pesquisas em um cada vez mais curto espaço de tempo.

Num segundo momento, discorreremos sobre as circunstâncias históricas que trouxeram os ciganos para nosso país, tratando, inicialmente de suas origens seculares e sua trajetória européia, permeada por percalços, conflitos e dificuldades. Em seguida, traçamos um panorama geral sob um fio condutor que permite acompanhar um pouco da inserção e participação dos grupos ciganos enquanto atores presentes no território brasileiro, em diferentes momentos, da Colônia até os dias atuais, sendo que, mesmo com suas especificidades, foram predominantemente cercados por obscuridade e perseguições.

### 1.1) Registros sobre os ciganos no Brasil – Breve Relato

Um livro reverenciado, *Memórias de Um Sargento de Milícias*, é obrigatório para a entrada em muitos vestibulares. E é assim que os ciganos são retratados. Enquanto criança é usado: cuidado que eles vão te roubar. Quando chega na usina de conhecimento, que é a universidade, lê isso.

Cláudio Iovanovitch<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> Depoimento do representante dos povos ciganos no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Boletim *Destaque SEPPIR*. — Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural - Ministério da Cultura - 09 a 15 de abril de 2005 – nº 32 – Ano 1. Iovanovitch se refere e cita na íntegra ao trecho do romance de Manoel Antônio de Almeida, de 1854, que se refere aos ciganos nos seguintes termos: “Com os emigrados de Portugal veio também para o Brasil a praga dos ciganos. Gente ociosa e de poucos escrúpulos, ganharam eles aqui reputação merecida dos mais refinados velhacos: ninguém que tivesse juízo se metia com eles em negócio, porque tinha certeza de levar carolo. A poesia, seus costumes e suas crenças, de que muito se fala, deixaram na outra banda do oceano: para cá só trouxeram os maus hábitos, esperteza e velhacaria[ ] Viviam em quase completa ociosidade; não tinham noite sem festa.” IN: ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. Ed. crítica de Cecília de Lara. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978. P. 69.

Complexidade na produção europeia e escassez na brasileira. Essas são características marcantes na historiografia sobre os ciganos. De maneira inversa ao que acontece no Brasil, e pelo que podemos perceber em outros países da América Latina, os pesquisadores europeus, a partir do século XIX, tomaram os ciganos como objeto de estudo, sobretudo na Inglaterra, Alemanha, França, Países Baixos, Itália, Espanha e Portugal.

Os estudiosos costumam considerar os estudos sobre a temática cigana componentes de uma vertente das chamadas “Ciências Culturais” – a “ciganologia” – ligada diretamente à Antropologia Cultural e tendo, sobretudo, a História e a Linguística como principais disciplinas auxiliares.<sup>24</sup> O surgimento da “ciganologia” enquanto área específica de conhecimento, assim como da terminologia que a compõe, aparecem a partir de 1888, quando é lançada na Inglaterra a *Gipsy Lore Society*, primeira revista europeia especializada, responsável também pela generalização recorrente de se denominar como “ciganos” diversos grupos diferentes, “populações flutuantes”, descendentes dos nômades da Antiguidade, que emigraram, em momentos diversos, da Europa para diferentes localidades, como a África do Sul, Austrália e para as Américas.<sup>25</sup>

No Brasil são poucas as obras historiográficas escritas especificamente para o estudo dos ciganos. Sob esse aspecto, compartilhamos plenamente com a constatação de Rodrigo Teixeira em seu trabalho, que atenta, inclusive, para o fato de que a própria maneira de viver dos ciganos não contribuiu, ao longo da história, para a preservação de fontes primárias disponíveis que proporcionassem uma leitura menos unilateral de sua trajetória:

A documentação sobre ciganos é escassa e dispersa. Sendo ágrafos, os ciganos não deixaram registros escritos. Assim, raramente aparecendo nos documentos, aproximamo-nos deles indiretamente, através de mediadores, chefes de polícia, clérigos e viajantes, por exemplo. Nestes testemunhos, a informação sobre os ciganos é dada por intermédio de um olhar hostil, constrangedor e estrangeiro.<sup>26</sup>

Num dos primeiros artigos escritos sobre eles em Minas Gerais, em 1948, marcado por uma série de ambigüidades, João Dornas Filho já comenta sobre um “desinteresse pela ciganologia no Brasil”, apesar de que, escreve ele, desde os primeiros dias de nossa civilização os ciganos, essa “gente sem lei nem rei”, estarem presentes no nosso “esforço de

---

<sup>24</sup> MOTA, Ático Vilas-Boas da. (org). *Ciganos – Antologia de Ensaios*. Brasília: Thesaurus, 2004. P. 11.

<sup>25</sup> MARTINEZ, Nicole. *Os Ciganos*. Campinas: Papyrus, 1989. A autora destaca o forte fluxo de grupos ciganos na Inglaterra nesse período, já que a cidade de Liverpool era um dos mais destacados pontos de embarque destes para as Américas, o que, segundo ela, pode ter desencadeado o pioneiro interesse britânico pela temática cigana. P. 7 e 25.

<sup>26</sup> TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. *Op. Cit.* Página 2.

civilização”. O autor atribui esse fator a um “fenômeno de moda”, segundo o qual, passado o “namoro com os índios de Gonçalves Dias e Alencar, se voltam os brasileiros com o mesmo romantismo para o negro no equacionar das etnias que nos integram.”<sup>27</sup>

Essa problemática é, de certa forma, no momento atual, compartilhada pelo antropólogo Frans Moonen, que em seu trabalho identifica a desinformação e uma predominante ausência de diálogo entre os ciganos e os não-ciganos como alguns dos fatores determinantes no desencadeamento da situação contemporânea desses grupos, capaz de representar quase uma situação limite nas questões ligadas à exclusão política, econômica, social e cultural das chamadas “minorias”, e escreve:

De importância fundamental será informar melhor ciganos e não ciganos tanto sobre seus direitos..., sobre sua história, sobre a sua cultura e valores culturais, sobre a problemática cigana mundial, sobre experiências feitas para melhorar a situação cigana, sobre eventuais soluções encontradas. Na luta contra o anti-ciganismo existe um enorme campo de trabalho ainda inexplorado para cientistas das mais diversas áreas.<sup>28</sup>

O contato com a bibliografia e demais fontes utilizadas em todo o desenvolvimento desse trabalho<sup>29</sup>, nos proporcionou a percepção de algumas questões comuns em relação à temática cigana, com as quais também nos deparamos em determinados momentos. Entre estas, podemos citar, em relação às pesquisas, uma recorrente dificuldade no acesso a fontes primárias sobre o tema, que se encontram dispersas, o que talvez justifique parcialmente a escassez de trabalhos historiográficos sobre os ciganos. Como em torno de toda temática cercada por desconhecimento e ausência de discussões, esse quadro propicia e sustenta um

---

<sup>27</sup> DORNAS FILHO, João. Os Ciganos em Minas Gerais. IN: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, vol. III. Belo Horizonte, 1948. P. 137.

<sup>28</sup> MOONEN, Frans. A história esquecida dos ciganos no Brasil. *Saeculum: Revista de História*. João Pessoa. UFPB, 1996. P. 37.

<sup>29</sup> Uma radiografia bastante elucidativa, séria e bem comentada sobre a produção de trabalhos a respeito dos ciganos é encontrada em uma das obras mais recentes publicadas sobre o tema, e que consideramos leitura obrigatória na iniciação temática para todos aqueles que pretendem desenvolver qualquer tipo de pesquisa que envolva a História dos Ciganos no Brasil. Trata-se do trabalho de Ático Villas-Boas da Mota. MOTA, Ático Villas-Boas da. (org). *Ciganos – Antologia de Ensaios*. Brasília: Thesaurus, 2004. O autor, historiador, etnógrafo e escritor, doutor em Letras pela USP, professor fundador da Universidade Federal de Goiás, lança-se ao estudo do tema ainda na década de 1960, quando, ao se especializar nos aspectos voltados para a cultura de Goiás, inclui aí a presença e participação dos grupos ciganos na região. Nesse trabalho encontramos 19 textos de autores, perfis e períodos bem distintos, mas todos sobre ciganos no Brasil, começando por um de *Melo Moraes Filho*, autor, entre outros, de *Cancioneiro dos Ciganos* (1885), obra considerada inaugural sobre o tema a nível nacional. Segundo justificativa do próprio organizador, em virtude da limitação numérica de fontes bibliográficas sobre os ciganos no Brasil, o rigor científico da seleção dos textos foi abrandado, optando-se por trabalhos que, mesmo marcados por perspectivas diferenciadas, pudessem reunir o máximo de informações sobre o tema, buscando demarcar algumas etapas principais da “ciganologia” no Brasil.



panorama recorrente de equívocos, preconceitos e conflitos seculares na relação entre os ciganos e não-ciganos (os chamados pelos ciganos de *gadjês*). Percebemos que os objetos de discussão sobre os ciganos, nas diversas áreas, giram em torno ou das transgressões cometidas pelos mesmos, ou da exploração muitas vezes sensacionalista de um estereótipo criado em torno desse grupo étnico marcado por mistério, exotismo e magia.

Pudemos perceber também que os pesquisadores sobre os ciganos no Brasil produziram suas obras, num primeiro momento, no final do século XIX e primeira metade do século XX. Após esse período, os estudos sobre os ciganos parecem ter sido relegados a um crescente esquecimento, com exceção de alguns trabalhos isolados, só retornando à pauta das pesquisas a partir da década de 1980, quadro que merece reflexões e busca de respostas por parte daqueles que, atualmente, têm se debruçado sobre a temática cigana.<sup>30</sup>

Outro fator importante identificado por alguns estudiosos e com o qual compartilhamos a atenção, é o isolamento muitas vezes voluntário dos grupos ciganos, que possuem uma leitura completamente singular do que o mundo ocidental considera como espaço físico, propriedade e fronteiras que caracterizam as nações modernas. Os ciganos, que segundo Mota são “verdadeiros cidadãos do mundo e moram dentro de si mesmos”,<sup>31</sup> só bem recentemente, como poderemos ver, têm procurado conhecer sua própria história, já que uma de suas maiores preocupações e luta ao longo de séculos têm sido buscar vivenciar plenamente suas tradições, transmitidas pela oralidade, no presente, importando-se, até então, bem pouco com o passado, sempre traçado em meio à intempéries e perseguições.

Além da percepção de uma trajetória marcada por conflitos e tensões entre ciganos e não-ciganos, não só no Brasil como no mundo, os estudos sobre o tema vão nos levando a uma constatação de que existe um perceptível dilema interno que têm cada vez mais acompanhado as caravanas ciganas, resultante do fato de que a fidelidade às suas tradições, assim como sua própria sobrevivência enquanto etnia, permanecem constantemente ameaçadas pela pressão das legislações e dos modelos culturais das sociedades que os acolhe ou repudia, ao longo dos séculos, conforme poderemos ver a seguir.

---

<sup>30</sup> As razões que explicam determinadas constatações nunca são simples e únicas, mas, queremos aqui explicitar a que, particularmente, nos parece mais recorrente. Sob esse aspecto, atribuímos essa lacuna, sobretudo, ao perfil geral da historiografia acadêmica nesse período, que coincide com o apogeu da produção dos estudos da História Econômica no Brasil.

<sup>31</sup> MOTA, Ático Vilas-Boas da. *Op. Cit.* P. 12

## 1.2) Os Ciganos no “Velho Mundo”

Sim, somos os índios da Europa.  
 Nossa História está na nossa memória,  
 Na nossa música e na nossa dança.  
 Nossa fala não tem desenhos  
 A nossa língua é nossa Pátria.[ ]  
 Quando estamos alegres ou tristes, dançamos.  
 Além da Lenda<sup>32</sup>

Estudos históricos, lingüísticos e antropológicos apontam para a origem dos povos ciganos como grupos nômades que migraram da Índia de maneira ostensiva durante os séculos VIII e IX, passando a circular de maneira efetiva por inúmeros países em diferentes continentes, até os dias de hoje.

Através de um trabalho minucioso e enriquecedor, Angus Fraser<sup>33</sup>, maior autoridade britânica atual sobre a História dos ciganos, consegue traçar um panorama dos vestígios sobreviventes da expansão cigana no continente europeu, sobretudo a partir do século XV, assim como das reações que esta motivou, por mais de quatro séculos consecutivos. Através dessa leitura, conseguimos identificar uma maior unidade étnica e cultural entre os antepassados, assim como alguns aspectos presentes até os dias atuais. Partindo das teorias que procuram definir a origem primitiva dos povos ciganos, que convergem para a Índia, devido a uma série de complexos estudos lingüísticos, o autor trata da recepção aos mesmos em cada país da Europa.

Descortina-se o período em que numerosos grupos ciganos percorriam todo o território Europeu, sob a proteção de Salvo-Conduitos Imperiais ou benefícios papais, que alcançaram seu ápice no século XV, num contexto vinculado à prática natural do período, tanto pela população como pelos soberanos, de proporcionar teto, alimento e agasalho aos peregrinos em sua jornada. Essa prática era utilizada como instrumento de prestação de contas à Igreja, num mundo de lógica medieval, pautada na “aguda consciência do pecado” e na “certeza do castigo”.<sup>34</sup> Os grupos ciganos, nessa época bastante numerosos, não foram os únicos a se beneficiar dessa prática, mas, segundo Fraser, que analisa inúmeras dessas “Cartas de Recomendação” emitidas nesse período ou por papas ou por reis, estes souberam muito bem se utilizar desses documentos, muitas vezes falsificados posteriormente, garantindo sua

<sup>32</sup> Peça Teatral Cigana em um Ato. *Op. Cit.*

<sup>33</sup> FRASER, Angus. *História do Povo Cigano*. Lisboa: Editorial Teorema, 1997.

<sup>34</sup> FRASER, A. *Op. Cit.* P. 67

segurança e conseqüente sobrevivência, e, por um bom tempo, percorrendo livremente todo o território europeu.

Seus chefes ou líderes se apresentavam às autoridades freqüentemente como duques e condes, e fortaleciam seus argumentos enquanto peregrinos em torno da propagação de lendas seculares que os envolviam, justificando assim, seu nomadismo. Entre estas, uma das mais conhecidas versava que os ciganos teriam sido condenados por um papa a uma penitência de peregrinarem, sem nunca dormirem em uma cama, em virtude de terem, num passado longínquo, negado a fé cristã. Essa peregrinação deveria durar inicialmente sete anos, mas, pautados num discurso de autopunição e arrependimento, os ciganos parecem ter feito dessa “estratégia original” um argumento constantemente renovado por onde passavam.<sup>35</sup> Outra lenda conhecida e facilmente aceita naquele momento era de que os grupos ciganos seriam descendentes dos “egípcios” que teriam negado hospitalidade à “Sagrada Família” antes do nascimento de Jesus, e, como punição divina, estariam condenados à uma perpétua peregrinação.<sup>36</sup>

Porém, em virtude de uma série de transformações estruturais que agitavam o continente europeu a partir do século XVI, esse quadro começa a mudar, e a presença desses peregrinos passa a gerar paulatinas reações, e, por fim, leis e decretos severos, os quais demonstram claramente que as autoridades preferem vê-los fora dos limites das cidades, sem manifestarem nenhuma preocupação com o destino dos mesmos. Sobre esse período, e, em relação aos ciganos, Nicole Martinez afirma:

As lendas não ocorrem mais. [ ] os egípcios, os boêmios ou sarracenos não são mais que vestígios de um passado morto, eles mesmos acusados de serem portadores da morte, da peste, responsáveis por poços envenenados, possíveis agentes de agitação. São o antídoto da nova sociedade nascente: preguiçosos num mundo centralizado no trabalho, inúteis, sem religião, enquanto nasce a ética burguesa; sem pátria, enquanto a idéia de Estado Monárquico está se afirmando. De agora em diante, as cidades se fecham quando chegam. Não são mais um povo, mas errantes perigosos, detentores de pretensos poderes que só assustam os ingênuos, e são, com a adivinhação, ou a magia amorosa, aspectos de mendicidade e de roubo.<sup>37</sup>

É justamente nesse período, quando a Época Moderna não permite mais espaços e brechas que a Idade Média permitia, que os ciganos são considerados como objeto de

---

<sup>35</sup> *Idem.* P. 125.

<sup>36</sup> MARTINEZ, N. *Op. Cit.* Páginas 14 e 15.

<sup>37</sup> *Idem.* P. 16

estudo da chamada “História dos Marginais”, por Jean-Claude Schimitt<sup>38</sup>. Segundo ele, que trata mais especificamente dos ciganos na França, as primeiras reações no início do século XV estavam relacionadas ao temor frente ao desconhecido, em virtude do caráter exótico desses grupos, mas, a caridade para com aqueles considerados peregrinos ainda prevalecia sobre a desconfiança. Mesmo assim, as prefeituras já se incomodavam com sua presença, passando a pagar para que fossem embora, em algumas regiões.

No entanto, a partir do século XVI, os ciganos são assimilados explicitamente pelas autoridades aos “indigentes e vagabundos”, não tendo “nem profissão, nem domicílio”, gerando uma seqüência de decretos que vão rejeitar e manter predominantemente os ciganos no âmbito das margens, da periferia.<sup>39</sup> Schimitt consegue delimitar muito bem as razões que impulsionam uma maior marginalização dos ciganos com o advento da Era Moderna, considerando que este representa o momento derradeiro em que as margens são verdadeiramente rejeitadas para a periferia. Em função da emergente “Razão do Estado”, onde o monarca amparado pelo Direito Divino se sustenta em novas instituições (justiça, polícia, etc), a Igreja torna-se apenas parte integrante de uma complexa engrenagem, criada para regular as transformações da transferência da predominante economia rural para um emergente mercado de trabalho que se formava nas cidades. Enquanto agiliza-se um processo crescente de valorização do trabalho enquanto critério indispensável na chamada “utilidade social”<sup>40</sup>, esvazia-se paulatinamente as práticas que se baseavam no ideal evangélico até então bem aceito de pobreza voluntária, que durante longo período, permitiram a sobrevivência e uma melhor adequação dos ciganos, que puderam de alguma forma circular mais livremente pelo território europeu.

O cerco se fecha para os “falsos mendigos” ou “mendigos válidos”, ou seja, aqueles que possuem capacidade física para trabalhar, que se tornam bandidos, porque sinônimos de ladrões em potencial da esmola devida aos “pobres de verdade”. Seja como peregrinos, anteriormente assimilados, ou agora, vinculados aos bandidos, o autor conclui que os ciganos, na verdade, nunca ocuparam um lugar reconhecidamente específico na sociedade tradicional.

---

<sup>38</sup> SCHIMITT, Jean-Claude. A História dos Marginais. IN: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. P. 261 a 290.

<sup>39</sup> Num decreto emitido no território francês, em 1682, o teor das determinações indica que os homens devem ser mandados às galés, as mulheres devem ter seus cabelos raspados e ser banidas, e as crianças devem ser internadas no Hospital. *Idem*. P. 277.

<sup>40</sup> *Idem*. P. 286.

Também atento a esse momento marcante na história dos ciganos, ao qual define como o “virar da maré”, Fraser destaca como fator agravante a resistência dos ciganos em sedentarizarem-se, que, entre outras conseqüências, não permitia um vínculo dos mesmos com uma paróquia de referência, que pudesse intermediar para os mesmos as costumeiras esmolas. Numa época marcada por profundas transformações na sociedade, onde inclusive o clima religioso encontrava-se em conflito, em virtude da Reforma Protestante, Angus Fraser reconhece nos ciganos a representação da “negação gritante” dos valores e premissas que permeavam a moral dominante no século XVI europeu:

A estratégia original, que servira bem os ciganos, não mantivera inteiramente a sua utilidade nos meados do século XVI, mas a paixão pelas peregrinações e o estatuto de peregrino sofreram um golpe decisivo. Além disso, a mendicidade, que tinha sido encarada com bonomia pela Igreja nos tempos da idealização franciscana da pobreza, começara a atrair, já há um tempo considerável sanções das autoridades e era então alvo de violentos ataques de Lutero e outros, como coisa a ser extirpada de toda a Cristandade.<sup>41</sup>

Fraser discorre sobre o que chama de “maré repressiva generalizada”, dedicando um capítulo de seu livro<sup>42</sup> ao estudo de aproximadamente 200 anos (meados do séc. XVI até últimas décadas dos séc. XVIII), marcados por uma “deprimente uniformidade na resposta da maior parte das potências européias à presença dos ciganos”,<sup>43</sup> dificultando a circulação e a convivência pacífica desses grupos com a população e as autoridades, estas, mais do que nunca, munidas de instrumentos legais limitadores de qualquer tipo de tentativa de manifestação da forma de viver cigana.

De origem obscura e destino incerto, sem domicílio fixo, avessos à nova ordem econômica, gestora das grandes massas de trabalhadores assalariados e disciplinados, considerados por isso inúteis enquanto mão-de-obra, os ciganos passam a ser radicalmente definidos como incorrigíveis, pertencentes ao mundo dos “mendigos vigorosos”. Observando as inúmeras leis e decretos estudados por Fraser, percebemos que restavam progressivamente aos grupos ciganos, por onde passavam, três caminhos mais prováveis: a expulsão (banimento perpétuo), as pressões das tentativas de assimilação à força, ou as penas, que iam desde multas e confisco de bens (inclusive para aqueles que amparassem ou protegessem os ciganos), passando pela extirpação de órgãos do corpo (orelhas, por exemplo), ou pela

---

<sup>41</sup> FRASER, A. *Op. Cit.* Páginas 125 e 126.

<sup>42</sup> Trata-se do Capítulo intitulado “A Pressão das Grilhetas”. FRASER, A. *Op. Cit.* Páginas 131 a 185.

<sup>43</sup> *Idem.* Pág. 131.

condenação ao trabalho forçado nas galés, chegando até a pena de morte (principalmente enforcamento para os homens e afogamento para as mulheres e crianças), determinações estas que definiam o tom das leis anti-ciganos européias nesse período.

Tais medidas estão expressas através de Leis de Vagabundagem específicas contra os ciganos na Inglaterra e País de Gales, na Escócia (com destaque para o governo de Jaime VI, potencialmente mais rígido em relação aos ciganos), na França (auge da repressão com Luiz XVI, com uma lei de julho de 1682), Lorena e Flandres (consideradas localidades onde as tentativas de promoção de políticas de supressão dos ciganos no Séc. XVIII foram tidas como as mais bem sucedidas), sem contar com decretos emitidos na Holanda, Alemanha, Prússia, Saxônia, Áustria e Portugal, entre outras. Aliás, no aspecto ligado às diversas políticas de banimento e sedentarização adotadas na Europa desde o século XVI, Fraser destaca Portugal como nação pioneira e maior precursora da estratégia de deportar os ciganos para as colônias ultramarinas como método de expulsão.<sup>44</sup>

Já a Espanha destaca-se como exemplo extremo, tanto de “abordagem aniquilatória” como de modelo “assimilatatório”, inspirando as práticas repressivas de diversos outros países até o século XX, conseguindo uma perceptível e inigualável eficácia no processo de sedentarização dos grupos ciganos<sup>45</sup>, fato que provavelmente é o responsável por nossa equivocada referência atual de que nesse país encontram-se as verdadeiras origens do povo Cigano.

Percebemos enfim, que, apesar de algumas especificidades de região para região, o fato é que, essa uniformidade espaço-temporal da efetivação das políticas anti-ciganos vigentes na Europa por mais de dois séculos consecutivos, em termos gerais, levaram a uma recorrente e progressiva banalização da violência contra os mesmos.

A produção de algumas influentes obras, literárias ou não, nesse período, contribuiu para a construção da imagem dos ciganos ao longo da História. Na literatura, por exemplo, é muito conhecida a obra “A Farsa das Ciganas” de Gil Vicente, que vincula os ciganos à mendicância, à dança e música, aos negócios com cavalos, à leitura da sina e promessas de boa sorte, pelas mulheres, num predominante clima de crítica e de sarcasmo.<sup>46</sup> Consideramos esse exemplo importante já que diz respeito ao contexto Português, do qual, no Brasil herdamos a legislação e demais bagagens de critérios de exclusão dos ciganos, já prontas.

---

<sup>44</sup> FRASER, A *Op. Cit.*, P. 165-167.

<sup>45</sup> *Idem.* P. 158.

<sup>46</sup> IN: FRASER, A. *Op. Cit.* P. 102.

Também a ebulição de novas idéias, trazidas pela Era das Luzes, ajudaram a construir, segundo Fraser, grande parte das imagens que conhecemos sobre os ciganos. A *Encyclopédie*, de Diderot, por exemplo, define os ciganos como “vagabundos que praticam a profecia pela leitura de mãos. O seu talento é cantar, dançar e roubar.”<sup>47</sup>. Chegando ao século XIX, Fraser trata também, como quesito agravante, entre outros fatores, o advento e a influência do Darwinismo Social como doutrina que contribuiu para o acirramento das perseguições aos ciganos.

É indiscutível que, degradantes ou românticas, de qualquer forma, cercadas de generalizações e estereótipos, todas essas informações referentes aos ciganos, certamente, tiveram um lugar garantido em nossa bagagem de heranças européias.

### 1.3) A Presença dos Ciganos no Brasil

Quando eu tinha uns quatro anos ouvi isso de meu pai, que deve ter ouvido na mesma idade, assim como meu avô, e até hoje eu falo para os meus filhos: basta ser cigano para ser culpado.

Zarco Fernandes<sup>48</sup>

As informações mais seguras indicam que as primeiras grandes famílias ou mesmo indivíduos ciganos que chegaram ao Brasil vieram de Portugal, sendo que estes ocuparam a Península Ibérica entre os séculos XIV e XV. Os documentos mais antigos conhecidos que tratam da presença de ciganos na Península Ibérica datam de 1415 e 1425, ambos emitidos por D. Afonso V e autorizavam a circulação temporária de ciganos em Aragão. Esse último determinando que os mesmos fossem bem tratados e acolhidos por um período de três meses, sem pagarem taxas ou tributos. Esse teor já não é o mesmo nos documentos do século XVI, quando muitas leis e regulamentos tentam erradicar os ciganos de Portugal ou obrigá-los a se integrarem na sociedade através da sedentarização, medidas estas seguem a tendência do restante do território europeu, como vimos acima, e que são percebidas até o final da monarquia portuguesa, em 1910.<sup>49</sup>

<sup>47</sup> IN: FRASER. A. *Op. Cit.*, p. 146.

<sup>48</sup> Entrevista concedida à autora, em 28/04/2006, por Zarco Fernandes, líder Calon em Minas Gerais, presidente do Centro de Cultura Cigana, com sede em Juiz de Fora.

<sup>49</sup> NUNES, Olimpio – *O Povo Cigano*. Lisboa: Grafilarte Artes Gráficas, 1996. *Apud*. DIAS, Isabel. *Realojamento da Comunidade Cigana do Vale do Forno: a Partilha de Uma Experiência*. Páginas 5 e 6. Anais

Um misto de intolerância e posturas contraditórias, sejam de origem econômica, política, cultural ou religiosa, e expressas tanto pelas autoridades, como pela população ou mesmo pelos próprios ciganos, sempre permearam a trajetória desses grupos no Brasil.

Boa parte desse panorama é herança de além-mar, já que a legislação metropolitana nesse aspecto se aproximava das medidas anti-ciganos adotadas em toda a Europa. Em Portugal, as restrições aos ciganos e aos descendentes destes aparecem nas Ordenações Manuelinas (1514-21), tornando-se ainda mais rígidas através das Ordenações Filipinas (1603).<sup>50</sup>

Pesquisas demonstram que os ciganos chegaram ao Brasil ainda no período colonial, mas não existe um consenso quanto à data exata. Porém, as informações observadas remetem ao predomínio de uma causa comum: o degredo de indivíduos ou famílias ciganas provenientes da Península Ibérica, por determinação da Coroa Portuguesa. As deportações de ciganos de Portugal para o Brasil se estenderam até o final do século XVIII.

O historiador Geraldo Pieroni<sup>51</sup> destaca o Séc. XVII como o momento em que se generalizou o degredo de “bandos” de ciganos para o Brasil, principalmente após a resolução real de 1686. Esse decreto estendia a determinação das Ordenações Filipinas de 1603, que determinavam o degredo de ciganos para a África, e agora também para o Maranhão, no território brasileiro.<sup>52</sup> Pieroni conclui através de seu trabalho, que esse decreto representou um dos principais instrumentos utilizados pela coroa portuguesa para “despejar” seus “elementos indesejáveis” e “gentes inúteis”, expulsando para as colônias ultramarinas seu contingente populacional considerado perigoso e transgressor (no qual se inseriam freqüentemente os ciganos), num prisma segundo o qual o degredo funcionava como um ritual de purificação, ligado também a questões religiosas, sob o comando do Santo Ofício. Porém, antes desse período, encontram-se vários registros sobre a presença de ciganos no Brasil, sobre os quais selecionamos alguns exemplos. Um dos primeiros registros trata sobre uma resolução de Dom Sebastião, rei de Portugal, que, em 1574, determinou o degredo para o Brasil do cigano João de Torres, sua mulher e filhos.<sup>53</sup>

---

do II Congresso Português de Demografia promovido pela Associação Portuguesa de Demografia. Lisboa: Portugal, 2004. Artigo disponível no site: <http://www.apdemografia.pt/GLOBAL.HTM>.

<sup>50</sup> GONÇALVES, Andréa Lisly. Ambigüidades da Política Metropolitana em relação aos ciganos. IN: GONÇALVES, Andréa Lisly e OLIVEIRA, Ronald Polito de. (org.). *Termo de Mariana*, Vol. II: História e documentação. 1ª. Edição. Ouro Preto, 2004, p. 117.

<sup>51</sup> PIERONI, Geraldo. *Vadios e Ciganos, Heréticos e Bruxas. Os Degredados no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: Fundação Biblioteca Nacional, 2000. p. 111-114.

<sup>52</sup> COELHO, F.A. *Os Ciganos de Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995. págs. 199 e 200.

<sup>53</sup> Arquivo Nacional. Livro 16 de Legitimações de D. Sebastião e D. Henrique – fl. 189. Apud COELHO, F. A., *Op. Cit.*, p. 200.



Laura de Mello e Souza inclui em seus estudos sobre Minas colonial, abordagens sobre ciganos e seus envolvimento com “infrações a nível de grupo”<sup>54</sup>, destacando-os como unidos entre si por forte identidade cultural e “nacionalidade” comum. Nesse estudo, a autora identifica que eram corriqueiros os choques entre ciganos e tropas do governo, e define que, no decorrer do século XVIII o número de grupos ciganos em Minas aumentou consideravelmente, em virtude uma série de perseguições e expulsões de muitos deles, por ordem do vice-rei, do território baiano, aonde chegavam de Portugal. Em sua obra *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*,<sup>55</sup> um dos primeiros estudos realizados no Brasil sobre a feitiçaria nos tempos coloniais, a mesma autora estuda o caso de duas ciganas, Tareja Roiz e Joana Ribeira, envolvidas em acontecimentos diferentes, mas ambos ligados à acusações de feitiçaria levantadas pela Primeira Visitação do Santo Ofício à Bahia. Esse tipo de envolvimento era comum, já que, como conclui a autora, as práticas religiosas cotidianas dos colonos (não só dos ciganos), facilmente se chocavam com os dogmas que compunham o corpo doutrinal da Igreja, tais como o Juízo Final e a existência do Purgatório.

Sobre a origem dos ciganos em Minas e as perseguições inquisitoriais aos mesmos, encontramos também informações no trabalho de Rodrigo Corrêa Teixeira. O autor, ao estudar as deportações de ciganos portugueses<sup>56</sup>, analisa as cartas do secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo Castro, cujo conteúdo indica o envio anual de cerca de 400 ciganos para o Brasil, entre os anos de 1780 e 1786. Ele também identifica, tanto através de abordagens em estudos anteriores, como por meio da análise de uma série de decretos expedidos pela coroa em 1718, referentes à expulsão de ciganos de regiões do nordeste (Bahia, Pernambuco, Sergipe), que muitos desses vieram para o território das Minas acompanhando o Rio São Francisco.

Quanto às questões inquisitoriais, Teixeira destaca o fato de que a chamada “feitiçaria cigana” normalmente não ia além da prática da leitura de mãos, denominada pelos ciganos de *buena-dicha*, mas, tal prática era rigorosamente atacada pelos religiosos, que pressionavam a Coroa portuguesa no âmbito das providências legislativas:

---

<sup>54</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*, Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 197 a 199.

<sup>55</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras. 1989 (2ª ed.), p. 124 e 202.

<sup>56</sup> TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. *Op. Cit.* Páginas. 27 e 28.

O fato de não empregarem os sacramentos católicos (casamento ou batismo de crianças, por exemplo), em favor de seus costumes, desafiava a moral religiosa, que pretendia controlar todas as parcelas da sociedade. Tomada como afronta a Igreja, as cerimônias que os ciganos faziam a sua maneira, gerou uma duradoura antipatia do clero.<sup>57</sup>

Já a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro<sup>58</sup>, interpreta o preconceito para com os ciganos no Brasil colonial como vinculado principalmente à existência de “manifestações evidentes de racismo biológico e social”<sup>59</sup> contra os descendentes de judeus, no decorrer dos séculos XVI, XVII e XVIII:

O preconceito racial foi uma realidade no Brasil, durante os três séculos que foi colônia de Portugal. Judeus, mouros, negros, mulatos, indígenas, cristãos-novos e ciganos eram considerados inaptos para participar da sociedade colonial. As origens dessa situação explicam-se em função do processo histórico que determinou a evolução social e étnica da Península Ibérica. Esses elementos herdaram de seus predecessores não apenas uma legislação que os distinguia dos demais membros da sociedade, mas também uma estrutura social organizada em função daqueles que os discriminavam, considerando-os portadores de sangue de uma raça “infecta” ou, então, qualificando-os com uma série de adjetivos, como vadios, sujos, irresponsáveis.<sup>60</sup>

Com base em uma vasta documentação, entre as quais os Estatutos das Ordens Religiosas em Portugal e no Brasil, a autora relaciona diretamente a crença de que a “verdadeira fé católica”, nesse período, adotou e associou-se progressivamente à idéia do “mito da pureza do sangue”, o que acabou por caracterizar a organização social portuguesa em dois grupos distintos. Um formado pela minoria branca, cristã e legal, ao qual ela designa como “discriminador”. Um segundo grupo, os “discriminados”, seria composto, além dos

---

<sup>57</sup> *Idem*, P. 03.

<sup>58</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Preconceito Racial em Portugal e Brasil Colônia: os cristãos-novos e o mito da pureza do sangue*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

<sup>59</sup> É importante destacar que nesse trabalho encontramos uma recorrente discussão sobre o histórico e a terminologia referentes à questão racial em vários momentos e sob diferentes ângulos teóricos, que são cautelosamente discutidos pela autora. Sob o aspecto ao qual lançamos nosso olhar, registramos aqui que Carneiro adota um diferencial conceitual que caracteriza o “racismo tradicional” relacionado ao período por ela estudado, e o “racismo moderno”, que começa a emergir em meados do século XVIII e se define paralelamente ao impulso do liberalismo na Europa do século XIX. Propõe que ambas as categorias se sustentam sob a idéia de uma sociedade dividida em raças puras ou superiores e raças impuras ou inferiores, de acordo com critérios sanguíneos. A diferença está, conforme especifica Todorov, no conceito de “raça”, que no chamado racismo tradicional se faz com base em fundamentos teológicos e na corrente monogenista da Igreja, enquanto que para o racismo moderno a base é o cientificismo, cujas teorias alimentam a corrente poligenista. TODOROV, Tzvetan. *Nós e os Outros. A reflexão Francesa sobre a Diversidade Humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. Página 111. *Apud*: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Op. Cit.* Páginas 13 e 14.

<sup>60</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Op. Cit.* P. 207.

cristão-novos, pelos ciganos, negros, mulatos, mouros e judeus.<sup>61</sup> Seguindo esse fio condutor, Tucci Carneiro cita várias vezes os ciganos em sua pesquisa, como alvos constantes de um enorme preconceito racial que caracterizou Portugal e o Brasil Colônia, quando, em termos gerais, a implantação do “Estatuto de Pureza de Sangue”, endossado nos países ibéricos não só pelas instituições religiosas, mas também sociais e militares,<sup>62</sup> gerou uma legislação amplamente discriminatória que justificou um longo período de segregação aos tidos como possuidores de “sangue impuro”, assim como de seus descendentes, atingindo diretamente sua organização, observação da autora que consideramos bastante significativa:

A ordem simbólica imposta por aqueles que ocupavam posição privilegiada junto aos órgãos estatais e eclesiásticos transformou, tanto os descendentes de judeus como os demais grupos étnicos, em elementos estigmatizados, obrigando-os, muitas vezes, a mudar seus hábitos e costumes, e a endossar a ideologia vigente, com o objetivo de fugir à morte ou às perseguições empreendidas pelo Tribunal da Inquisição.<sup>63</sup>

Além das questões religiosas e raciais, fundamentais, outro fator, de caráter mais específico, que parecia incomodar sobremaneira as autoridades no Brasil Colônia era o característico nomadismo dos grupos ciganos. O fato de não se fixarem por muito tempo numa determinada localidade parecia despertar a desconfiança das milícias, que viam nesse comportamento uma forma de se esquivar dos possíveis crimes de roubo cometidos por onde passavam. Esse receio é percebido, pelo menos em Minas Gerais, através de decretos, que, por vezes, ao invés de determinarem a expulsão dos ciganos de uma certa localidade, estabeleciam que estes deviam fixar residência, ao “invés de seguirem errando pelas diversas regiões da capitania.”<sup>64</sup> Esse é apenas um dos fatores capazes de demonstrar uma recorrente contradição das autoridades da Metrópole frente a presença dos ciganos:

...a política metropolitana em relação aos ciganos esteve longe de ser linear, não ficando afastadas da ação das autoridades as pretensões de incluírem, ainda que de forma instável, esse grupo social nos planos de expansão de seu império colonial.<sup>65</sup>

---

<sup>61</sup> *Idem.* P. 8

<sup>62</sup> *Idem.* P. 126 e 127.

<sup>63</sup> *Idem.* P. 279.

<sup>64</sup> GONÇALVES, Andréa Lisly. *Op. Cit.*, P. 118.

<sup>65</sup> *Idem.* P. 119.

Durante a permanência da Corte Portuguesa no Brasil, atribui-se a uma conseqüente urbanização, uma relativa inserção dos ciganos em atividades econômicas mais lucrativas, como o comércio de escravos (sendo que antes comerciavam principalmente animais – cavalos e mulas - entre outros objetos), tendo ocupado o Campo de Sant’Ana no Rio de Janeiro, que se tornou ponto de referência histórica sobre a presença de ciganos, e também comercializavam por várias regiões de Minas Gerais, o que gerou enriquecimento e relativo *status* a alguns grupos. O nível de vinculação dos ciganos com o tráfico e comércio de escravos é ainda um tema pouco explorado entre os historiadores, merecendo estudos e releituras acadêmicas sobre tal assunto, mesmo porque, predominaram sempre cercos legais aos ciganos em relação a qualquer tipo de atividade envolvendo transações comerciais. Mas alguns autores confirmam a participação dos ciganos enquanto grupo atuante entre os intermediários de escravos ao longo do século XIX, em diferentes regiões, ao lado de comissários, mascates portugueses, tropeiros mineiros e paulistas, libertos, entre outros.<sup>66</sup> Registra-se também, que no Rio de Janeiro, houveram algumas profissões ocupadas por ciganos nesse momento, entre as quais destaca-se a de meirinho (oficiais de justiça).<sup>67</sup>

Além de se ocuparem predominantemente de atividades comerciais, há registros de que os ciganos participaram ativamente, no início do século XIX, de apresentações artísticas e em festividades ligadas à Corte, como em casamentos importantes, como da filha mais velha de D. João VI com um infante da Espanha (1810) e no de D. Pedro I com a Princesa Leopoldina (1813), e também nas comemorações da elevação do Brasil a Reino Unido (1815), que duraram três dias.<sup>68</sup>

Atuavam como artistas também em Minas Gerais, onde, desde o século XVIII já se registrava a presença de trupes de artistas ciganos na região do ouro. Como exemplo, podemos

---

<sup>66</sup> Sobre esse aspecto destacamos: KARASCH, Mary C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro* (1808-1850). São Paulo. Companhia das Letras, 2000. p. 93 ; MOTT, Luiz . Santo Antônio, o divino capitão-do-mato. IN: REIS, João José, GOMES, Flávio dos Santos (orgs). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. P. 128. *Apud*. GONÇALVES, Andréa Lisy. *Op. Cit.* Páginas 118 e 119. Ver também: DONOVAN B. M., “Changing perceptions of social deviance: gypsies in early modern Portugal and Brazil”, *Journal of Social History*, Vol. 26, 1992, p. 47. DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975. 3 v. 2 tomos. Páginas 188-190; SAINT HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 1975. P. 102. *Apud*. TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. *Op.Cit.* Páginas 39 a 51.

<sup>67</sup> COROACY, V. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955. p. 102. *Apud* TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. *Op.cit.* p.34.

<sup>68</sup> Para saber mais sobre a participação de ciganos em festividades reais deve-se consultar: MORAIS FILHO. A. F. Mello, *Os ciganos no Brasil & Cancioneiro dos ciganos*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1981; SANTOS, L. G. dos (Padre Pererêca), *Memórias para servir à história do Reino do Brasil*, 2º tomo, Rio de Janeiro, Editora Zélio Valverde, 1943 e DONOVAN, B. M., “Changing perceptions of social deviance: gypsies in early modern Portugal and Brazil”, *Journal of Social History*, Vol. 26, 1992. *Apud*. TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. *Op.Cit.* Páginas 33 a 38.

citar a denúncia ao Santo Ofício por parte do bispo do Rio de Janeiro, Dom Frei Antônio de Guadalupe (1727), de que haviam comediantes ciganos atuando em Vila Rica e em outras partes da capitania mineira, apresentando "com grande aparato, comédias e óperas imorais, em afronta aos sagrados preceitos da Santa Igreja"<sup>69</sup>.

Percebemos assim, no Brasil, durante o período colonial e parte do Império, alguns aspectos que demonstram existir nesses momentos algumas brechas para práticas e convivências menos conflituosas entre ciganos e não ciganos, que, na Metrópole, parecem inconcebíveis. Essa situação começa a alterar-se expressivamente no século XIX, em virtude de acontecimentos paralelos que foram se desenvolvendo no cenário em questão. Os movimentos pela Independência, as pressões abolicionistas e, com grande força, a política de construção de uma identidade nacional, atrelada à idéia de modernização e civilização dos costumes, sem esquecer das discussões raciais acirradas com a imigração de trabalhadores europeus no pós-abolição, intensificaram a repressão às populações que destoavam dos ideais de "progresso", fechando o cerco sobre os ciganos, que sofrem intensas pressões para deixarem os centros urbanos e se afastarem das periferias.

Para compreendermos melhor a situação dos ciganos nesse período, é imprescindível que atentemos para um processo migratório, que, possivelmente, representou um agravante na situação de desconforto e conflito em relação aos mesmos. Além de grupos de ciganos provenientes da Península Ibérica, no período colonial, foi constante também nesse momento a chegada de famílias oriundas da região dos Bálcãs e da Hungria, que passaram por um período de forte migração no final do século XIX e início do XX, quando muitos grupos se espalharam pela Europa e também buscaram a América, ocupando de maneira ostensiva (até 1914) os Estados Unidos (provenientes principalmente da Inglaterra) e alguns países no Canadá, México e América do Sul, onde os regulamentos que controlavam a entrada de imigrantes eram mais brandos<sup>70</sup>. No Brasil, com destaque para a região sudeste, chegaram muitos ciganos dessas localidades, denominados regularmente pelas autoridades e principalmente pela imprensa do período por "turcos", "boêmios" ou "sérvios".

Essa percepção sobre as duas principais correntes migratórias, de diferentes origens e períodos, deve ser atentamente considerada por todos aqueles que estudam o tema, conforme afirmou Teixeira, em seu trabalho:

---

<sup>69</sup> DUARTE, Regina Horta. *Noites Circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. Campinas, UNICAMP, 1995, P.81. Apud. TEIXEIRA, R.C., *OP. Cit.* P. 97.

<sup>70</sup> FRASER, Angus. *História do Povo Cigano*. Op.cit, págs. 218 a 223.

Historicizar os ciganos nos remete a compreendê-los na sua pluralidade e no seu excepcionalismo. Há uma generalidade reducionista ao se chamar de ciganos indivíduos e/ou comunidades com diferenças significativas entre si. Precisa-se, assim, tomar cuidado ao denominar "cigana" a identidade de grupos que chegaram ao Brasil deportados de Portugal, desde o século XVI e, ao mesmo tempo, a identidade de famílias oriundas dos Balcãs e da Europa Central, que chegaram ao país no final do século XIX. Trata-se de uma enganosa generalização, sem dúvida, pois que o espaço e o tempo modificam sensivelmente a constituição desses sujeitos.<sup>71</sup>

Os ciganos então passam a protagonizar, de maneira progressiva, notícias de acontecimentos marcados por violência, não mais vinculados a questões de desvios religiosos, teor das acusações inquisitoriais, ou através de tentativas de inclusão forçadas desses grupos à sociedade. Desencadeia-se um crescente processo de exclusão, justificado pela disseminação das idéias de que seriam representantes de uma “raça inferior”, adeptos da “vadiagem”, pretensamente destituídos de noções de higiene, além de socialmente desclassificados e inaptos para o trabalho disciplinado e honesto. Esse quadro de interpretações é propício ao agravamento de mitos e preconceitos por parte, tanto das autoridades, como da população, seja na área rural ou urbana.

O auge de episódios violentos ocorre nas últimas décadas do século XIX e início do Séc. XX, quando se tornaram freqüentes acontecimentos denominados pelas autoridades policiais e pela imprensa de “correrias de ciganos”<sup>72</sup>, quando registra-se o período de maior acirramento de perseguições até então conhecida na história do Brasil, incluindo-se nesse contexto a Zona da Mata Mineira, conforme destacaremos nos próximos capítulos.

Os aspectos dos quais tratamos até aqui, nos permitem perceber um marcante predomínio da intolerância contra os ciganos no Brasil por parte das autoridades e da legislação em períodos que abrangem desde a Colônia, passando pelo Império e acirrando-se durante a 1ª República no Brasil, sendo este último nosso principal foco de atenção nesse trabalho.

Em relação às décadas posteriores, repete-se a escassez de informações formalizadas que contemplem os ciganos como grupos pertencentes ao cenário da sociedade brasileira. Particularmente, consideramos que a informação mais relevante registrada até agora consta em um outro trabalho da já citada historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro, considerado um

---

<sup>71</sup> TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. *Op. Cit.* P. 20.

<sup>72</sup> TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. *Op. Cit.* P. 69 e 70. Nesse trabalho, ao estudar os relatórios dos comandantes da Brigada Policial do Estado de Minas Gerais como um todo, o autor identifica cerca de 45 localidades onde ocorreram conflitos entre ciganos e a polícia, entre os quais se inclui Juiz de Fora.

dos clássicos nacionais sobre as medidas anti-semitas adotadas nos bastidores do Governo Vargas.<sup>73</sup>

Destacamos aqui esse trabalho por dois motivos principais. Primeiramente, pelo fato de, apesar de não contemplar os ciganos como objeto específico de estudos, nos permitir compreender que estes, eram alvo certo e explícito de propostas e ações durante a ditadura de Vargas, quando, entre uma série de medidas que buscavam uma “homogeneidade racial”, inspirada na “mitologia do trabalho como fonte de riqueza e ordem social”, propunha-se, em nome da nacionalização, a execução de uma nova política demográfica que incluía uma implacável “política de restrição à imigração”.<sup>74</sup> Elaborou-se então uma legislação que passou a regulamentar a entrada e permanência de estrangeiros no Brasil, sendo que essa tarefa foi entregue, em 1938, a uma comissão específica, encarregada por Getúlio Vargas de estudar as leis para efetivar esse controle. A intenção era intensificar as “boas correntes migratórias”, através de uma série de decretos-leis resultantes da atuação da citada comissão. Tucci Carneiro destaca o Decreto-Lei de n. 406, de 04 de maio de 1938, regulamentado pelo Decreto n. 3.010, de 20 de agosto do mesmo ano, que, a partir do conceito de bom (normal) e de mau (ou anormal), e dos critérios de “raça, nação e religião”, definia quais eram os estrangeiros “desacreditados pelo regime”<sup>75</sup>, classificando, da seguinte forma, os imigrantes “indesejáveis”:

- Aleijados ou mutilados, inválidos, cegos, surdos-mudos;
- Indigentes, vagabundos, ciganos e congêneres;
- Os que apresentam afecção nervosa ou mental;
- Doentes de moléstias infecto-contagiosas graves (tuberculose, infecção venérea, lepra, etc.)
- Com lesões orgânicas, como insuficiência funcional;
- De conduta *nociva* à vida pública, à segurança nacional ou à estrutura das instituições;
- Condenados em outro país por crime de natureza que determina sua extradição.<sup>76</sup>

---

<sup>73</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Anti-Semitismo na Era Vargas: Fantasmas de Uma Geração (1930-1945)*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

<sup>74</sup> *Idem.* P. 89.

<sup>75</sup> *Idem.* P. 124 e 125.

<sup>76</sup> *Idem.* P. 125

Assim, se Dornas Filho afirma em seu trabalho que, em termos legislativos “a República veio encontrar o problema do cigano na mesma situação que há três séculos”<sup>77</sup>, as abordagens de Tucci Carneiro nos permitem identificar uma recorrente continuidade repressiva à presença dos ciganos no Brasil através das políticas de imigração do Estado Novo.

Além dessa constatação, um segundo e igualmente importante fator que nos faz dialogar aqui com o trabalho de Tucci Carneiro, é o fato de que a autora, através de um minucioso estudo, atribui a eclosão do anti-semitismo nos anos 30, ao fato de o projeto político-cultural do Estado Novo ter sido gestado sob forte influência e assimilação de idéias dos intelectuais que atuaram no Brasil em fins do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX, período que é o foco de nosso maior interesse nesse trabalho. Entre esses intelectuais, que contribuíram com a construção dos argumentos racistas e exaltação às raças eugênicas, postura assumida a partir de 1937, Tucci Carneiro identifica, atribuindo-lhes o papel de “fantasmas de uma geração”, Sílvio Romero (1851-1914), Euclides da Cunha (1866-1909), Alberto Torres (1865-1917), Oliveira Vianna (1883-1951) e Nina Rodrigues (1862-1906), os quais adotaram e divulgaram nacionalmente as novas modalidades do pensamento europeu, emergentes a partir do Século XIX (positivismo, darwinismo social e evolucionismo)<sup>78</sup>:

Com a instauração do regime autoritário estadonovista e o crescimento das idéias nacionalistas, o anti-semitismo encontrou um campo propício à sua eclosão. Entretanto, este momento não foi gerado nas entranhas do Estado Novo. A situação vinha, há muito tempo, sendo fermentada a partir de ideologias anteriores que, apesar de não permanecerem constantes e uniformes, influenciaram para que, nos anos 30, tais idéias preconceituosas viessem à tona insufladas pelos acontecimentos que pontilhavam a política nacional e internacional.<sup>79</sup>

Essas informações endossam a importância da época marcada pela transição e implantação da República no Brasil, assim como das suas décadas iniciais, como pano de fundo de acontecimentos bastante relevantes que vieram a influenciar também a trajetória dos grupos ciganos, que, como atores pertencentes a essa realidade, tiveram que buscar novas maneiras de viver, se organizar e buscar novos caminhos para tentar se adaptar ao panorama

<sup>77</sup> DORNAS FILHO, João. *Op. Cit.* P. 156.

<sup>78</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Op. Cit.* Páginas 45 a 56.

<sup>79</sup> *Idem.* P. 45



nacional, profundamente dinâmico, em meio às tentativas de conservarem ao máximo suas tradições .

Reiteramos, assim, nosso pressuposto de que o contexto da Primeira República delineou o período mais marcante em relação à perseguição e exclusão dos ciganos no Brasil, com destaque para as regiões onde se desenvolviam os centros urbanos. Extrapola-se, nesse momento, a continuidade da legislação, até então sempre restritiva, passando-se a uma visível e mais ampla eficiência prática, em virtude, entre outros fatores, da nova ordem urbana que se instaurava sob a vigilância da recém institucionalizada força policial, aspectos sobre os quais ainda trataremos com mais detalhes nesse trabalho.

Esse auge de conflitos, intolerância e práticas restritivas deixaram profundos abalos na organização interna desses grupos, e, o entendimento de grande parte da extensão desses problemas, nos é permitido, não só através do estudo do período em si, mas também por meio da análise de acontecimentos contemporâneos, sobre os quais trataremos na conclusão dessa dissertação, certos de que, o momento presente, será incorporado pelos futuros estudiosos dessa temática como um marco de fundamental importância para a compreensão da História dos ciganos no Brasil.

## CAPÍTULO 2

### “SANEAMENTO MORAL E MATERIAL” – A INTOLERÂNCIA NAS PÁGINAS DOS JORNAIS

Na sua História fomos expulsos perseguidos ou mortos sem ao menos saber por quê. Nos seus livros somos sinônimos de errantes, vadios e trapaceiros[ ] Nós refletimos a sua liberdade, a sua esperança no amanhã... Não somos só um sonho, nós participamos da sua História.

Além da Lenda<sup>80</sup>

Nesse capítulo nos deteremos num recorte espaço-temporal mais específico. Trata-se da presença dos ciganos na cidade de Juiz de Fora, assim como nas localidades vizinhas, que era assunto regularmente abordado pelos jornais locais nas décadas que se aproximam da virada para o século XX, assim como nas primeiras que sucedem essa passagem. Após devida contextualização, precederemos à análise das notícias publicadas nesses jornais, sendo que estas nos permitem identificar as principais características que compunham a imagem dos ciganos para a sociedade da época, as quais organizamos em diferentes aspectos. Iniciando com um marcante antagonismo nas páginas literárias, passando pelas referências que incluem os ciganos entre a imigração indesejada, já que nada tinham a oferecer para o “progresso” da cidade, chegamos à predominante visão dos ciganos enquanto indivíduos ou grupos pertencentes à categoria dos “mendigos válidos”, portanto, adeptos incorrigíveis da vadiagem, configurando-se em “casos de polícia”.

Já tratamos, no primeiro capítulo, com base nos estudos de Schmitt e Fraser, sobre o momento marcante pelo qual passaram os ciganos em meio às transformações no contexto europeu do século XVI. Em virtude, principalmente das atividades que praticavam para sobreviver, que não eram consideradas profissões, e também por sua resistência em sedentarizarem-se, foram assimilados explicitamente pelas autoridades como indigentes e vagabundos, representando, o advento da Era Moderna, um momento em que foram

---

<sup>80</sup> Peça Teatral Cigana. *Op. Cit.*

definitivamente reconhecidos e tratados como pertencentes ao universo da marginalidade. Percebemos também que foi sob essa realidade que os ciganos chegaram ao território brasileiro, ainda no período colonial, como degredados ou imigrantes clandestinos, procurando se libertar do julgo das políticas anti-ciganos que estavam sendo aplicadas intensamente na Península Ibérica.

Informações históricas nos apontam para a circulação de grupos ciganos no Brasil desde o período colonial e em vários períodos em Minas, e, de maneira efetiva, nos séculos XIX e XX em Juiz de Fora e região, sendo que, em virtude de seu modo “diferente” de viver, incomodavam e geravam conflitos, ações e reações, representando, para as autoridades, um obstáculo à implementação do projeto modernizante adotado pelas elites locais.

Se na Europa a Idade Moderna significou a grande virada na trajetória dos grupos ciganos, limitando os espaços e brechas permitidas pela Idade Média, os estudos, mesmo ainda escassos, como também já vimos, sobre os ciganos no Brasil, têm nos mostrado que esse “virar da maré” para os ciganos no território nacional, aconteceu na segunda metade do século XIX, e faz parte do contexto da reordenação política, econômica e social ligada às propostas de modernização que marcaram a transição do Império para a República, e as primeiras décadas que se sucederam à implantação desta.

Assim, nossa pesquisa não se debruça especificamente sobre a História dos ciganos em Juiz de Fora, pois, na verdade, os ciganos, com sua tradição nômade, passavam por aqui, com o objetivo (raramente alcançado) de permanecer apenas alguns dias e seguir viagem. Escolhemos essa cidade como “laboratório”, por considerá-la capaz de representar bem as contradições do momento estudado, reproduzindo a nível local os projetos, conflitos e transformações que marcavam o contexto nacional vigente, inclusive em relação à como autoridades, assim como as populações rurais e urbanas reagem frente à aproximação desses grupos, informações que nos foram disponibilizadas através dos principais periódicos locais em circulação durante o período estudado.

A abordagem sobre o destaque dado pelos jornais aos conflitos urbanos e rurais envolvendo grupos ciganos não é uma novidade. Lilia Schawarcz, por exemplo, ao estudar o perfil da imprensa paulista no final do século XIX, constata sua postura conservadora, destacando que, entre outros atores, como as mulheres e os judeus, principalmente os ciganos eram tema recorrente dos ataques do jornal *Correio Paulistano*, e cita:

### CIGANOS

No município de Nova Friburgo e Cantagalo, correm aos bandos vários lotes de ciganos que vivem de especulação e de enganar o próximo... Quando um pede acolhida o bando invade a casa... Uma quantidade de verdadeiros enganadores vagabundos que só vivem do saque e da trapaça<sup>81</sup>

Já em relação a trabalhos que têm como tema a História dos ciganos, podemos citar tanto o artigo de João Dornas Filho como a dissertação de Rodrigo Corrêa Teixeira como exemplos de pesquisas que utilizaram jornais como fontes complementares. Dornas Filho cita algumas notícias publicadas em diferentes jornais do final do século XIX (a *Gazeta de Petrópolis*, o *Minas Gerais*, a *Gazeta de Ubá* e a *Gazeta de Cataguases*), para ilustrar os conflitos de ciganos com a polícia mineira.<sup>82</sup> Rodrigo Teixeira dedica três páginas de sua dissertação para analisar as “repercussões na imprensa” em relação à presença dos ciganos, onde, analisando notícias de jornais de Ouro Preto (o *Minas Geraes*, o *Estado de Minas* e o *Liberal Mineiro*), no período de 1881 a 1897, identifica a clara intenção dos jornais em exaltar a “coragem” da polícia em detrimento da “crueldade” dos ciganos, ao fazer a cobertura dos conflitos envolvendo os dois.<sup>83</sup> Esse fator, também foi identificado por nós como fator recorrente nos jornais da cidade, incluindo casos de premiações e promoções dos policiais envolvidos, como, por exemplo:

Foi há dias noticiada a importante prisão do famigerado João Soares, irmão do celebre cigano Deolindo Alves, ambos justamente temidos pelo elevado numero de crimes que têm praticado em vários municípios da matta.

O commandante da escolta que o prendeu, e que é ao mesmo tempo cabo do destacamento policial da cidade de Cataguases, foi não só promovido a sargento, como elogiado em ordem do dia de seu batalhão, por ter levado a termo tão importante diligencia.<sup>84</sup>

Os jornais por nós pesquisados, não são utilizados aqui como fontes complementares, mas representam nossa principal fonte na confecção desse capítulo, sendo utilizados, não só para identificação de aspectos relacionados diretamente aos ciganos, mas também como portadores de grande potencial para a compreensão do contexto geral das duas décadas que antecederam e sucederam imediatamente a chegada do século XX. Através deles percorreremos dois eixos temáticos principais, que foram definidos posteriormente à coleta de

<sup>81</sup> “*Correio Paulistano*” – São Paulo – 15 de fevereiro de 1878. *Apud*: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em Branco e Negro – Jornais, Escravos e Cidadãos em São Paulo no Final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 – P. 71.

<sup>82</sup> DORNAS FILHO, João. Os Ciganos em Minas Gerais. *Op. Cit.* Páginas 159 a 163.

<sup>83</sup> TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. Correrias de ciganos pelo território mineiro (1808-1903). *Op. Cit.* Páginas 77 a 79.

<sup>84</sup> “*Jornal do Comércio*” – Juiz de Fora – 05 de julho de 1898 – P. – 2 – Coluna 1.

informações apresentadas por essas fontes, sem, no entanto, seguir uma ordem rígida para análise dos mesmos, já que os temas estão indiscutivelmente interligados entre si. De caráter abrangente, remetem ao contexto estudado e estão diretamente relacionados a importantes alterações em muitos aspectos que fazem parte da trajetória dos ciganos no Brasil: a) a normatização dos hábitos e da convivência urbana, incluindo os projetos de “higienização” e as noções de “salubridade”; b) a valorização e a disciplinarização do trabalho, em contrapartida com as medidas de controle da vadiagem, igualmente fortalecidas nesse período. A relação histórica desse contexto com a trajetória, a construção e a afirmação do caráter transgressor dos ciganos, apesar de serem percebidas de maneira mais explícita nas páginas policiais, também estão presentes, mesmo de maneira mais sutil, em outros tipos de abordagens, como, por exemplo, nas páginas literárias publicadas no período, que também reproduziam um caráter contraditório, romântico e equivocado, característica comum da literatura ocidental, do “olhar estrangeiro”, e que poderemos perceber a nível mais específico nesse capítulo.

Porém, as primeiras informações levantadas em nossa pesquisa vinculando a História dos ciganos à História de Juiz de Fora, e esta à História do Brasil, não foram as referências sobre os ciganos nos jornais, mas sim nos Códigos de Posturas da cidade, sempre com conteúdo de caráter repressor, reproduzindo o teor de vários outros documentos semelhantes nesse período em Minas Gerais, conforme veremos no próximo item.

### **2.1) Entre a “Ordem” e o “Progresso”: Uma Cidade de Portas Fechadas**

Somos o único povo que não tem problema de habitação. Vocês não vão ver ninguém reivindicar residência para nós.[ ] Mas chega uma hora que os ciganos precisam acampar em algum lugar, pois a noite não tarda e não tem jeito. Ou é terreno público ou particular.

Cláudio Iovanovitchi<sup>85</sup>

Em torno do Caminho Novo, estrada aberta no século XVIII para transportar ouro das Minas para o Rio de Janeiro, surgiram inúmeras vilas, que mais tarde se tornariam centros urbanos. Entre elas, Santo Antônio do Paraibuna (Juiz de Fora a partir de 1865), que na 2ª metade do século XIX alcançaria destaque na região da Zona da Mata de Minas Gerais,

---

<sup>85</sup> Depoimento ao Destaque Seppir. *Op. Cit.*

principalmente após a instalação de famílias nobres, que, beneficiando-se da política imperial de distribuição de sesmarias, fundaram aqui suas fazendas, especializando-se na produção de café.<sup>86</sup> Juiz de Fora, com destaque para o período marcado por sua elevação de vila a município, até as primeiras décadas do século XX, tem sido objeto de estudo de muitos trabalhos historiográficos<sup>87</sup>.

Seu surgimento coincide com o início de inúmeras transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, que refletiam o “*momento de implantação da política centralizadora e modernizadora do reinado de D. Pedro II*”.<sup>88</sup> Essa política englobava uma série de medidas que, a partir de 1850, mesmo ano em que Juiz de Fora se torna município, passariam a nortear todo o contexto nacional, sendo quatro de fundamental importância: o fim do tráfico de escravos, a Lei de Terras, a centralização da Guarda Nacional e a aprovação do primeiro Código Comercial.<sup>89</sup>

Juiz de Fora está em destaque no contexto de transição para o capitalismo até a década de 1920, aproximadamente, quando a capacidade da produção cafeeira regional (produto principal) voltada para a exportação fez da cidade uma portadora de grande potencialidade em desenvolver e diversificar sua economia no âmbito urbano-industrial. Assim, em torno do complexo cafeeiro instalado na região, do investimento dos fazendeiros através dos excedentes econômicos dessa produção, tornou-se possível, não só a industrialização, mas o desenvolvimento de diversos outros setores que se vinculavam a demandas resultantes desse processo, como bancos, comércio (grandes atacadistas), ferrovia, etc., gerando e reproduzindo um capital endógeno.<sup>90</sup>

Constituiu-se então, como município, já na complexidade do século XIX, influenciada naturalmente por uma maior proximidade geográfica e um conseqüente intercâmbio

<sup>86</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Juiz de Fora – Vivendo a História*. Juiz de Fora: EDUFJ, 1994. p. 18.

<sup>87</sup> Destaco aqui alguns exemplos, que, entre outros, se tornaram referenciais para minha própria pesquisa: CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *Europa dos Pobres – A belle-époque mineira*. Juiz de Fora: EDUFJ, 1994; PIRES, Anderson José. *Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora 1870/1930*, Dissertação de Mestrado. Niterói: RJ: UFF, 1993; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Imigração e Industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920)*. Dissertação de mestrado. Niterói-RJ: UFF, 1991; PINTO, Jefferson de Almeida. *Velhos atores em um novo cenário: controle social e pobreza em Minas Gerais na passagem à modernidade (Juiz de Fora, c. 1876 – c. 1922)*. Dissertação de Mestrado. História Social. Niterói: UFF, 2004. GENOVEZ, Patrícia Falco, *As malhas do poder: uma análise da elite de Juiz de Fora, na segunda metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado. Niterói, RJ: UFF, 1996; GOODWIN Jr., James William, *A “Princesa de Minas”: a construção de uma identidade pelas elites juizforanas. 1850-1888*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: FAFICH / UFMG, 1996.

<sup>88</sup> GOODWIN JR. James Willian. *A “Princesa de Minas”: a construção de uma identidade pelas elites juizforanas. 1850-1888*. Dissertação de Mestrado: Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1996. P. 56.

<sup>89</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP; Fundação do Desenvolvimento da Educação. 1995. p. 197. Apud GOODWIN Jr. James Willian, op. cit. p. 24.

<sup>90</sup> PIRES, Anderson. *Tendências da Produção Agroexportadora da Zona da Mata de Minas Gerais 1870/1930*. IN: *LOCUS: Revista de História*. Juiz de Fora: 1997, vol. 3, nº 2, p.145.

econômico e cultural com a Corte, diferenciando-se assim da tradicional cultura colonial mineira que caracteriza as cidades surgidas no século XVIII, filhas do ouro e do barroco:

A abertura da estrada União Indústria e da Estrada de Ferro Central do Brasil veio reforçar o convívio com o cosmopolitismo da cidade do Rio de Janeiro. E mais importante do que a distância física entre Juiz de Fora, Rio, Ouro Preto e, posteriormente, Belo Horizonte, se coloca a natureza de sua urbanização. Enquanto as cidades barrocas se formam e se guiam pelos sinos das igrejas, a população de Juiz de Fora teve sua vida normatizada pelos apitos das fábricas de estilo neo-clássico e o bater dos tamancos de seus operários de ambos os sexos e diversas nacionalidades.<sup>91</sup>

A elite da região sul da Zona da Mata Mineira no Brasil Imperial na segunda metade do século XIX era majoritariamente formada por famílias vinculadas ao café ou à cultura de alimentos voltada para o comércio (Tostes, Vidal, Halfeld, Lage, Horta, Ribeiro e outras).<sup>92</sup> A essas famílias podemos acrescentar a presença e a atuação empreendedora de alguns industriais de origem nacional, sem vínculo direto com a cafeicultura (com destaque para Bernardo Mascarenhas). Essa elite, que constrói uma identidade caracteristicamente ambígua (moderna e conservadora), vê na Corte sua principal referência, inspiração e comprometimento político, além de uma ponte direta com o ideário europeu:

Mas não apenas pelo reconhecimento da Corte trabalha a elite política de Juiz de Fora. Seus esforços objetivam, principalmente, a transformação da Cidade do Juiz de Fora num símbolo do seu poder e do sucesso de seu estilo de vida - leia-se, da economia cafeeira de exportação, baseada na exploração do trabalho escravo. A pretensão é tornar o centro urbano um lugar atraente, para o bem viver de uma elite poderosa e em sintonia com as modernas noções de higiene, planejamento urbano, transporte, cultura e segurança. Uma cidade moderna, uma cidade oitocentista.<sup>93</sup>

A cidade recebe a partir desse momento os engenheiros, as Companhias de Teatro, os jovens bacharéis, os políticos, os poetas, os professores. Torna-se cada vez mais atrativa, ampliando, através da industrialização, a demanda por trabalhadores, entre os quais muitos

<sup>91</sup> CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *Europa dos Pobres – A belle-époque mineira*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994. P.10.

<sup>92</sup> GENOVEZ, Patrícia Falco. Câmara dos Compadres: Relações familiares na Câmara Municipal de Juiz de Fora (1853-1889). IN: *LOCUS – Revista de História. Juiz de Fora*: EDUFJF, 1996, vol. 2, nº 2, p. 63. Nesse trabalho, a autora analisa a origem das famílias que dominaram a vida política local, ressaltando as relações familiares e as várias famílias que integraram a Câmara Municipal de Juiz de Fora, assim como seu significado no estabelecimento das redes de poder da região circunvizinha à cidade.

<sup>93</sup> GOODWIN Jr., James William., *Op. Cit.* p. 86.

grupos de imigrantes, inicialmente de origem germânica (alemães) e um pouco mais tarde de italianos ou de outras nacionalidades, que, anônimos, com suas vozes pouco ouvidas e interpretadas pela história tradicional, foram atores fundamentais na construção desse novo mundo “civilizado”; desse espaço modificado pelas novas construções e pelo alargamento das ruas; desse novo tempo, agilizado pelo encurtamento de distâncias e pela maior facilidade de comunicação. Com certeza, a cidade era atrativa também para os ciganos, já que as atividades que exerciam para sua sobrevivência (principalmente comércio e quiromancia) dependiam do convívio nos centros urbanos. Mas estes, por aqui, não tiveram praticamente nenhuma chance, como poderemos perceber no decorrer desse trabalho.

Num clima que oscilava entre euforia e decepção, inaugurou-se em 30 de dezembro de 1875 a Estação Ferroviária que trazia até Santo Antônio do Paraibuna a Estrada de Ferro D. Pedro II, futura Leopoldina, ligando a cidade à Corte. Inicia-se então uma série de inaugurações em diversos campos, que representam a aproximação da cidade com o ideal europeu. A euforia da chegada dos trilhos, que acompanhavam de maneira relativamente paralela à estrada União Indústria (ambos projetos de Mariano Procópio Ferreira Lage), foi ofuscada por discordâncias políticas sobre o local mais apropriado para a localização da Estação, e também pela precariedade das instalações da mesma: “uma decepção, um simples estribo para desembarque de passageiros, situado entre as ruas Halfeld e Marechal Deodoro”.<sup>94</sup> Passando por reformas e ampliações, a Estação só em 1902 tomaria seu aspecto definitivo.<sup>95</sup>

Pelas locomotivas chegaram os primeiros telefones (1883) e o telégrafo (1884). Foi num trem de passageiros, que chegou à cidade o Imperador D. Pedro II, acompanhado da Imperatriz e de vários ministros, para a inauguração, no dia 20 de março de 1878, do “Palácio da Justiça e Fórum”.<sup>96</sup> A iluminação elétrica, que chega em 1888, com a inauguração da Companhia Mineira de Eletricidade, acelera a produção nas indústrias, como na Fábrica de Tecelagem Bernardo Mascarenhas, inaugurada nesse mesmo ano e sob a mesma direção.<sup>97</sup>

A cidade cresce rapidamente e os empreendedores já tinham onde guardar e aplicar seus lucros: em 1887, é inaugurado o Banco Territorial de Minas Gerais, e, em 1889, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Desde 1877, os hotéis começaram a se desenvolver, sendo que muitos foram construídos nas proximidades da Estação Ferroviária, atual Praça João

---

<sup>94</sup> LESSA, Jair. *Juiz de Fora e Seus Pioneiros* (Do Caminho Novo à Proclamação). Juiz de Fora: EDUFJF, 1985, p. 110.

<sup>95</sup> *Idem*, p. 110.

<sup>96</sup> *Idem*.

<sup>97</sup> Sobre datas e inaugurações na cidade, ver: OLIVEIRA, Paulino de. *Efemérides Juizforanas – 1698-1965*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1975.



Penido. As preocupações com a falta de saneamento, as epidemias (agravadas por constantes enchentes) e as questões sobre a saúde em geral, eram objeto das discussões, estudos e atuações da Sociedade de Medicina e Cirurgia (1889), assuntos esses que também eram com frequência manchetes nos jornais da cidade.

Maraliz Christo desenvolve seu trabalho em torno da educação enquanto um aspecto fundamental desse “projeto modernizador”<sup>98</sup>. Segundo a autora, a evolução das instituições de ensino na cidade ocorre em duas instâncias básicas: de um lado, instituições como o Instituto Grambery (1890 – modelo americano e metodista) e a Academia de Comércio (1894 – modelo católico), que, embora marcadas por especificidades e divergências religiosas, se encontravam no sentido de possuírem o mesmo objetivo, que era a formação das lideranças políticas da elite, com caráter predominantemente conservador; de outro, destaca as instituições voltadas à formação do trabalhador, que se iniciam com as pequenas escolas nas fazendas de café e culminam com a implantação dos Grupos Escolares (1906), todas voltadas para a “educação higienizada” e a “domesticação” dos trabalhadores.

Se sabemos que, tanto nos últimos tempos do Império, como no período que sucedeu à Proclamação da República o Rio de Janeiro queria constituir-se como a *Paris Tropical*, pudemos perceber que, por aqui, a *Manchester Mineira* já habitava há muito o imaginário dos “habitantes ilustres”, traduzindo-se em atitudes e projetos de caráter modernizador. Não só à cidade de *Manchester*, na Inglaterra, Juiz de Fora era comparada no período aqui estudado. Além de *Manchester Mineira*, denominação inicialmente utilizada pelo poeta Antônio Salles, numa referência à marcante presença das fábricas de modelo inglês e uma efetiva movimentação de operários, podemos encontrar ainda para designar a cidade outros epítetos: *Barcelona Mineira*, comparação feita por Rui Barbosa, *Atenas Mineira*, por Arthur de Azevedo e, “*Princesa de Minas*”, pelo Visconde de Ouro Preto, além da denominação comparativa mais cautelosa de Sylvio Romero, que provavelmente identificava na cidade suas visíveis contradições, chamando-a de *Europa dos Pobres*.<sup>99</sup>

Essas contradições também são perceptíveis através da arquitetura do período. Percebida como um rico documento histórico, o conjunto arquitetônico da cidade, organizado em torno da industrialização e marcado pelo ecletismo, permite um contraste entre “forças

<sup>98</sup> CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *Op. Cit.* Capítulos 3 e 4. P. 55 – 140.

<sup>99</sup> Todas essas denominações são enumeradas num artigo publicado no Jornal “O Pharol” de Juiz de Fora, em 05 de abril de 1919, de autoria de Gilberto de Alencar, disponível no Centro de Memória da Biblioteca Murilo Mendes. Apud: TEIXEIRA, Kelly Cristina. A “*Barcelona Mineira*” e o *Divórcio*: modernização e conservadorismo em Juiz de Fora (1890-1920) – Notas de Pesquisa. IN: Anais do 1º Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira – CES – Juiz de Fora – Maio de 2005.

econômicas contraditórias”<sup>100</sup>, englobando palacetes particulares, as sedes das instituições (escolas, prédios públicos, teatros, etc), símbolos de progresso, opulência, higiene e privacidade, assim como as enormes fábricas e as vilas operárias, estas reproduzindo a insalubridade das moradias dos trabalhadores ingleses. Nessas construções eram utilizados materiais e técnicas trazidas pelos arquitetos e empreendedores locais, que buscavam sua formação na Europa, além de uma marcante participação de anônimos mas atuantes e experientes mestres de obra que chegaram com a imigração, sobretudo dos italianos e alemães.

Nesse universo de locomotivas, telefones e telégrafos, novas relações de trabalho, criação de centros de educação, jornais, espetáculos líricos, opulência arquitetônica, práticas médicas e possibilidades de maior controle sobre a natureza, tudo parecia caminhar de maneira rápida e eficiente para a solução de todos os problemas humanos, atribuídos ao “atraso” do passado próximo. Analisando esse período fica perceptível a sensação de otimismo e deslumbramento das pessoas frente ao presente e principalmente ao futuro, comportamento que se sobrepunha a uma possível percepção das fortes contradições econômicas, sociais e culturais que se desenhavam. Tudo e todos que destoavam do novo ritmo tornavam-se sinônimos de incômodo e obstáculo ao progresso, e, por isso deveriam se adequar rapidamente ao “mundo civilizado”. Caso contrário, a solução descortinava-se através de tentativas de afastamento ou mesmo eliminação desses indivíduos ou grupos, entre os quais eram reconhecidos os ciganos. Era o universo da “*vagabundagem*”, tema praticamente diário nos jornais locais, como ainda veremos com mais detalhes nesse capítulo.

Se as atenções com a vadiagem, em termos gerais, já estavam presentes no Código Criminal do Império de 1830 (artigo 295), as preocupações específicas com os ciganos são expressas através dos Códigos de Posturas Municipais. Rodrigo Teixeira, ao estudar as Posturas Municipais das cidades mineiras desde o início do século XIX, identificou a existência de 61 artigos, em códigos diferentes, que tratavam especificamente dos ciganos.<sup>101</sup>

Foi o trabalho de Goodwin Jr.<sup>102</sup>, ao estudar o caráter geral das Posturas Municipais de Juiz de Fora nas décadas que antecederam a Proclamação da República, o primeiro a destacar especificamente a preocupação das autoridades locais com a presença dos ciganos, sendo que

---

<sup>100</sup> VALE, Vanda Arantes. A arquitetura da industrialização de Juiz de Fora (1890 – 1930). IN: *Juiz de Fora – Manchester Mineira*. Anais do III Congresso da Associação dos Brazilianistas. Cambridge, Inglaterra, 1996 (Comunicação).

<sup>101</sup> TEIXEIRA, R. C. *Op Cit.* P.54.

<sup>102</sup> GOODWIN JR. James Willian. *A “Princesa de Minas”*: a construção de uma identidade pelas elites juizforanas. 1850-1888. Dissertação de Mestrado: Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1996. Nesse trabalho, o autor dedica um capítulo à análise dos primeiros Códigos de Posturas da Câmara Municipal de Juiz de Fora, sendo o primeiro de 1858, publicado em 1860. Capítulo III, Páginas 106 a 159.

o contato com essa informação representou um importante ponto de partida para a justificativa e continuidade de nossa pesquisa, então em fase inicial.

A resolução nº. 936 de 07 de junho de 1858 aprovava o Código de Posturas Municipais da ainda cidade de *Santo Antônio do Paraybuna*<sup>103</sup>, que proibia a comercialização com os ciganos, além de embutir uma série de medidas que visam atender à implantação dos projetos de higienização da cidade. Esse Código, que durante muito tempo foi o mais antigo disponível para pesquisa, representou, segundo Goodwin Jr., mais um instrumento da hegemonia da elite da cidade, e, apesar de pretender regulamentar a vida urbana com igualdade de leis para todos, acaba por reforçar as desigualdades. No Código publicado em 1860 encontramos o Artigo 161, que se refere especificamente aos ciganos, que nos permitiu uma primeira idéia sobre o teor das preocupações em relação aos mesmos:

È prohibido comprar ou trocar escravos, animaes, etc., com ciganos e pessoas desconhecidas, e suspeitas. Ciganos e suspeitos se denominão os que são por taes havidos; e não são moradores e estabelecidos no Municipio, e nem tem pessoa capaz que os conheça e abone. Os contraventores pagarão a multa de 10\$ a 30\$, e o duplo nas reincidencias. Na mesma pena incorrerão, bem como suspeitas, e além de ser-lhes sequestrada toda a sua mobilia e negocio, e não ser-lhes entregue emquanto não prestarem fiança.<sup>104</sup>

Quando já estávamos na fase final da coleta de fontes para o presente trabalho, foi disponibilizado para pesquisa, um Código de Posturas, recentemente encontrado<sup>105</sup>, publicado em 1853, onde estão relacionadas as posturas adotadas no município, de acordo com a lei de 1º de outubro de 1828<sup>106</sup>. Trata-se de um documento bem menos extenso que o que seria publicado em 1860. Possui apenas 125 artigos, distribuídos em dois grupos temáticos principais, divididos de acordo com tipo de fiscalização relacionada às penalidades quanto ao descumprimento das determinações, sendo a “*Secção Primeira*” referente à “*Saúde Pública*”, com 44 artigos, e a “*Secção Segunda*”, com o subtítulo “*Polícia*”, com 65 artigos. Também possui as “*disposições geraes*”, onde se encontram nos artigos 110 a 125, casos específicos no qual as restrições envolvem tanto as autoridades sanitárias como as policiais. Nesse campo encontramos, por exemplo, a regulamentação da mendicância e a que se refere à presença dos

<sup>103</sup> ESTEVES, Albino. *Álbum do Município de Juiz de Fora*. Belo Horizonte, Editora Oficial, 1915. P.59.

<sup>104</sup> *Posturas da Câmara Municipal da Cidade do Parahybuna da Província de Minas Geraes*. Rio de Janeiro: Typographia de Soares & Irmão - 1860. Exemplar disponível para pesquisa no Arquivo da Cidade de Juiz de Fora.

<sup>105</sup> *Posturas da Câmara Municipal da Villa de Santo Antônio do Parahybuna*. Rio de Janeiro: Empresa Typográfica Dous de Dezembro – 1853. Exemplar digitalizado disponível para pesquisa no Centro de Memória da Biblioteca Murilo Mendes.

<sup>106</sup> *Idem* – P.3.

ciganos.

A referência aos ciganos nas disposições gerais parece indicar que as restrições aos mesmos, apesar de não explicitadas, iam além da regulamentação do comércio, já que na seção referente às atribuições fiscais da polícia, há artigos específicos sobre o assunto no “*Título XII*”, sobre “*a polícia dos mercados, casas de negócio, mascates, pombeiros, tabernas e divertimentos particulares e públicos*”<sup>107</sup> e, nesse grupo, os ciganos não são citados. Estes aparecem no artigo 124, penúltimo do Código, sob os seguintes termos:

É inteiramente proibido aos ciganos seja qual for o seu numero, demorar-se por mais de 24 horas em qualquer destricto desta villa, assim como fica prohibido a qualquer pessoa fazer com elles negócios ou tranzações algumas sob pena de pagarem 60\$000 rs. De multa e na mesma pena incorrerá a autoridade que deixar de fazer, e pitivio essa pena.<sup>108</sup>

Esse Código de Posturas, assim como o seguinte, de 1858, publicado em 1860, e o de 1863, que trouxe poucas mudanças efetivas ao anterior, expressavam claramente a preocupação com as atividades exercidas pelos ciganos, procurando dificultar a atividade comercial e conseqüentemente, a presença e a circulação dos ciganos na área urbana, como teremos a oportunidade de verificar de maneira permanente durante vários anos subseqüentes, como no exemplo a seguir, retirado de um periódico de 1914:

Tendo conhecimento de que alguns ciganos que se acham arranchados nos arredores de Mariano Procópio [...] empregam meios duvidosos para viver, ludibriando o publico com promessas que não cumprem, o sr, capitão Henrique Kascher, delegado de polícia em exercício, intimou-os a, dentro de 24 horas, abandonar a cidade.<sup>109</sup>

Os jornais estudados confirmam e potencializam o teor da legislação e demonstram que as restrições não ficavam apenas no papel, mas que houveram décadas consecutivas de medidas práticas predominantemente repressoras, que deixam transparecer a rejeição e os conflitos que envolviam a aproximação dos grupos ciganos, sobretudo nos limites do centro urbano de Juiz de Fora, desde os primeiros anos de sua fundação, apresentando-se, como muitas outras nesse período, para estes atores, como uma cidade de portas fechadas.

Encontramos, nos primeiros tempos após a fundação da cidade, pequenas notas nos jornais, solicitando providências policiais em relação à presença dos ciganos,

---

<sup>107</sup> *Idem* – P. 25.

<sup>108</sup> *Idem* – P. 40.

<sup>109</sup> “*Diário Mercantil*” Juiz de Fora, 30 de agosto de 1914 – P.1 – Coluna 2 .

predominantemente voltadas para as atividades comerciais, cuja preocupação se expressa nos artigos citados acima, presentes nos Códigos de Posturas locais.

Com o decorrer dos anos, passamos a encontrar notícias de destaque, tomando a primeira página e inspirando o conteúdo dos editoriais, que expressavam um crescente aumento em seu teor de repulsa à aproximação ou simples presença de acampamentos nas proximidades da cidade. A vigilância dos jornais, em relação à presença dos ciganos, “essa gente maltrapilha e grosseira, sem o menor vislumbre de educação”<sup>110</sup>, antecedia, através de denúncia, e norteava, através de cobranças, qualquer providência por parte das autoridades:

Há um grupo de ciganos estacionado nas proximidades da estação de Filgueiras que se dirige para esta cidade. A policia que se ponha de sobreaviso.<sup>111</sup>

Pessoas moradoras no florescente districto de S. José do Rio Preto estiveram hontem na redacção do Diário, onde vieram pedir-nos solicitássemos providencias relativamente a um bando de ciganos que acampou em uma istrada próxima da povoação.

O bando, segundo nos informaram, é constituído por 150 ciganos, que já praticaram ali algumas tropelias.<sup>112</sup>

A presença dos grupos ciganos, tanto na zona rural e, principalmente no perímetro urbano, eram acompanhadas com alarde pelos jornais, que começavam a tratar do assunto desde o primeiro indício da aproximação de algum grupo da cidade. As notícias demonstram uma marcante e progressiva intolerância à chegada destes nas proximidades de Juiz de Fora, seus distritos, e outras regiões próximas sendo muito comum o registro de acampamentos ciganos que se fixavam temporariamente nas localidades vizinhas, como Palmira, Ubá, Tocantins e Guarani, por exemplo, sempre sobre a vigilância dos jornais.<sup>113</sup> A repressão policial, sobre a qual ainda trataremos mais especificamente no decorrer desse trabalho, são o teor predominante dessas notícias, que alcançaram volume e regularidade nas duas últimas décadas do século XIX (alcançando seu auge em 1897, 1898 e 1899), e igualmente nas duas

<sup>110</sup> “*Jornal do Comércio*” – Juiz de Fora – 08 de setembro de 1903 – P. 1 – coluna 3.

<sup>111</sup> “*Jornal do Comércio*” – Juiz de Fora – 22 de julho de 1899 – P. 1 – Coluna 4.

<sup>112</sup> “*Diário Mercantil*” – Juiz de Fora - 02 de setembro de 1914 – Página 1 – Coluna 5.

<sup>113</sup> A resolução municipal nº. 102, de 13 de outubro de 1892, define, de acordo com a distância, a ordem de classificação dos distritos de Juiz de Fora, sendo: Mathias Barbosa, Chácara, São Pedro de Alcântara (ou Simão Pereira e/ou Rancharia), Sarandy, Água Limpa, Chapéu D’Uvas (ou Paula Lima), São Francisco de Paula, Vargem Grande, Sant’Ana do Deserto, São José do Rio Preto, Rosário e Porto das Flores, nomes que comumente são encontrados no corpo das notícias aqui analisadas. Informações sobre os distritos em: ESTEVES, Albino. *Álbum do Município de Juiz de Fora*. – 1915. Belo Horizonte, Editora Oficial, 1915. P. 76. e também em PROCÓPIO FILHO, José. *Aspectos da Vida Rural de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Esdeva, 1973.

primeiras do século XX (com destaque para os anos de 1903 e 1914), conforme poderemos perceber a medida que analisarmos o teor dessas notícias.

## 2.2) Os ciganos sob a ótica dos jornais

Nossa história foi contada nos jornais, nas páginas policiais. Por isso os ciganos odeiam jornalistas. Porque tudo que é ruim vai para a mídia. Nem a Rede Globo consegue entrar hoje numa tenda cigana. O que vai ao ar não reflete a realidade.

Cláudio Iovanovitchi<sup>114</sup>

A imprensa de Juiz de Fora se desenvolveu efetivamente a partir da década de 1870. Para a realização desse trabalho foram pesquisados prioritariamente os jornais locais de maior circulação no período, desde sua fundação ou o primeiro exemplar disponível para pesquisa: **“O Pharol”** (1876 – 1º exemplar disponível para pesquisa), o **“Jornal do Comércio”** (1896 – ano de fundação) e o **“Diário Mercantil”** (1912 – ano de fundação), até o ano de 1920, cujos exemplares estão disponíveis no Centro de Memória da Biblioteca Murilo Mendes. Para complementar alguns períodos em que ocorrem falhas seriais nos exemplares de um dos jornais acima, procuramos, superar essa lacuna buscando informações em outros periódicos, como, por exemplo, o **“Diário da Tarde”** e **“O Dia”**, pouco utilizados.

A História registrada pelos três principais jornais pesquisados é bastante interessante e, o contato com os mesmos representou uma experiência muito enriquecedora para a compreensão desse período a nível internacional, nacional e local. Percebemos nos editores uma grande ansiedade, frente à possibilidade ao acesso de informações de todo o mundo através do revolucionário telégrafo, em relação à seleção das notícias escolhidas para publicação.

Assim, encontramos em uma mesma página do jornal uma quantidade imensa de informações, sem nenhum critério de apresentação, em pequeninas letras e muito raramente com títulos. Além de assuntos diversos, as notícias locais, nacionais e internacionais se apresentavam misturadas. Apesar das poucas páginas dos periódicos (em geral duas de notícias e duas de anúncios), havia uma visível dificuldade de selecionar informações. Assim, inicialmente, a maioria das matérias tinham mesmo uma linguagem semelhante às mensagens

---

<sup>114</sup> Depoimento ao Boletim Repórter Social. Acesso em 31 de maio de 2006.  
[http://www.reportersocial.com.br/noticias\\_print.asp?id=1131&ed=direitos%20humanos](http://www.reportersocial.com.br/noticias_print.asp?id=1131&ed=direitos%20humanos) -

telegráficas, e eram publicadas nesse formato, e a opção era predominantemente pela quantidade e variedade de informações. Com o passar dos anos o conteúdo vai se tornando mais seletivo e qualitativo, ou seja, os temas comuns tornam-se mais recorrentes e os textos mais densos e longos, com conteúdos comentados.

Tratando-se do tipo de informações que fomos buscar nesses jornais, relativos ao nosso tema e objetivos, encontramos o predomínio de continuidades, sendo que os três principais falam literalmente a “mesma linguagem” quando o assunto era a convivência urbana e os conflitos que esta perpassava, assim como a interpretação comum a respeito do papel (ou ausência dele) que os ciganos deveriam ocupar (ou de preferência não ocupar) na sociedade.<sup>115</sup> Assim, torna-se dispensável um histórico individual detalhado de cada um deles. Muitos de seus colaboradores eram comuns, freqüentavam os mesmos círculos sociais e políticos, e exerciam, como era bem recorrente nesse período, atividades profissionais paralelas ao jornalismo.<sup>116</sup> Assim, além de jornalistas, estes eram ligados principalmente ao magistério e/ou ao serviço público, como bacharéis de direito, professores, médicos, farmacêuticos, dentistas, e, predominantemente cultivavam uma longa e promissora carreira na literatura e na política.<sup>117</sup>

No entanto, o “Jornal do Comércio”, consultado desde o primeiro exemplar, de 1896, quando é fundado no mês de dezembro, até 1920, acaba assumindo, no decorrer da pesquisa, posto de campeão, em termos quantitativos, de publicações sobre os conflitos envolvendo os ciganos, de maneira consciente e orgulhando-se disso, sendo então, o mais citado aqui.

Fomos os únicos a noticiar o aparecimento dos ciganos na cidade de Rio Preto, e não poucas vezes temos escripto a propósito desses vadios e perigosos elementos desgarrados da sociedade e hostis a todo meio de vida honesta e ás próprias instituições...<sup>118</sup>

A segunda década do século XX apresenta-se, nesse jornal, não só em relação aos ciganos, mas também a inúmeros outros atores ligados ás contradições sociais urbanas emergentes no período, como portadora de um caráter especialmente repressor. Trataremos

<sup>115</sup> É bem possível que um estudo efetivo visando especificamente comparar esses jornais encontre uma série de pontos de discordâncias. No início da década de 1900, por exemplo, o “Jornal do Comércio” então sob a direção do deputado federal João Penido Filho, que substituiu Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, assume um perfil mais apaziguador e entra numa guerra declarada e diária com “O Pharol”, devido a divergências políticas. Esse fator, no entanto, em nada altera o teor das notícias utilizadas na confecção desse trabalho.

<sup>116</sup> Um perfil detalhado de muitos desses colaboradores, ligados à Academia Mineira de Letras, pode ser visto em CHRISTO, Maraliz. *Europa dos Pobres. Op. Cit.* P. 18 a 51.

<sup>117</sup> *Idem.* P. 45

<sup>118</sup> “*Jornal do Comércio*” – Juiz de Fora – 08 de maio de 1914 – p. 1 – Coluna 6.

mais especificamente sobre esse momento, que, conforme veremos, alcança seu auge em 1914.<sup>119</sup>

Em termos gerais, os principais jornais da cidade procuravam seguir bem a estrutura dos diários europeus, principalmente dos que circulavam em Paris. Um dos mais importantes editores da França nesse período foi Emile de Girardin, considerado por Walter Benjamin<sup>120</sup> como um divisor de águas na história do jornalismo e da literatura. Pelo que pudemos perceber, Girardin tornou-se forte referência por aqui durante décadas.<sup>121</sup>

Notamos sua influência principalmente observando a reprodução local do modelo das publicações de Girardin, visíveis por meio do formato (anúncios, folhetins, notas breves) e do estilo discursivo (valorização de tudo que fosse “moderno”) que predominavam nos jornais de maior circulação em Juiz de Fora nas últimas décadas do séc. XIX e ainda nas iniciais do século XX. Além do “modelo”, encontramos no decorrer de nossa pesquisa uma série de traduções de artigos do próprio editor, publicados em diferentes momentos e periódicos. O primeiro, que destacamos abaixo, publicado ainda no Império, demonstra que as influências do editor francês na imprensa local iam bem além da reprodução do formato, mas, sobretudo, das idéias de Girardin a respeito do surgimento de novos paradigmas da sociedade que se gestava no avanço do capitalismo industrial, como a valorização e disciplinarização do trabalho e os projetos civilizadores, questões que permearam de maneira bem perceptível o discurso da Imprensa “moderna” do período, seja na Europa, Estados Unidos ou no Brasil, a nível nacional ou local:

---

<sup>119</sup> Atribuímos isso ao fato de, nesse período, o jornal ter como redator-chefe, Francisco de Campos Valladares, que, conhecido por uma “*linha de correção de estilo yankee*”, o “*jornalista, político, tribuno de feição accentuadamente moderna, o advogado habilíssimo e esforçado*”, que alia a essas qualidades “*raras dotes moraes*” tem forte participação na política mineira, exerce inúmeras atividades, e, entre elas, a partir de 1913, é empossado, pelo Ministério da Justiça, como chefe de Polícia do Distrito Federal. Essa ligação de Valladares com o universo da Segurança Pública, influenciará explicitamente o perfil assumido pelo jornal, dando continuidade e potencializando ainda mais o controle sobre a ordem urbana, sendo os ciganos alvos certos. Informações biográficas em: “*Jornal do Comércio*” – Juiz de Fora – 08 de maio de 1914 – p. 1 – Coluna 6.

<sup>120</sup> Girardin é responsável por três inovações importantes: a preocupação em reduzir o preço das assinaturas visando ampliar o número de leitores dos jornais, inaugurando assim a fase da grande tiragem de exemplares; o anúncio, ou “*réclame*”, como forma de patrocínio, fornecendo à informação um tom de “utilidade mercantil”; e ainda a introdução do romance folhetim publicado diariamente, proposta que visava inicialmente funcionar como “isca” para atrair e manter os leitores, mas que acabou por revolucionar os bastidores do universo literário. BENJAMIN, Walter. Paris do Segundo Império. IN: *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo* (Obras Escolhidas 3). São Paulo, Brasiliense, 1989. P. 23 e 24.

<sup>121</sup> Através do jornal *La Presse*, já em julho de 1836, a novela começou a ser contada em capítulos na França, por iniciativa de Emile de Girardin, que passou a utilizar o rodapé do jornal para publicar obras da então emergente escola romântica, como as de Honoré de Balzac e de Alexandre Dumas. Apesar das leituras desses folhetins sofrerem constantes críticas por parte dos intelectuais, tanto europeus como brasileiros, e, mesmo possuindo uma população predominantemente analfabeta, o Brasil importou essa novidade. LANZA, Sonia Maria. *A folhetinização da informação: o paradigma recodificado*. IN: II Congresso Internacional da Associação Brasileira de Semiótica. São Paulo: 2005.



As duas palavras, os dous alicerces da velha sociedade erão: conquista e propriedade [...] As duas palavras, os dous alicerces da nova sociedade são: trabalho e circulação[...] A sociedade está perdida, si não se esforçar por diminuir a demasiada distancia que existe entre a civilização adiantada das cidades e a civilização atrasada do campo[...] Em uma sociedade bem organizada os homens ociosos não devem ser mais tolerados do que os mendigos. Todo e qualquer cidadão deve por sua parte contribuir para prosperidade de seu paiz. Não podem mais existir parasitas sociaes[...] O sol não recusa sua luz a nenhuma creatura viva; o trabalho, este astro do mundo novo, não deve recusar o necessário ao ente laborioso.<sup>122</sup>

Décadas depois, sua influência ainda era demonstrada como fonte de inspiração para os periódicos locais, como, por exemplo, na matéria sobre a questão dos anúncios, do “Jornal do Comércio” de 1911:

O annuncio nos jornaes data de Emilio de Girardin, na Presse. Quando elle dedicou a quarta pagina do seu jornal a todos os interessados, mediante certo pagamento, soffreu uma guerra tremenda sob o fundamento de estar aviltando a imprensa.”[ ]

“Eis ahi; o annuncio tem, como todas as grandes cousas, as suas victimas.

E parece que elle venceu de todo no século XX, um século depois, porque é elle hoje que domina.

Os jornaes americanos são de anúncios, desde a 1ª pagina, com alguns artigos e noticias intercalados.<sup>123</sup>

Também no Diário Mercantil encontramos exemplos de sua influência, como no trecho citado na coluna semanal “A sciencia da vida”, de 1914: “Um periódico não o fazem seus redactores, mas sim, seus assignantes” - Girardin<sup>124</sup>

Um olhar atento sobre as matérias dos principais jornais de Juiz de Fora demonstra que estes representavam eficazes instrumentos observadores e controladores de tudo o que acontecia na cidade, tornando público, quase que diariamente, através de suas notícias e editoriais, todos os fatos ocorridos que viessem a violar quaisquer determinações previstas nas leis municipais e que, porventura, ameaçassem a ”tranqüilidade urbana”. Dessa forma, os jornais expressavam uma constante tensão entre o ideal e a realidade, entre as expectativas civilizatórias e as contradições entre as classes urbanas já presentes. As notícias publicadas, mesmo que involuntariamente, acabaram por registrar historicamente os conflitos e incoerências da sociedade que se transformava sob a pressão dos valores capitalistas, e que,

<sup>122</sup> Trecho de um extenso e interessante artigo intitulado “Sociedade”, assinado por Girardin, que foi publicado no Jornal “*O Pharol*”, de Juiz de Fora, em 23 de setembro de 1884.

<sup>123</sup> “*Jornal do Comércio*” – Juiz de Fora – 12 de setembro de 1911 – P. 1 – coluna 4.

<sup>124</sup> “*Jornal “Diário Mercantil”* – Juiz de Fora - 08 de fevereiro de 1914. P. 2 – coluna 1.

mesmo em choque com a tradição rural e escravista, na prática, predominante, queria se tornar “moderna”, “cultura” e “saudável”, o mais rápido possível e a qualquer custo.

Os principais jornais da cidade assumem de maneira bem definida um caráter educativo, com propósitos tanto de atuarem como formadores de opinião, como o de servirem aos ideais das classes que se beneficiavam do crescimento da cidade, promovendo, ao longo dos anos, um exercício diário de seleção do que era “certo” ou “errado”, “bom” ou “ruim”, e dos grupos pertencentes aos ideais “civilizados” ou “selvagens”, “progressistas” ou “atrasados”, pretendendo explicitamente colaborar na construção da imagem de Juiz de Fora como “modelo” de prosperidade e bem viver:

A imprensa é a mais poderosa arma de combate nas lides do pensamento; sem ella jamais se formariam as fortes correntes da opinião em prol dos grandes ideaes. [...] Diz-se que o jornal é o livro do povo, e em verdade assim é porque é a página que diariamente se lhe offerece para seu ensinamento. Ahí tudo elle encontra. Ao lado das notícias que a sua curiosidade busca, se lhe deparam preceitos de doutrina política e social, de moral e de religião, em que sem se aperceber, vae colhendo proveitosas lições...<sup>125</sup>

A imprensa caminhava predominante e paralelamente junto aos interesses dos grupos poderosos, mas se achava a serviço da população, que, na maioria analfabeta, mais do que acesso à leitura dos jornais, recebia efetivamente no dia a dia os reflexos dos ideais e práticas propagadas no período:

A imprensa, manifestando-se pelo jornal, constitui hoje uma força da maior importância, como instrumento de defesa do direito e dos interesses racionais, na esfera da ordem pública e privada.[...] O jornal domina, esclarece, dirige, desde a cúpula até as últimas camadas da sociedade.<sup>126</sup>

Entre os preceitos e valores embutidos nas pautas diárias, destacaremos, a partir de agora, as principais temáticas encontradas através das notícias analisadas, durante 40 anos (1880 a 1920), referente ao período total pesquisado nos jornais locais.

Os temas, as principais abordagens e preocupações identificadas, na verdade, são parte de um conjunto de percepções de mundo, e exprimem bem um crescente objetivo de promover projetos de “*Saneamento Moral e Material*”, termos utilizados recorrentemente nas próprias matérias, que norteiam os discursos jornalísticos desse período, diretamente

<sup>125</sup> “*Diário Mercantil*”, Juiz de Fora, 04 de abril de 1913- P.1, colunas 3 e 4

<sup>126</sup> “*Jornal do Comércio*” – Juiz de Fora – 20 de dezembro de 1913 – P. 37 – colunas 1 a 6. (Edição Especial Comemorativa de Aniversário do Jornal.)

relacionados aos conflitos e contradições característicos desse momento de formação de uma nova ordem pública no Brasil, desencadeada com o enfrentamento das novas realidades e experiências vividas com o surgimento e crescimento de muitos centros urbanos, como mostra o exemplo a seguir:

O Jornal do Commercio iniciou uma campanha de saneamento tanto moral como material, atacando nesta cidade o vicio em todas as suas manifestações. Falou contra os feiticeiros, contra o jogo do bicho, contra a vagabundagem, contra a falta de creados, fazendo uma reportagem minuciosa a respeito, pondo a nú toda a hediondez do vício.<sup>127</sup>

A seleção e a organização das notícias encontradas nos jornais que serão a partir de agora analisadas nos permitirão, tema a tema, perceber como os ciganos aparecem nos jornais, e o que estes periódicos podem nos dizer sobre sua História, participação na sociedade, as atividades que exerciam, objetivos e, sobretudo, suas dificuldades de sobrevivência, num período que se caracteriza por um estrangulamento de oportunidades de convivência, principalmente nos centros urbanos. Poderemos, paralelamente perceber também que, o controle sobre a presença e a permanência dos ciganos na cidade e região era um dos assuntos sobre os quais os jornais mais imprimiam um caráter vigilante e controlador. Essa vigilância, manifesta através de inúmeras notícias, nos permite não só compreender aspectos sobre a trajetória dos ciganos, mas também questões mais abrangentes, vinculadas a normatização da convivência urbana, assim como às práticas das autoridades sanitárias e policiais nesse período.

Do mundo do trabalho, da disciplina e, conseqüentemente, do progresso, eram excluídos todos aqueles que não se adaptavam, não encontravam espaço ou resistiam a se integrar na nova ordem, compondo um vasto universo de “sobras da modernidade” ou “indesejáveis”, num contexto onde surgiu e se afirmou o discurso anti-estrangeiros, então responsabilizados por grande parte da desordem urbana, que, juntamente com a noção de repulsa e expulsão como instrumentos de controle social, se transformam em marcos da Primeira República.<sup>128</sup> Foram alvos de intensa repressão por parte das autoridades, com destaque para a polícia, todos aqueles que porventura pudessem desestabilizar a pretensa e ilusória harmonia sonhada pelas camadas dominantes, entre os quais estavam os libertos, os

<sup>127</sup> “*Jornal do Commercio*” – Juiz de Fora, 20 de setembro de 1913.

<sup>128</sup> Referimo-nos aqui ao interessante trabalho de Lená Menezes sobre a constituição da sociedade do Rio de Janeiro, no período de 1890 a 1930, sob o contexto reprodutivo e contraditório da dinâmica da implantação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil. IN: MENEZES, Lená Medeiros de. *Os Indesejáveis*. Rio de Janeiro, EDUERJ, 1996.

imigrantes, as prostitutas, os mendigos e, de maneira bastante incisiva, os chamados de “ociosos válidos”, categoria muito bem definida nos discursos dos jornais do período, na qual estavam inseridos claramente os ciganos.

Nesse mundo do “ócio indisciplinado”, reservado aos “vadios”, analisaremos aqui o lugar destinado aos grupos ciganos na sociedade da Zona da Mata mineira, com destaque para Juiz de Fora nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, quando encontramos uma cidade perfeitamente afinada com dois centros de referência nesse momento: num primeiro momento com a Corte (mais tarde com a capital da República Velha), e sempre, com a Europa.

Poderemos perceber o choque dos habitantes do “valorizado mundo urbano” diante da presença e da possibilidade de convivência com um grupo de ciganos, que carregavam consigo, expressões de sua maneira de ser e viver. Para os não ciganos, estes eram representantes de todas as formas de negação da nova ordem, percebidas através da utilização de animais ou do simples caminhar como meio de transporte, das roupas surradas, de cores fortes e combinação de “gosto duvidoso”, de sua insistência em adorar os símbolos e se nortear pelo tempo da natureza, sua forte religiosidade cercada de magia e superstições, seus próprios métodos de cura, sua linguagem incompreensível e misteriosa para os estranhos, sua ausência de endereço fixo e de uma arquitetura a “ser lida”, enfim, o fato de optarem por permanecer portadores de valores pautados em tradições seculares, e de noções de espaço, justiça, trabalho e propriedade completamente singulares e conflitantes com as expectativas do então emergente mundo “civilizado”. Os jornais do período são instrumentos privilegiados para a percepção tanto da existência do caráter dessas contradições como dos conflitos, demarcados por uma “fronteira cultural” bem definida, conforme trataremos a partir desse momento.

### **2.2.1) Os ciganos nas páginas literárias dos jornais:**

Mesmo hoje não é difícil ver alguém atravessar a calçada, nas grandes cidades do Brasil ou da Europa quando aparece um cigano. Somos estigmatizados como ladrões, ou vagabundos, ou até como raptos de crianças. Essa de raptar crianças quem criou foi o Miguel de Cervantes, em um de seus contos. Cláudio Iovanovitchi<sup>129</sup>

---

<sup>129</sup> Depoimento ao Boletim Repórter Social. *Op. Cit.*

Como tratamos no primeiro capítulo do presente trabalho, a temática cigana tem, tanto em clássicos da literatura mundial como na nacional, um forte fator de criação e reprodução de contradições, desconhecimento, e estereótipos que cercam de equívocos a concepção que nós, não ciganos, normalmente assimilamos ao longo da história.

A nível local, encontramos nos principais jornais colunas diárias reservadas à produção literária de Juiz de Fora, que se orgulhava de seus poetas e homens cultos.<sup>130</sup>

Com destaque para a segunda década do século XX, encontramos a publicação de alguns contos e poemas que versavam sobre os ciganos, ou, na maioria das vezes, sobre as ciganas, reproduzindo a imagem romântica que caracteriza como inatingível e sensual a mulher cigana, como símbolo do amor impossível e ao mesmo tempo, perigoso e traiçoeiro. Em torno do olhar romântico, porém, transparece também toda a carga de preconceitos e desconhecimento a respeito da vida cigana.

A publicação desse material literário sobre os ciganos apresentava obras tanto de autores da cidade, como um poema de Albino Esteves, e também de famosos escritores europeus, como do francês Paul de Saint Victor. São trechos dos trabalhos desses dois escritores, publicados respectivamente no jornal “O Pharol”, em 1914, e no “Jornal do Comércio” em 1915, que iremos utilizar nesse item para ilustrar a imagem predominante a respeito dos ciganos, perpassada através das colunas literárias dos jornais da cidade.

Em 1914, o jornal “O Pharol” publica, em destaque, um poema assinado por Albino Esteves<sup>131</sup> intitulado “Os Ciganos”, no qual o poeta compara os ciganos à própria idéia de esperança e às ilusões, porém, não sem esquecer de fortalecer sua idéia principal com uma série de adjetivos costumeiramente negativos:

---

<sup>130</sup> Durante a última década do século XIX, os jornalistas locais perseguiram o desejo de se organizarem em torno da efetivação de vários projetos literários na cidade, promovendo nas páginas dos jornais além de um garantido espaço para a divulgação de obras completas ou parciais de literatos, assim como de um acalorado debate envolvendo o universo das letras, que, além de muito valorizado, teve muita representatividade no contexto cultural da cidade. A efetivação do sonho, porém, só se concretiza em dezembro de 1909, quando doze intelectuais fundam a Academia Mineira de Letras, seguindo o modelo jurídico de criação e funcionamento da ABL com sede no Rio de Janeiro. Encontramos o histórico e o perfil dos componentes da Academia Mineira de Letras de Juiz de Fora nos Capítulos I e II do livro de Maraliz Christo. IN: CHRISTO, Maraliz. Europa dos Pobres. *Op. Cit.* Páginas 09 a 51.

<sup>131</sup> Integrante do grupo dos doze *homens de letras* fundadores da Academia Mineira de Letras da cidade, Albino Esteves, natural de Sapucaia (RJ), formou-se pela Escola de Farmácia e Odontologia de Juiz de Fora em 1915, após passagem pela Faculdade Livre de Direito do Distrito Federal e pela Escola de Odontologia Grambery, também de Juiz de Fora. Atuou no Magistério, ocupando o cargo de Inspetor Escolar da Câmara Municipal da cidade em 1911 e foi colaborador de dezenas de jornais e revistas não só em Juiz de Fora, como no Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Sua vida acadêmica rendeu vários tipos de produção entre biografias, teatro, obras históricas, poesia, crítica literária e obras técnicas. IN: CRHISTO, Maraliz. Europa dos Pobres. *Op. Cit.* – Quadro anexo – Capítulo II.

Passam, vão, rindo, aparvalhados, uns, de carantonha polvilhada, magros, esguios, aos pinches, rufando os adufes e tilintando guizo; outros, graves e soturnos, vago o olhar, emmurhecida a bocca, barbaçudos, passo mecânico; mulheres de cabelleira revolta, faces pergaminhentas, pescoços nus das mil futilidades da civilização, saias curtas, aos trapos, blusas fluctuantes...

Vão se. Param, ás vezes, ao pé das casas, nos terreiros, na promiscuidade nojenta dos animais domésticos e dos homens semi-nús, apresentando as habilidades banaes aprendidas á custa de sopapos, cuspendo pilherias de dubiedade repugnante...

Ás vezes, formam as barracas; espetam um pão para o firmamento, riem, gozam a existência como um prato saboroso e exquisito, numa alacridade formidável e suggestionante.

Depois, como vieram, partem, miseráveis, famintos, desillusos...[ ]

Chegaram – as esperanças – ruidosas como os ciganos: assentaram a sua tenda, falaram do seu affecto, beberam de sua taça cheia de espumejante alegria, dilataram seus domínios e partiram, como partem as illusões mais caras, como retornam os bohemios, rindo, maltrapilhos, aparvalhados, rufando adufes, tilintando guizos...<sup>132</sup>

Albino Esteves

São também os “bohemios”, uma das denominações que os franceses dão aos ciganos, fontes de inspiração e estudos para Paul de Saint Victor em um dos capítulos de seu livro “*Hommes et Dieux*”. O resumo desse capítulo, conforme definiu o próprio jornal, foi publicado no “Jornal do Comércio” de 1915, ocupando uma coluna inteira.<sup>133</sup> O autor, grande expoente da literatura francesa no século XIX, lança seu olhar sobre a história dos ciganos, tratando de sua origem, religião, falando também da relação destes com o trabalho. Nesse item gostaríamos de aproveitar trechos da obra de Saint Victor, publicados pelo “Jornal do Comércio”, para ilustrar as idéias predominantemente perpassadas pela sociedade ocidental a respeito da música, da dança e das mulheres ciganas.

Os “bohemios” são reconhecidos por Saint Victor como amantes da música, e esta, para ele, caracterizava-se por uma “phantasia sonora, sem regras, sem disciplina, mas cheia de arabescos de uma riqueza feérica”, servindo de instrumento para que as mulheres ciganas pudessem atrair, seduzir e roubar os homens “estrangeiros”. Vista através da lente interpretativa dos valores ocidentais do escritor como uma “*mentira viva*”, e comparada a sereias e serpentes, com nomes de flores e estrelas, objetos de desejo e temor, a imagem da cigana percebida e reproduzida por esse influente poeta, através da disseminação de sua obra, é descrita com detalhes, tratando-se desde sua suposta afeição pela falsidade, até sua frieza, castidade e beleza:

<sup>132</sup> “*O Pharol*” – Juiz de Fora – 22 de janeiro de 1914 – P. 1 – Coluna 7.

<sup>133</sup> “*Jornal do Comércio*” – Juiz de Fora – 26 de novembro de 1915 – P. 2 – Coluna 1.

A grande poesia da Bohemia é a mulher bohemia.  
 Quando é bella, a sua belleza é um encanto.  
 Sua cutis, cozida ao sol, tem o sabor desses fructos que sollicitam dentadas, seus olhos felinos, onde nunca passa um luar de ternura, fascinam pela mágica clarividência.  
 Arrasta, em chinellas acalcanhadas, pés dignos de se apoiarem em um pedestal.  
 Ostenta uma cabelleira compacta e sólida.  
 O ruidoso é próprio dessa filha do azar e da ficção.  
 Mentira viva, a bohemia harmoniza-se com todas as mentiras da toilette e dos adornos.  
 Seu corpo vivaz se enrosca, ás maravilhas, nos estofos listrados e vistosos.  
 As missangas, as amuletas, perolas falsas, as bagas rubras, etc., eis as escamas que fazem reluzir essa serpente.  
 Os seus nomes distinguem-se pela doçura.  
 Ellas se chamam Morella, Claribei, Preciosa, Meridianna, Agrippina, Orlanda: nomes de flores ou de estrellas.  
 Seu papel na tribu é seduzir o estrangeiro, attrahir o freguez, fascinar o “gurgio”, ganhar com seus olhos cheios de imas, os anéis dos dedos e as moedas da bolsa delles.  
 É uma tarefa a que se entregam com um sangue frio de sereias.  
 Um dos grandes mistérios da Bohemia é a castidade de suas mulheres, no meio de uma “coqueteria” infernal!  
 Na vasta lista das amantes de d. Juan não encontrareis um nome de Bohemia.  
 No incêndio da paixão que espalham, ellas permanecem frias como a salamandra, dançando no fundo de um brazeiro.  
 Fogem depois de terem accendido o grande fogo.  
 Há maldade na hysteria de sua dança. Dir-se-ia que, cruéis, divertem-se em irritar a paixão e torturar o desejo.  
 São fieis aos homens de sua raça.  
 Essa fidelidade é, porém, menos uma virtude, que um instinto de sangue. São preservadas pelo desprezo e não pelo pudor.  
 A belleza entre as bohemias resplandece e passa como um meteoro. Envelhecem depressa. O sol queima-as, a chuva e o vento as enfeitam, a idade as deforma.  
 Somente os olhos guardam brilho sideral.<sup>134</sup>

Ainda nesse trabalho, voltaremos a tratar de como eram interpretadas as presenças e atitudes das mulheres pertencentes aos grupos ciganos, através das páginas policiais dos jornais, onde as ciganas também eram constantemente citadas, interpretadas e julgadas.

Pudemos perceber que, tanto o poema de Albino Esteves, como o texto de Paul de Saint Victor, são repletos de visíveis contradições, traduzindo, em relação aos ciganos, o peso do olhar “civilizado”, do qual nós, não ciganos, somos herdeiros e cúmplices.

---

<sup>134</sup> *Idem.*

### 2.2.2) Os ciganos: objetos de curiosidade.

Para nós não há tempo nem espaço. O tempo é ilusão do homem. As fronteiras, riscos e mapas que não existem

Além da Lenda.<sup>135</sup>

Além do universo literário, haviam muitos outros papéis desempenhados pelos jornais que contribuíram para a efetivação da imagem dos ciganos como indivíduos indesejáveis. As redações dos jornais se transformavam, por exemplo, também em locais para exposição de curiosidades, como de “uma colossal abóbora-moranga colhida na fazenda do Sr. Dr. Eugênio Teixeira Leite”<sup>136</sup> e fotos de “criminosos famosos”, como a de Antônio Conselheiro, apresentadas com um característico tom de ironia.<sup>137</sup> Também os ciganos, considerados tanto “curiosidades”, como “criminosos”, tiveram suas fotos expostas na redação do “Jornal do Comércio”:

Temos exposta em nosso escriptorio curiosa colleção de photographias de ciganos bandidos, todos papudos, tiradas na cadeia de Uberaba, onde se acham recolhidos, cumprindo sentença.

Todos esses miseráveis são naturaes do estado de Goyaz, quatro pertencentes a uma só família.

Um dos taes criminosos traz no costado nada menos de 12 mortes!

A referida colleção foi offertada ao subdelegado de policia Pedro Horta pelo sr. Tenente José Luiz de Mendonça.<sup>138</sup>

É interessante perceber que durante o período em que o crescimento e a resistência insistente do arraial de Canudos era notícia nos jornais diariamente, houve um perceptível aumento da preocupação com os grupos ciganos, que eram sempre vinculados a grupos seguidores de Antônio Conselheiro. Essa observação confirma o que Dornas Filho descreve em seu artigo:

Ao tempo da revolta de Canudos o chefe da Polícia de Minas, dr. Aureliano Magalhães, escrevia em seu relatório supor que a ebulição cigana tivesse alguma ligação com os insurretos de Conselheiro, pois o aparecimento simultâneo, em várias regiões do Estado, de hordas magnificamente armadas, podiam a seu ver ter sido aproveitadas pelos monarquistas para convulsionar os sertões de Minas e da

<sup>135</sup> Peça Teatral cigana. *Op. Cit.*

<sup>136</sup> “*Jornal do Comércio*” – Juiz de Fora – 30 de dezembro de 1897 – P. 1- coluna 5.

<sup>137</sup> “*Jornal do Comércio*” – Juiz de Fora - 10 de janeiro de 1897 – P. 2 – Coluna 1.

<sup>138</sup> “*Jornal do Comércio*” – Juiz de Fora – 26 de dezembro de 1897 – P. 1 – Coluna 4.



Bahia. Mas terminada a campanha de Canudos continuaram as correrias e sobressaltos, principalmente na região de fronteira, preferida por eles pela facilidade de evasão.<sup>139</sup>

### 2.2.3) Os ciganos: imigrantes indesejados.

Ser diferente não é ser desigual, e é isso que acontece com o povo cigano no Brasil

Yáskara<sup>140</sup>

Os motivos que justificam a aversão dos jornais aos ciganos não são isolados do contexto da época. O tom do discurso que descrevia a presença e o caráter dos ciganos, assim como a percepção de como os mesmos deveriam ser recepcionados, reproduziam um conjunto de idéias inerentes aos objetivos dos homens letrados de estar em sintonia com o progresso e a modernidade. Essa sintonia era, entre outros aspectos, demonstrada através da inteiração com os “assuntos científicos”, destacados regularmente nos jornais, através das notícias internacionais, nacionais e locais, da reprodução de artigos de cientistas norte americanos e europeus.

Os temas são perpassados num crescente misto de ironia e pesada carga geradora de preconceitos sociais e raciais. Iniciemos nossa seleção com trechos de um artigo destacado no jornal “O Pharol” em 1885, intitulado “Hereditariedade morbida ou transmissão das diversas doenças e da inclinação para o crime”, que defendia o fato de que a “hereditariedade dos instintos criminosos é, infelizmente, mais que certa”:

Sciencia

“O roubo, o suicídio, o assassinato e todos os crimes seguem a lei fatal das transmissões. Há um livro immenso em que as scenas do crime são minuciosamente destriptas, em que se vê a genealogia completa dos ladrões e dos assassinos, este livro é a história. [ ... ]

Se bem que não sejamos daquelles que considerão o filho de pai criminoso como um futuro criminoso, aconselhamos não obstante aos nossos leitores a desconfiar das pessoas que contão em sua família indivíduos que hajão praticado ações contrarias aos princípios do justo e aos preceitos da honra.<sup>141</sup>

<sup>139</sup> DORNAS FILHO, João. Os Ciganos em Minas Gerais. *Op. Cit.* P. 164.

<sup>140</sup> Depoimento da cigana Calon Márcia Yáskara Guelpa sobre Direitos Humanos dos Ciganos. [http://www.reportersocial.com.br/noticias\\_print.asp?id=1130&ed=direitos%20humanos](http://www.reportersocial.com.br/noticias_print.asp?id=1130&ed=direitos%20humanos) - Acesso em 31 de maio de 2006.

<sup>141</sup> “O Pharol” – Juiz de Fora – 06 de março de 1885 – P. 1 – Coluna 5.

Percorrendo esse fio condutor ao longo dos anos, encontramos ainda outros temas, que vão desde um bem humorado artigo, manifestando a preocupação com a extinção das loiras na Europa, em função das mesmas não estarem se casando regularmente, passando pela divulgação da descoberta da cura definitiva da surdez, anunciada em 1889, além das diversas fórmulas milagrosas para solucionar o problema da calvície e de inúmeros outros “infortúnios”<sup>142</sup>, até chegarmos ao artigo do Sr. Pearson, diretor do Instituto Eugênico de Galton, na Inglaterra, que define o modelo de “família ideal”, publicado em 1918.<sup>143</sup> Este defende que a família não deve nunca “compreender menos de cinco e nem mais de oito filhos”, já que, sendo “os primeiros e os últimos filhos menos favorecidos pela natureza”, os filhos do meio teriam as maiores probabilidades de “sustentar victoriosamente a lucta pela vida”. Nosso Sr. Pearson, segundo suas pesquisas, atribui, sobretudo ao filho primogênito, todas as “mazelas do mundo”, o que lhes caracteriza por uma indiscutível “inferioridade física e moral” (morte prematura, idiotia, manifestações de criminalidade, tuberculose, catarata e outras doenças congênitas, etc...). Já a “decadência dos paes e das mães” explica, segundo Pearson, a razão pela qual “os últimos filhos são igualmente pouco robustos”.

Pautadas nos avanços científicos e na valorização da medicina, atormentadas pelas doenças infecto-contagiosas que se proliferavam mais rapidamente com as aglomerações urbanas, percebemos o quanto as autoridades, apoiadas pela imprensa, visavam também afastar e isolar possibilidades de convivência com as pessoas portadoras de qualquer tipo de deficiência. De todos os artigos, notícias ou anúncios encontrados nos jornais do período, no entanto, nenhum resume tão bem a extensão das preocupações da época no que diz respeito à percepção do que representava o universo da doença, assim como a fórmula mais eficiente de se lidar com as deficiências, como a matéria intitulada “Esterilização Humana”, defendendo este procedimento, publicada no *Diário Mercantil*, no ano de 1912, citada aqui, na íntegra, com grifos nossos:

É sabido que muitas doenças constitucionaes graves se transmittem por descendência: trata-se pois de prohibir os casamentos dos turberculosos incuráveis e dos syphilíticos imperfeitamente curados, pelas mesmas razões por que se prohibe os matrimônios dos loucos.

A simples prohibição de casamento, observa o Dr. Krut Von Sury, [...] não basta para conseguir esse fim. É necessário collocar os indivíduos **doentes e perigosos** para a sociedade na absoluta impossibilidade de procrear[ ].

<sup>142</sup> Estas matérias encontram-se respectivamente nos seguintes periódicos: “*Jornal do Commércio*” – Juiz de Fora – 04 de julho de 1898 – p. 1, coluna 6; “*Diário da Tarde*” – Juiz de Fora – 13 de maio de 1899 – P. 1 – coluna 4; “*Jornal do Commércio*” – 20 de julho de 1913 – P. 3 (Foto – anúncio).

<sup>143</sup> “*Diário Mercantil*” – Juiz de Fora – 06 de fevereiro de 1918 – P. 2 – coluna 2.

Além da esterilização dos doentes, deve também praticar-se a esterilização dos **delinqüentes**, único meio de se prevenir esse **formidável exército do crime** e dos entes degenerados que o alimentam.

A esterilização dos delinqüentes já se pratica na América do Norte, nos estados da Califórnia, Connecticut, Oregon, Utah, Indiana; neste último estado foram esterilizadas cerca de 800 pessoas no ano de 1899. O **articulista aprova** também esta esterilização, limitando-a porém, unicamente aos reincidentes que praticarem crimes contra os bons costumes, aos delinqüentes habituaes e às mulheres de má nota. Com relação aos segundos, o Dr. Sury aconselha até a ablação dos órgãos.<sup>144</sup>

Esse tipo de discurso, relacionando radicalmente doença e incapacidade, incapacidade e pobreza, e esta à delinqüência e ao crime, que, por sua vez era supostamente de caráter hereditário, servirá de pano de fundo para selecionar os indivíduos e grupos bem vindos na convivência urbana, e, principalmente, para delimitar aqueles que deveriam ser alvos da repressão sanitária e policial, entre os quais os ciganos, sempre vistos como incorrigíveis delinqüentes, avessos ao trabalho e amantes do crime, portanto sinônimo de perigo para a sociedade, conforme ainda poderemos perceber por meio de diversos exemplos no decorrer desse trabalho.

É perceptível também, através dos jornais, o choque entre os hábitos e costumes de uma população que, predominantemente nascida e crescida no campo, junto às fazendas de café, lutava para se adaptar aos novos espaços e formas de convivência na cidade, em meio às novidades que alteravam rapidamente a forma de viver de todos.

Os jornais possuíam a justa medida para uma cidade bela. Uma “bela urbs”, termo muito utilizado, era, em primeiro lugar, uma cidade limpa e ordenada, onde o progresso não compromettesse o bem estar de seus moradores. Obviamente, eram bem-vindos apenas os moradores capazes de promoverem e se ambientarem às novidades da convivência urbana. A maioria das normas de bem-viver, explicitamente ou não, estavam relacionadas diretamente ao avanço dos projetos de sanitarismo que tomavam vulto nesse contexto.<sup>145</sup>

<sup>144</sup> Jornal “*Diário Mercantil*” – Ano I – nº 40 – P. 2 – Colunas 1 e 2. Juiz de Fora, 10 de março de 1912.

<sup>145</sup> Sidney Chalhoub, ao estudar o contexto histórico no Brasil em que se deu a adoção do termo “*classes perigosas*” identifica bem a relação desse conceito com a forma de se conviver e administrar as cidades nas décadas derradeiras do Séc. XIX. Segundo ele, que volta sua atenção especialmente para o tratamento dispensado aos negros libertos (suspeitos preferenciais) e aos imigrantes, a postura política de expulsão das classes populares do centro da cidade reflete o entendimento e a prática vigente no período de que uma cidade poderia ser apenas “administrada” de acordo com critérios unicamente técnicos e científicos. Essa idéia, afirma Chalhoub, demarca a existência de uma “*racionalidade extrínseca*” às desigualdades sociais urbanas, e tem contribuído, ao longo de nossa história, também por meio da violência, para a “*inibição do exercício de cidadania*” no Brasil, com base na crença de que a pobreza estava associada à ociosidade, que esta era o suficiente para associar qualquer indivíduo pobre a um “*malfeitor em potencial*”. Esse, nos demonstra o autor, é um dos fundamentos teóricos que irá nortear as estratégias da polícia nas cidades brasileiras nas primeiras décadas do século XX. Chalhoub destaca que o conceito de classes perigosas no Brasil aparece como um dos

Além da repressão por meio da violência, como no caso da destruição de cortiços, uma forma mais sutil de se romper com o passado “atrasado” era a regulamentação de novos hábitos. O uso do lenço, “um grande inimigo do homem” segundo um “cientista francez”, fazer grupos nas calçadas, ao contrário do que fazem os “estafermos das ruas, legião de verdadeiros entraves à sociedade”, trabalhar de chapéu, apertar a mão para cumprimentar, assoviar em público, principalmente nos bondes, na rua ou casa de estranhos, fazia, entre outros, parte de um pacote de velhos hábitos que deveriam ser abolidos.<sup>146</sup>

Era preciso limpar a cidade não só das “coisas velhas”, como também das “feias”. Sob esse aspecto, os pontos de referências, principalmente o Rio de Janeiro, eram citados sempre, e percebemos que os articulistas eram, muitas vezes, bem conscientes das contradições sociais urbanas que se gestavam de maneira acelerada:

Assim como as medalhas têm verso e reverso, os grandes centros da população têm suas vantagens e seus percalços. Uma cidade que se preze deve ter pelo menos um teatro, e uma epidemia, ou então: uma alfândega e um cortiço, ou, ainda, uma academia e uma roleta.

O Rio de Janeiro, que é um adeantadissimo empório commercial, possui várias academias, diversos theatros, alfândega, thesouro, casa de moeda, hospício, etc., e já possui uma celebridade maior que todas as outras: a celebre Cabeça de Porco, que foi decepada heroicamente por um prefeito mais que perfeito, e que tinha sangue de barata, e que, entretanto, era Barata. Bem cara lhe sahiu a energia.<sup>147</sup>

Como pudemos perceber, um dos alvos constantemente apontados pelos jornais eram os cortiços, sobre os quais se mantinham posturas de denúncia, vigilância, crítica e cobranças aos órgãos competentes. Essas notícias demonstram com clareza um certo conflito, uma indefinição de funções entre as autoridades sanitárias e as policiais, problema bem recorrente nesse período, conforme os exemplos seguintes:

O sr. Director da policia municipal officiou ao sr. dr. Presidente da Câmara pedindo a demolição de dois lanços de cortiços á rua da Liberdade.

---

eixos de um importante debate parlamentar ocorrido na Câmara dos Deputados do Império nos meses que se seguiram à abolição da escravidão, cuja pauta girava em torno da repressão à ociosidade. IN: CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. P. 20 a 23.

<sup>146</sup> Matérias contendo tais propostas encontramos em diversos exemplares de jornais. Citamos aqui como exemplos: “*Jornal do Comércio*” – Juiz de Fora – 15 de novembro de 1897 e 13 de junho de 1914, e “*Diário Mercantil*” – Juiz de Fora – 23 de maio de 1912. “*Diário Mercantil*” – Juiz de Fora, 04 de junho de 1913 – P. 1 – Coluna 2.

<sup>147</sup> “*Jornal do Comércio*” – Juiz de Fora – 04 de junho de 1899 - P. 1 – Coluna 6.

Esse officio foi encaminhado ao sr. dr. Director das obras para proceder á respectiva vistoria.<sup>148</sup>

O Sr. delegado de policia, de commum accordo com o sr. dr. inspector de hygiene municipal, trata de vistoriar vários cortiços existentes na zona urbana, os quaes servem de valhacouto a vagabundos e desordeiros e não têm as necessárias condições hygienicas.<sup>149</sup>

As notícias sobre os cortiços deixam transparecer também a emergência de outros agrupamentos recentes na cidade, vivendo em difíceis condições de sobrevivência, como as famílias operárias:

Chamamos a attenção do ilustrado sr. dr. inspector de hygiene municipal para diversos cortiços que há em vários becos na parte baixa da rua Halfeld, cortiços esses nos quaes se accumula grande numero de individuos – operários, famílias, etc.

Esses cubículos não têm a menor condição hygienica, segundo somos informados, sendo as matérias fecaes depositadas em cisternas.

O que deixamos escripto tem sido observado pelas autoridades policiaes em varias diligencias feitas nos referidos cortiços.

Ahi fica a reclamação, que, julgamos, será attendida pelas autoridades hygienicas.<sup>150</sup>

Além da campanha contra os cortiços, sem nenhum questionamento sobre o destino das pessoas que ali viviam, era necessário controlar os “actos vandalicos” e a “sanha devastadora” das crianças, que andavam a pichar os muros, assaltar as árvores e quebrar vidraças no centro da cidade, sendo que, “se a policia não tomar sérias e enérgicas providências”, o “único recurso”, proposto pelo articulista, é o de “castigar por nossas mãos a esse patifes, fazendo o que deixaram de fazer seus paes”.<sup>151</sup>

Os moradores dos cortiços, os imigrantes, os portadores de deficiência física, os doentes, e até as crianças, entre outros, como vimos, constituíam grupos que incomodavam nossos vigilantes da ordem urbana. Se até com as crianças a solução era arbitrária, não surpreende o tom encontrado na reação dos jornais à presença de grupos ciganos na cidade, os quais nada tinham a oferecer para almejado “saneamento moral e material” da cidade e

<sup>148</sup> “*Jornal do Commércio*” – Juiz de Fora – 12 de fevereiro de 1897. – P. 1 – Coluna 5.

<sup>149</sup> “*Jornal do Commércio*” – Juiz de Fora – 16 de dezembro de 1897 – P. 1 – Coluna 5.

<sup>150</sup> “*Jornal do Commércio*” – Juiz de Fora – 29 de maio de 1897 – P. 1 – Coluna 3.

<sup>151</sup> “*Jornal do Commércio*” – Juiz de Fora – 17 de junho de 1897 – P. 1 – Coluna 1.

que, preferencialmente, deveriam ser mantidos o mais longe possível do perímetro urbano, pretendo modelo de beleza e harmonia:

Bella Imigração!

Tendo as autoridades policiaes recebido denuncia de que além do matadouro publico havia um abarracamento de ciganos, para aquele local se dirigiram hontem, ás 8 horas da noite, acompanhadas de força.

Ali chegadas, verificaram que se tratava de tres famílias de immigrants russos que há dias vieram para este estado por conta própria.

Esses immigrants acham-se sem trabalho, não tendo procurado collocação na lavoura por não entenderem desse serviço.

Faltos de recursos, armaram barracas no logar acima referido, onde cerca de cinco dias se acham acampados, ali vivendo na mais miserável promiscuidade.

As autoridades policiaes intimaram-nos a procurar occupação licita ou a se retirarem do município.<sup>152</sup>

#### 2.2.4) Os ciganos: mendigos válidos e adeptos da vadiagem.

Os ciganos ainda viviam melhor, mesmo com as perseguições, com as dificuldades para negociar, com o crescimento das cidades. Diante de todo esse sofrimento você não via tristeza no meu povo. Tudo era motivo de alegria. [ ] A nossa noção de alegria não estava condicionada a bens materiais, ela estava na alma, no espírito. O motivo cigano é a família. Meu povo nunca foi tão triste como agora.

Zarco Fernandes<sup>153</sup>

O que seria para as autoridades e para nossos jornalistas essa “occupação lícita”, citada acima? Identificamos essa percepção de maneira muito clara reproduzida nos jornais estudados, sempre a postos nas tarefas de estimular o trabalho e buscar soluções, marcadas por arbitrariedade, para o destino dos novos e velhos atores que, nesse período de transformações, experimentaram efervescentes conflitos envolvendo aspectos sociais e culturais da sociedade que se desenhava, com a convivência entre escravos, imigrantes, libertos, operários, elites e “vadios”, enfim, uma marcante estratificação social.

A supervalorização do trabalho e a adoção de normas disciplinadoras se originam da necessidade de racionalizar a produção com o advento do capitalismo na Europa. Juntamente

<sup>152</sup> “*Jornal do Comércio*” – Juiz de Fora – 30 de setembro de 1897 – p. 1 – Coluna 2.

<sup>153</sup> Entrevista concedida em 28/04/2006. *Op. Cit.*

com as transformações no conceito de trabalho, surge uma nova concepção de tempo, que se desvincula da natureza, e inicia-se o “tempo de trabalho”, o tempo cronológico, contado artificialmente e os relógios passam a ser colocados em lugares centrais e altos (Igrejas e Prédios Públicos – como nas Estações Ferroviárias) como símbolo de poder<sup>154</sup>.

Se a política sanitária se fortalece e se impõe com o advento da República, as práticas que visavam valorizar e racionalizar o trabalho já são bem presentes no final do Império, acirrando-se com a abolição da escravatura em 1888, quando os grupos nacionais detentores do poder político e econômico investem pesado na elaboração de uma nova ética em relação ao trabalho. Sidney Chalhoub<sup>155</sup>, ao estudar o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na primeira década do século XX, consegue definir muito bem esse momento complexo de um mercado capitalista em formação, levantando aspectos fundamentais do período de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, principalmente no que diz respeito a políticas públicas, que expressavam o consenso de que a ordem estava ameaçada. Segundo ele, o mundo do trabalho já representava um problema para as elites brasileiras desde meados do século XIX, justamente a partir do fim do tráfico negreiro, alcançando seu ápice com o fim da propriedade escrava, levando a uma necessidade urgente de reajustes no universo mental tanto das autoridades, quanto do ex-proprietários e libertos. A maior preocupação, segundo Chalhoub, era fazer com que o liberto se tornasse um trabalhador e ao mesmo tempo, devia-se despir o conceito de trabalho do seu caráter “aviltante” e “degradador” que o caracterizava na sociedade escravista, “assumindo uma roupagem nova que lhe desse um valor positivo, tornando-se então o elemento fundamental para a implantação de uma ordem burguesa no Brasil”<sup>156</sup>.

Além dessa preocupação, Chalhoub destaca também uma segunda: a de inserir de forma exemplar o imigrante no mundo da ordem e do trabalho. Essas duas preocupações básicas nortearão o teor do “projeto de repressão à ociosidade” de 1888, elaborado pelo ministro Ferreira Vianna, que defendia dois instrumentos principais para sua concretização<sup>157</sup>,

---

<sup>154</sup> Informações muito interessantes sobre esses aspectos em THOMPSON, E.P. Tempo, Disciplina do Trabalho e Capitalismo Industrial. IN: *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267-304. Sobre esse aspecto, Thompson destaca que as transformações econômicas ocorrem num processo de transição e estão sempre acompanhadas de mudanças de concepção de mundo, e, segundo ele, o conceito de trabalho muda mais rápido que o de tempo, que varia de acordo com a sociedade em que ele é visto, com ritmos diferentes, gerando conflitos e estratégias de resistências nesta mesma sociedade. Isso acontece também no Brasil nesse contexto marcado por transições.

<sup>155</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986. Pág. 35 – 58.

<sup>156</sup> *Idem*, p. 40.

<sup>157</sup> *Idem*, p. 42.

a *repressão* e a *educação* dos libertos. Nesse momento se elabora o conceito de vadiagem, que demonstra uma incompatibilidade irreduzível entre manutenção da ordem e ociosidade:

O Conceito de vadiagem se constrói nas mentes dos parlamentares do fim do Segundo Reinado basicamente a partir de um simples processo de inversão: todos os predicados associados ao mundo do trabalho são negados quando o objeto de reflexão é a vadiagem. Assim, enquanto o trabalho é a lei suprema da sociedade, a ociosidade é uma ameaça constante à ordem. O ocioso é aquele indivíduo que negando-se a pagar sua dívida para com a comunidade através do trabalho honesto, coloca-se à margem da sociedade e nada produz para promover o bem comum.<sup>158</sup>

São recorrentes a partir de então as relações entre pobreza e a vadiagem, e da ociosidade com o crime contra a propriedade e segurança individual, que sustentam a idéia de que as classes pobres são também as “classes perigosas”, ou, como vimos, a pobreza de um indivíduo ou de um determinado grupo era um fator suficiente para torna-lo um “malfeitor em potencial”. Retomamos aqui a idéia de Sidney Chalhoub, que resume o universo ideológico das elites brasileiras nesse período como dividido em dois mundos: o mundo do trabalho e o mundo da ociosidade e do crime, ou seja, o mundo marginal, e essa forma de interpretação, como podemos perceber, era assimilada e reproduzida eficazmente pelos jornais aqui estudados.

O mundo dos “sem trabalho”, era alvo de vigilância constante nos jornais, que mapeavam e elegiam os indivíduos e grupos pertencentes às “classes perigosas”.

Vejamos inicialmente como os jornais expressavam a preocupação com o sentido do trabalho como virtude máxima, numa desvalorização constante de qualquer referência ao descanso, lazer ou atividades que não se adequassem à receita composta pelos ingredientes trabalho/tempo/lucro/progresso, como caminho indispensável e garantido para o “sucesso” dos “homens de bem”. Na mentalidade dos “empreendedores”, retratadas aqui pela imprensa desse período, todo espaço e tempo que não fossem ocupados pelas atividades do trabalho, eram oportunidades para o ócio, os vícios e a vadiagem. Sobre esses aspectos, não é difícil encontrarmos exemplos em diferentes jornais locais, em datas diversas. Em publicações do jornal “O Pharol” que antecedem a Abolição e a Proclamação da República, já podemos citar: “O homem ocioso, não tendo outrossvícios nem sendo parasita, vegeta como um surdo, cego e idiota; os tendo, pé uma peste que infecciona muita gente.”<sup>159</sup>

<sup>158</sup> *Idem*, p. 46.

<sup>159</sup> Jornal “O Pharol”, nº 30, P. 1, coluna 5, Juiz de Fora, 07 de fevereiro de 1885.



O “Jornal do Commércio” publicou uma série de artigos especiais em comemoração a virada do século XIX para o XX e citamos a seguir um trecho da introdução desses artigos, que tratavam de Juiz de Fora no século XIX:

O século XX encontra esta zona de Minas transformada em centro de luminosa civilização; e, entretanto, há apenas meio século que o **trabalho** humano abre nestas terras o sulco indelével de sua acção. [...] Que os homens do século XX sejam herdeiros desse poder de iniciativa, dessa emulação vigorosa, dessa energia de vontade e dessas qualidades progressistas, eis os votos que fazemos ao assignalar o alvorecer do novo século.<sup>160</sup>

Do Jornal “Diário Mercantil”, escolhemos um outro exemplo:

Crescendo e desenvolvendo-se nas alegrias santas do **trabalho**, Juiz de Fora é a terra encantada de Minas Geraes, onde todas as iniciativas se incrementam, onde todas as energias se concentram para o bem, onde tudo progride e se expande, onde há um povo que se compenetra de que o homem deve começar pelo **trabalho** e acabar pela prosperidade.<sup>161</sup>

Portanto, eram bem vindos à convivência na “*bela urbs*” aqueles que fossem trabalhadores. Os que não estavam inseridos nesse mundo, eram encarados sob duas lentes interpretativas, conforme nos demonstra a imprensa: num primeiro grupo, aqueles que **não podiam** fazer parte desse mundo encantado, em virtude de suas deficiências físicas e/ou mentais, portanto, os “*verdadeiros mendigos*” e um segundo grupo, formado por todos aqueles que **não queriam** trabalhar, porque se afinizavam com o ócio, a esperteza, a preguiça, os vícios, a selvageria, a ignorância, ou seja, os “vadios”, ou “falsos mendigos”.

Diariamente, centenas de mendigos passeiam pelas ruas da cidade, abusando da caridade publica, uns inválidos e merecedores de esmolos e outros, em maior numero, perfeitamente validos, muito em condições de proverem á sua subsistência com o próprio trabalho.<sup>162</sup>

Apesar do discurso e as práticas autoritárias envolvendo essas duas categorias pontuarem algumas especificidades, a intencionalidade final era a mesma: afastar para o mais longe possível, banindo da convivência urbana, esses indivíduos ou grupos, que tanto

<sup>160</sup> Juiz de Fora – Século XIX – Artigos publicados no “Jornal do Commércio” de Juiz de Fora comemorando a entrada do século XX – Juiz de Fora – Typographia Central, 1901.

<sup>161</sup> “Diário Mercantil”, Ano II, nº 371 – P. 1, colunas 1 e 2, Juiz de Fora, 06 de abril de 1913.

<sup>162</sup> “Jornal do Commércio” – Juiz de Fora – 10 de julho de 1898 – P. 2 – Coluna 1.

atrapalhavam o propósito do “Saneamento Moral e Material” abraçado pelos jornais, conforme já nos inteiramos.

Repressão Urgente:

Já uma vez chamamos a atenção da policia para o numero considerável de mendigos, verdadeiros e falsos, que infestam a cidade, de modo a torná-la insuportável pelo aspecto triste que apresenta, nos logares mais concorridos, e inhabitavel para as famílias que aqui vêm passar temporadas, pelas importunações reiteradas e intoleráveis por parte dessa horda de pedintes, na mór parte vagabundos da pior espécie.

Provoca intensa indignação o espectáculo immoral e altamente irritante, dado por indivíduos no vigor da idade, sadios e talhados para o trabalho, a especularem cynicamente com a caridade publica, esmolando diariamente, de manhã á noite, quando deviam empregar a actividade em outras misteres de utilidade geral, concorrendo assim para o progresso do paiz.<sup>163</sup>

Apesar do incômodo comum, as abordagens praticamente diárias sobre o tema da mendicidade nos jornais demonstram diferentes propostas de solução desse crescente “problema” urbano, no que diz respeito ao tipo de controle e repressão propostos.

Para o primeiro grupo, ou seja, para os “mendigos verdadeiros”, a grande solução vislumbrada era a prática da caridade,<sup>164</sup> através de iniciativas particulares, ou a ampliação das casas assistenciais que pudessem amparar esses indivíduos. Notícias perpassam orgulho em relação ao aumento das entidades assistenciais da cidade, predominantemente de caráter religioso, mas, ao mesmo tempo, transparecem a incapacidade das mesmas em controlar as crescentes contradições sociais, que se tornavam cada vez mais acirradas.

Se a solução para o problema da mendicidade girava em torno da caridade, a fiscalização da cidade, nesse aspecto, deveria, a princípio, ficar por conta das autoridades sanitárias. Porém, com o tempo o controle da mendicidade foi sendo relegado de maneira mais efetiva à polícia, o que percebemos por meio da publicação de diversas notícias que demonstravam tentativas, ainda que frustradas, de controlar os pedintes, e, principalmente, separar aqueles que tinham autorização para esmolar, através do uso de vestuário próprio e placas de identificação.

Em contrapartida, o tom dos jornais se altera radicalmente ao tratarem dos indivíduos ou grupos considerados como “falsos mendigos”, ou “adeptos da vadiagem”. Precisamos

<sup>163</sup> “*Jornal do Comércio*” – Juiz de Fora – 28 de março de 1900 – P. 1 – Colunas 1 e 2.

<sup>164</sup> Sobre a importância e organização das entidades assistenciais da cidade verificar: VISCARDI, Cláudia. M. R. Os Vadios Desamparados e suas Elites Beneméritas. In: *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História - ANPUH*. Londrina : Editorial Midia, 2005. CD-ROM.

percorrer esse caminho para deixar claro como era concebida a ampla categoria dos “vagabundos”, já que era nessa que se incluíam, para a sociedade da época, os grupos ciganos.

Por serem vistos como bandidos, portadores de doenças, símbolos de desordem, de desarmonia e, principalmente, indivíduos avessos ao trabalho, conforme este vinha sendo concebido no contexto vigente, entendemos o porque e o quanto os ciganos incomodavam e eram temidos e repudiados de maneira especial nesse momento.

O universo dos indesejáveis era, sem dúvida alguma, o maior alvo das críticas e o foco principal da postura vigilante dos jornais, que, para promover e justificar a perseguição aos considerados vadios, reproduziam paralelamente um discurso bem característico desse período, também a nível nacional, que girava em torno de uma nova leitura sobre a importância e o papel do trabalho.

A postura vigilante se fazia presente diariamente através de denúncias, como no exemplo abaixo:

Já tivemos ocasião de reclamar das autoridades policiaes, medidas attinentes a se pôr cobro á vagabundagem, disfarçada sob a capa de mendicidade. Indivíduos validos, em condições de poderem perfeitamente prover á própria subsistência, se encontram ás dezenas pelas ruas, estrangeiros na sua totalidade, implorando ou antes explorando a caridade publica.

Há tempos, a policia iniciou campanha contra esses vagabundos e, ás mais das vezes, insolentes indivíduos, mediante suggestão nossa; entretanto, hoje, talvez, mais que nunca, infestam as nossas ruas desoccupados dessa espécie que mais necessitam das vistas da policia do que dos movimentos caridosos da nossa população.

Ainda uma vez, pois, chamamos para o assumpto a attenção das autoridades.<sup>165</sup>

Para esses casos, portanto, a solução não era a caridade, mas a total repressão, através da expulsão da cidade ou prisão, e a fiscalização e controle era cobrado não mais das autoridades sanitárias, mais, especificamente, das policiaes.

Chamamos a attenção do sr. delegado de policia para o grande numero de desoccupados, vagabundos e mendigos que infestam a cidade. Andam por ahi certos indivíduos, sem o menos defeito physico, fortes, bem constituídos esmolando de porta em porta, sem documento que prove a causa da sua incapacidade para o trabalho. Alguns fazem-se acompanhar de crianças maltrapilhas e sujas, armando á caridade publica.

É preciso que a policia dê caça a esses exploradores.<sup>166</sup>

<sup>165</sup> “*Jornal do Comércio*” – Juiz de Fora – 27 de novembro de 1898 – P. 1 – Coluna 2.

As citações acima confirmam a questão já levantada sobre o fato da “*capacidade*” ou não para o trabalho representar o divisor de águas que definia quem deveria ser alvo das autoridades sanitárias e da caridade e daqueles considerados “casos de polícia”. Entre os últimos, um alvo certo de vigilância eram os ciganos, que vão passar por um período de forte cerco fechado em relação à aproximação da cidade. Era no universo dos “*falsos mendigos*”, dos “*adeptos da vadiagem*” e do “*banditismo*” que estes eram incluídos, interpretados sob a mesma lógica contestadora que permeava as manifestações dos jagunços e cangaceiros, muito temidos em Minas em virtude da divisa com o estado da Bahia, como percebemos nos exemplos abaixo:

Informam-nos que um bando de ciganos invadiu o arraial de Tocantins, obrigando os habitantes a fugirem, e que estão circulando a cidade de Ubá.[...] Constantemente a imprensa registra factos vergonhosos com este, de correrias de bandos numerosos de ciganos, que põem em sobressalto as povoações do interior, que sacrificam vidas e que abonam muito pouco a nossa civilização. É preciso, de modo enérgico, pôr termo aos vandalismos praticados por essas hordas de aventureiros, desrespeitadores da lei, violadores da propriedade alheia e assassinos. Os ciganos em Minas têm muitos pontos de contacto com os jagunços da Bahia. Oxalá não nos venham a dar o trabalho daquelles.<sup>167</sup>

Mais de dez anos depois, o tom ainda era o mesmo:

Banditismo.

O governo do Estado acaba de receber comunicação de que no município de Bomfim, no lugar denominado S. Gonçalo da Ponte, se deu, no dia 20 do corrente, um serio conflicto, que necessita de severa punição.

Um grupo de jagunços, capitaneados por um padre, invadiu a localidade de S. Gonçalo, praticando toda a sorte de tropelias degradantes. A situação continua melindrosa, porque a arraial atacado não tem policiamento, sendo necessário a varias pessoas abandonar suas casas para fugirem á sanha dos bandidos.

Bomfim é um município pouco distante da capital do Estado, o que prova a audácia dos atacantes, jagunços em grande parte descidos de S. Francisco e outras localidades do extremo norte do Estado. Onde, segundo temos noticiado, há bem pouco tempo, se praticaram terríveis actos de vandalismo.

O governo do Estado já enviou para o local o contingente de força necessário, parecendo, entretanto, que há motivos políticos ou de outra ordem nessa insólita perturbação da tranqüilidade publica.[...]

A situação é, pois, grave, e ao governo cumpre tomar uma providencia decisiva a este respeito, considerando que se repetem com grande freqüência, de certo tempo

<sup>166</sup> “*Jornal do Commércio*” – Juiz de Fora – 10 de janeiro de 1897 – P. 1 – Coluna 3.

<sup>167</sup> “*Jornal do Commércio*” – Juiz de Fora – 25 de agosto de 1897 – P. 1 – Coluna 2.

a esta parte, os ataques a populações, promovidos por jagunços, ciganos e bandidos.<sup>168</sup>

Para encerrar esse capítulo, selecionamos uma notícia, publicada em 1899, por considerá-la capaz de resumir muito bem a imagem dos ciganos, construída através dos jornais estudados, durante décadas consecutivas.

Desembarcou hontem nesta cidade, vindo da Capital Federal, um bando de ciganos gregos, composto de dez homens, dez mulheres e 25 crianças.

Logo depois da chegada pelo expresso, tratou o bando de armar as suas tendas á rua Fonseca Hermes, onde levantaram algumas barracas.

O sr. Delegado de policia, tendo disso conhecimento, mandou buscal-os á sua presença, interrogando-os sobre o que pretendiam aqui fazer, de onde vinham e qual era a sua occupação.

A essas arguições responderam que tinham percorrido toda a Europa e alguns paízes da America e que aqui pretendiam ficar entregues ao officio de funileiros.

Todas as pessoas do numeroso bando apresentavam asqueroso aspecto, vestidas de farrapos e algumas quasi que em completa nudez.

A autoridade os mandou recolher ao pateo da cadeia, procedímento esse que muito nos alegrou.

As crianças são fortes, e, sob os seus vestuarios maltrapilhos, denotam robusto vigor.

A patriarchal família grega teve a honra de numeroso acompanhamento por parte de populares que enchiam curiosamente de um a outro lado a rua Quinze de Novembro, por onde transitavam, até ao palacio onde tiveram guarida.

Algumas das mulheres do bando, para não perderem o tempo, enquanto os machos fíncavam as estacas para as tendas, davam-se ao mister de ler a buena dicha aos curiosos, que se approximavam, ou nas casas visinhas, mediante pagamentos que exigiam adeantadamente.

O Sr. Delegado de policia, depois de ter indagado precisamente dos antecedentes e procedencia dessa gente suspeita, dar-lhe-á o destino que julgar mais conveniente.

Até lá, vão comendo os feijões do Silvestre.<sup>169</sup>

Como podemos perceber, é possível identificar um discurso que engloba diversas questões tratadas, desde aspectos do contexto em questão, perpassada por meio do mundo do ir e vir dos trens, passando por um certo romantismo descritivo característico das páginas literárias, tratando das atividades exercidas pelos ciganos, suas práticas, sua aparência, a reação da população, entre a curiosidade e o medo, a preocupação com os objetivos de sua presença, e principalmente, sem dispensar o costumeiro tom de ironia dos jornais da época, a

<sup>168</sup> “*Jornal do Comércio*” – Juiz de Fora – 29 de novembro de 1913 – P. 1 – Colunas 4 e 5.

<sup>169</sup> “*Jornal do Comércio*” – Juiz de Fora, 28 de abril de 1899 – P. 1, coluna 3.

configuração dos mesmos como “casos de polícia”, assunto ao qual nos dedicaremos mais especificamente no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 3:

### CIGANOS: “CASOS DE POLÍCIA”

Somos exímios comerciantes. Conseguimos poupar aquilo que produzimos. No entanto, para permanecer no sistema, circulando, temos que constantemente enfrentar a sanha da polícia, que invade os acampamentos e corta as barracas durante o sagrado descanso.

Cláudio Iovanovitchi<sup>170</sup>

As relações conflituosas entre as autoridades policiais e os ciganos, no período estudado, foram tão marcantes, que mereceram um capítulo específico. É justamente sobre o caráter desses contínuos desentendimentos, cercados de violência e intolerância, ao longo de décadas, que trataremos a seguir, procurando percorrer dois fios condutores principais: primeiramente, destacaremos as justificativas que sustentavam as atitudes repressivas da polícia para com os ciganos, sempre transmitidas sob a “lente” interpretativa dos jornais; depois, buscamos identificar o vínculo existente entre as restrições impostas às práticas de sobrevivência desses grupos com as questões que envolvem a tentativa de controle sob o crescimento urbano, em diversos aspectos, levando a conseqüências definitivas para a organização interna das famílias cigana.

Como vimos, designações como “vagabundos”, “praga”, “hordas de aventureiros, desrespeitadores da lei, violadores da propriedade alheia e assassinos”<sup>171</sup> entre outras, eram constantes no discurso daqueles que se referiam aos ciganos, termos estes que ficariam enraizados no imaginário da população até os dias atuais e que fazem parte de uma complexa trajetória desses grupos.

Além dos fatores já tratados, a ausência de discernimento dos jornais, sempre vigilantes, em identificar os indivíduos realmente pertencentes aos grupos ciganos, também colaborará com o fato de que, durante um longo período, estes sejam tratados e recepcionados ainda com mais desconfiança, repressão e violência, fato que conforme

---

<sup>170</sup> Depoimento ao Destaque Seppir. *Op. Cit.*

<sup>171</sup> “*O Pharol*”, Juiz de Fora - 07 de fevereiro de 1885 – P. 1 - Coluna 3 e “*O Pharol*”, Ano XIX, Página 1, Coluna 1- Juiz de Fora, 1º de agosto de 1885.

veremos, irá intensificar ainda mais o receio por parte da população e os conflitos destes com as forças policiais, e conseqüentemente, agravar as limitações de oportunidades de inserção dos mesmos no convívio urbano, mesmo por um curto espaço de tempo.

A perseguição policial era bem eficaz, o que, para estes grupos, significou impossibilidade de manter sua sobrevivência, já que limita as suas duas atividades principais, de caráter tradicional e comum, mesmo considerando-se algumas especificidades internas entre as diferentes *famílias*. Era baseado nessas práticas que os ciganos, de passagem, baseavam seu sustento: o comércio (para os homens) e a quiromancia (para as Mulheres), conforme trataremos a partir de agora.

### 3.1) A recepção: Controle e Violência

Os ladrões locais, nos municípios pequenos, desenvolveram o costume de promover ondas de furto no período em que os ciganos lá estão. Acusados, os ciganos vão parar na polícia. Sem documento, sem endereço, sem testemunhas a seu favor, acabam sendo pressionados a deixar o local. E o círculo vicioso se perpetua.

Cláudio Iovanovitch<sup>172</sup>

Já identificamos que a presença dos ciganos nos arredores, e sobretudo a aproximação destes, tanto da área rural como no núcleo urbano de Juiz de Fora, não era bem vinda. A população se aterrorizava e imediatamente eram organizadas forças policiais, que muitas vezes contavam com o apoio de grupos extras, formados por civis, geralmente empregados das grandes fazendas dos cafeicultores, que temiam que os grupos acampassem em suas propriedades. A união entre forças policiais e da população na repressão aos grupos de ciganos é percebida em inúmeras notícias. Podemos aqui citar como exemplo o trecho de uma matéria intitulada “Massacre em Juiz de Fora”, no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, que criticava a violência utilizada nessa ocasião na invasão de um acampamento de ciganos sérvios, que terminou em morte de três homens e de duas crianças:

... A algumas léguas da cidade mineira acamparam e buscaram contato com os fazendeiros da área [ ] Por isso: a população local se organizou em

<sup>172</sup> Depoimento à Agência Repórter Social. **Op. Cit.**



turmas de captura, reforçada por vinte homens da polícia mineira, vindos da cidade...<sup>173</sup>

Percebemos também que as autoridades policiais de Juiz de Fora eram rotineiramente solicitadas para reprimir a chegada dos ciganos em outras localidades, que ultrapassavam os limites da cidade. Dos jornais, podemos citar como exemplos, entre muitos, os seguintes casos:

O sr. delegado de polícia recebeu ante hontem de Sobragy um telegramma do sr. barão de Santa Mafalda, communicando lhe ter acampado próximo a sua fazenda um bando de ciganos.

Acompanhado de uma força de vinte praças, commandada pelo sr. alferes Joviano de Mello, partiu hontem para aquella estação a autoridade policial.

Dado o cerco, houve tiroteio, do qual resultou ficarem feridos um rapaz do grupo de ciganos e um praça da polícia.

Os ciganos foram presos em número de doze, e recolhidos hontem à cadeia desta cidade....<sup>174</sup>

A força policial commandada pelo tenente Lima foi ao município de S. João Nepomuceno, com a incumbência de livrar os habitantes desse município da grande horda de ciganos que ali se achava, realizou importante diligencia, effectuando a prisão de quinze ciganos e apreensão de 25 animaes furtados, assim como de considerável armamento.

Um dos ciganos foi morto quando, resistindo á prisão, fazia fogo sobre a força.<sup>175</sup>

Está no município do Pomba a força policial que foi em diligencia a S. João Nepomuceno em perseguição do bando de ciganos que infestava esse município.

A ida dessa força ao Pomba tem também como intuito a captura de uma outra horda que está acampada nas imediações dessa cidade.<sup>176</sup>

Acreditamos porém, que essa postura não determina o fato da polícia da cidade ser ou não mais eficaz que a de outras localidades. Vemos nessa atuação policial um caráter bastante abrangente, fazendo com que o cerco se feche sobre os ciganos em virtude do contexto global do período. As autoridades juizforanas demonstraram uma surpreendente eficiência no processo de vigilância e manutenção dos ciganos fora dos limites urbanos, reproduzindo, de certa maneira, as práticas policiais identificadas nesse período em outros centros urbanos no

<sup>173</sup> “*Jornal do Commércio*”, Rio de Janeiro, 06 de setembro de 1903. Essa notícia foi reproduzida pelo *Jornal Diário Regional*, em sua coluna “Há 100 anos” – Juiz de Fora, 06 de setembro de 2003. Acervo pessoal.

<sup>174</sup> “*Jornal do Commércio*”, Juiz de Fora - 25 de agosto de 1903 - P. 1 - Coluna 3,.

<sup>175</sup> “*Jornal do Commércio*” – Juiz de Fora – 11 de junho de 1899 – P. 1 – Coluna 1.

<sup>176</sup> “*Jornal do Commércio*” – Juiz de Fora – 14 de junho de 1899 – P. 1 – Coluna 2.

Brasil, não só em relação aos ciganos, mas a inúmeros outros atores que emergiam e/ou abalavam a tão sonhada ordem urbana:

A ordem social republicana, como nos dá a historiografia, somente se tornou possível mediante a ação reguladora concreta das instituições de repressão e controle. Numa sociedade marcada pelo não reconhecimento dos direitos civis e políticos da nação, a polícia civil se destacou, pois sua ação se inscrevia no centro dos conflitos gerados pela emergência de uma ordem pública como até então não havia. O aparelho policial, público por excelência, não se limitou à definição, estabelecida pelo direito penal, das esferas atinentes à lei e à infração; foi além [ ] tomou para si a prescrição de posturas sociais aceitáveis ou inaceitáveis, conforme o jogo das circunstâncias. A ação policial, desse modo, recaiu sobre um conjunto específico de ilegalidades populares, resultante da formação do mercado de trabalho livre.<sup>177</sup>

Temos informações suficientes, inclusive bibliográficas, que definem bem, como a relação dos ciganos com a polícia era conflituosa em todo o território mineiro nesse período e os jornais, nos ajudam em diferentes situações e momentos, a perceber que havia uma postura uniforme de ajuda mútua em todo o estado, procurando preservar as fronteiras:

Tendo passado para o territorio deste estado os bandos de ciganos, as forças mineiras perseguem-os em diversas direcções.  
O governo fluminense ordenou que a força policial, que se achava estacionada em Tres Ilhas, levantasse acampamento, regressando aos respectivos quartéis em Petrópolis e Nitheroy.<sup>178</sup>

A numerosa tribu de ciganos, que se achava acampada no pateo da cadeia, vai levantar acampamento e seguir viagem para o interior com destino a Barbacena, Congonhas e Rio das Velhas, até Diamantina, entregando-se nessa excursão aos misteres em que se dizem hábeis, de caldeireiro.  
É preciso notar-se, porém, que nenhum delles traz ferramenta para exercitar o seu officio, o que faz, de certo, desconfiar.  
Queira Deus não tenhamos que registrar brevemente proezas do bando praticadas nos logares que tenham de atravessar na rota que levam! Sirva isso de aviso ás autoridades do interior do estado.<sup>179</sup>

Numerosos bandos de ciganos, que foram obrigados a emigrar deste estado em vista da attitude enérgica da policia mineira, estão se dirigindo para o visinho estado de S. Paulo, onde começam a commetter depredações de toda espécie.<sup>180</sup>

<sup>177</sup> SOUZA, Luis Antônio Francisco de. Polícia, Classe Trabalhadora e Delinquência na Primeira República: Um debate a ser refeito. *Revista Plural*. FFLCH – USP – 1º Semestre de 1994 – nº. 1 – 2ª edição – São Paulo, 1995.

<sup>178</sup> “*Jornal do Comércio*” - Juiz de Fora – 09 de abril de 1897 – P. 1 – Coluna 4.

<sup>179</sup> “*Jornal do Comércio*” – Juiz de Fora – 29 de abril de 1899 - P. 1 – Coluna 1.

<sup>180</sup> “*Jornal de Comércio*” – Juiz de Fora – 07 de dezembro de 1899 – P. 1 – Coluna 4.

Assim sendo, não podemos afirmar (e nem tínhamos esse objetivo) de forma categórica que possa ter havido, em termos gerais, um diferencial da ação da polícia local sobre os ciganos, em relação a de outras localidades, porém, há informações de que a perseguição policial por aqui, em alguns momentos, apresentou-se inegavelmente acirrada, chegando a provocar reações. Em defesa das diligências comandadas por delegados locais, e não com a intenção de crítica, involuntariamente, os jornais locais acabavam por descrever a publicação de matérias em periódicos de outras cidades, muitas vezes condenando o costumeiro e excessivo uso da violência e da intolerância das forças policiais de Juiz de Fora em relação aos ciganos. O caso já citado dos ciganos sérvios, de 1903, por exemplo, foi assunto nos principais jornais da cidade durante semanas, e as matérias possuíam um caráter apaziguador, se esmeravam em explicações e respondiam a críticas publicadas na “Folha do Leste”, de Leopoldina, e no “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro, como no trecho abaixo:

Em torno do caso dos ciganos servios, presos em Sobragy, tem a imprensa do Rio, levada pelas informações suspeitas destes, feito enorme e descabido alarde, que convem desfazer, a bem dos creditos da civilização desta cidade. Os factos passaram-se de forma cuja singela narrativa bastará para destruir os castelos armados pela imprensa carioca.[ ]<sup>181</sup>

O assunto só foi aparentemente encerrado com a publicação, tanto aqui como no Rio de Janeiro, de um extenso telegrama originado de Belo Horizonte, no qual o chefe de polícia do Estado de Minas Gerais, Sr. Olyntho Ribeiro, tentou atenuar e justificar a excessiva repressão da polícia de Juiz de Fora frente aos ciganos.<sup>182</sup>

É claro que a intenção inicial dessas “diligências” era impedir que os ciganos se fixassem, mas, quando isso não era evitado, os acampamentos eram geralmente atacados e aconteciam mortes dos dois lados e entre os ciganos, além de homens adultos, também muitas de mulheres, crianças e idosos, que habitualmente se colocavam à frente tentando evitar o ataque por parte dos policiais:

...Em presença da força, aparentando os ciganos submissão, foi, entretanto, a mesma agredida, a uma ordem do chefe do bando pelas mulheres e crianças, que procuravam embaraçar o movimento dos soldados, agarrando-lhes as pernas,

---

<sup>181</sup> “*Jornal de Comércio*” – Juiz de Fora 08 de setembro de 1903 – P. 1 – Colunas 3 e 4.

<sup>182</sup> “*Jornal do Comércio*” – Juiz de Fora – 09 de setembro de 1903 – P. 1 – Coluna 2.

enquanto os adultos fugiam em direcção ao um morro próximo, donde procuraram oferecer tenaz resistência à força.<sup>183</sup>

Percebemos em várias notícias que nos conflitos entre os ciganos e a polícia, o maior número de mortes e prisões eram de velhos, e, principalmente, de mulheres e crianças. O tom dessas descrições perpassa, em relação a esse fator, dois objetivos principais por parte dos jornais: o primeiro, permitia aos leitores atribuírem aos homens ciganos um carácter de culpa e covardia, ao fugirem, deixando que os mais frágeis fossem atingidos e presos. Em segundo lugar, podemos perceber que, quando os envolvidos em conflitos eram as famílias ciganas, não havia limites na repressão por parte das forças policiais ou mesmo civis contra estas, em nome da manutenção da ordem. Vejamos alguns exemplos:

Segundo dizem de Uberaba, a policia daquela cidade acaba de levar a effeito importante diligencia.

A horda de ciganos, que invadiram o districto do Veríssimo, commettendo depredações, foi finalmente desbaratada.

Á cadeia daquela cidade foram recolhidas, no sabbado, dezoito mulheres e creanças, tendo os homens se evadido.<sup>184</sup>

Em Pirahuba foram presas, por uma força policial, algumas ciganas e meninos, havendo escapado os ciganos.

Esses presos foram hontem recolhidos á cadeia desta cidade, devendo hoje seguir para Bello Horizonte, onde serão processados correccionalmente.

Escolta-os uma força de dez soldados.

É chefe dessa manada o famoso Duque.

Entre as mulheres presas está a do celebre Valeriano.<sup>185</sup>

Também a simples passagem dos ciganos pela cidade, já sob o domínio de forças policiais, era motivo de registro nos periódicos, que, além de confirmarem aspectos sobre os quais já tratamos, indicam outros procedimentos comumente aplicados em relação a estes pelas autoridades policiais, como o encaminhamento para julgamento em outras localidades, e a rotineira apreensão de bens das famílias ciganas, por serem supostamente roubados.

Passou hontem no trem S 1, com destino a Ouro Preto, uma força da brigada policial conduzindo 39 ciganos aprisionados em Tres Ilhas. Entre estes ha mulheres e crianças.

Trinta e sete animaes e grande quantidade de bagagem, pertencentes aos mesmos, ficaram na estação do Parahybuna, afim de ser remetidos para aquella capital.

<sup>183</sup> *Idem.*

<sup>184</sup> “*Jornal do Comércio*” – Juiz de Fora - 04 de outubro de 1900 – P. 1 Coluna 1.

<sup>185</sup> “*Jornal do Comércio*” – Juiz de Fora - 17 de março de 1901 – P. 1 – Coluna 6.

Essa força era commandada pelo tenente Antonio Candido de Paula.<sup>186</sup>

Percebemos por exemplo, através de vários episódios descritos, que na maioria das vezes, mesmo quando indivíduos ou grupos considerados ciganos eram presos aqui, estes eram encaminhados num rápido espaço de tempos para outras cidades, principalmente para a capital mineira, e também para o Rio de Janeiro, como no caso dos ciganos sérvios, em 1903, que temos utilizado como ilustração em alguns aspectos:

Os ciganos, entretanto, foram novamente subjugados, apesar de estarem todos bem armados, e foram trazidos para Juiz de Fora, de onde o delegado os mandou para o Rio de Janeiro, pensando desse modo livrar-nos da sua perigosa presença e facilitar-lhes a repatriação, pois o seu modo de vida normal, desocupada e rapinante, é incompatível com as leis e costumes do paiz.<sup>187</sup>

Quando os ciganos tentavam adentrar e se instalar no perímetro urbano, a vigilância policial era igualmente implacável, como ilustrado abaixo:

Afim de bater os ciganos que se acham acampados na fazenda do sr. tenente coronel Camilio Guedes, no arraial do Rosário, seguiu hontem para ali uma força chegada da estação do Parahybuna e que aqui se reuniu a uma outra do nosso destacamento policial.”[ ]

“A ultima hora recebeu o sr. delegado de policia telegrammas relativos ao movimento de ciganos neste município e sobre os quaes guardamos as necessárias reservas.<sup>188</sup>

Dando um salto temporal para 1914, após dezenas de notícias com o mesmo teor, em anos diferentes, citamos:

O sr. dr. José Ribeiro de Abreu, delegado de polícia, teve hontem conhecimento de que várias fazendas, situadas nos arredores desta cidade, têm sido visitadas por numerosos bandos de ciganos, que commetem toda sorte de depredações.

Agora acham-se elles, segundo informações recebidas hontem pela polícia, na fazenda de Salvaterra, próximo desta cidade.

Ao ter conhecimento deste facto, o dr. Delegado enviou ao local referido, vários soldados e agentes, afim de afugentar os ciganos.<sup>189</sup>

<sup>186</sup> “*Jornal do Commércio*” – Juiz de Fora, 10 de abril de 1897 – P. 1, coluna 1.

<sup>187</sup> “*Jornal do Comércio*” – Juiz de Fora – 08 de setembro de 1903 – P. 1 – Colunas 3 e 4.

<sup>188</sup> “*Jornal do Commércio*” – Juiz de Fora – 07 de abril de 1897 – P. 2 – Coluna 2.

<sup>189</sup> “*Diário Mercantil*” — Juiz de Fora, 30 de setembro de 1914 – P. 1 – Coluna 6.

Nos casos menos comuns, em que os grupos alcançavam o perímetro urbano, na maioria das vezes só lhes era permitido acampar em locais de fácil vigilância. Como já pudemos identificar através de outras notícias, e como veremos no exemplo abaixo, uma das opções seguras era o próprio pátio da delegacia. Mesmo assim, a pressão dos jornais aparecia como coadjuvante no trabalho de repressão a esses grupos:

Os ciganos, que estabeleceram sua tenda no pateo da cadeia desta cidade, sentem-se, ao que parece, perfeitamente a vontade no lugar. É certo que já effectuaram compra de duas carroças e três animaes, entretanto, ao invéz de se afastarem para outro lugar qualquer, conforme os desejos dos habitantes da cidade, e segundo ordem do Sr. Delegado, continuam aqui muito tranquillamente, entregando-se ao concerto de tachos, panellas e outros petrechos, que para esse fim, já lhes tem sido enviados, mediante três agentes, seus companheiros, que andam pela cidade a cata de tais objectos para os levarem a concerto.<sup>190</sup>

A vigilância, seguida de desconfianças e acusações que envolviam os ciganos em crimes, terminavam sempre em expulsão, num jogo de empurra entre as forças policiais mineiras, tentando mantê-los o mais longe possível. As acusações chegam, algumas vezes, não de sabe de quem ou de onde, mas falar dos ciganos parecia dar notoriedade aos jornais:

Diz-se que nas immediações da Abbadia, neste estado, existe um bando de 350 ciganos, que assaltam e roubam animaes. O povo está disposto a abandonar os seus lares.<sup>191</sup>

A comprovação das acusações, no entanto, quando existem, são sempre tidas como fator secundário nessa relação conflituosa, mas a liberação por falta de provas acaba transparecendo em algumas situações. Quanto ao caso já citado das ciganas presas em Uberaba em abril de 1900, por exemplo, dias depois o jornal publica o seguinte desfecho:

Cumprindo ordem do sr. dr. chefe de policia do estado, o capitão delegado de policia de Uberaba abriu inquérito contra as ciganas presas ultimamente no districto do Veríssimo. Nada resultado das rigorosas investigações procedidas pela activa autoridade policial daquela cidade, foram ellas postas em liberdade, sendo remettido o processo a respeito, depois de preenchidas as formalidades legaes, áquella autoridade superior.<sup>192</sup>

<sup>190</sup> “*Diário da Tarde*”- Juiz de Fora, 03 de maio de 1899. P. 1, Coluna 5.

<sup>191</sup> “*Jornal do Comércio*” – Juiz de Fora – 11 de maio de 1899. P. 1 – Coluna 4.

<sup>192</sup> “*Jornal do Comércio*” – Juiz de Fora – 17 de outubro de 1900 – P. 1 – Coluna 6.

Acontece que, como percebemos claramente, primeiro vinha a prisão, depois a averiguação dos fatos, partindo-se do pressuposto de que ciganos são sempre culpados. Antecipando a averiguação também percebemos a prática comum de se apreender todos os pertences dos grupos, fator que acarretava paralelamente uma desestruturação familiar dos envolvidos. Vejamos o exemplo a seguir:

Foi hontem interrogado pelo sr. delegado de policia o cigano de nome Manoel Monteiro de Barros, preso no município de S. João Nepomuceno, na fazenda da Grama.

Na ocasião em que foi preso esse cigano, que fez declarações de algum valor, desapareceram tres de seus filhos, dos quaes não há noticia. Foram apprehendidos cinco animaes encontrados em seu poder.<sup>193</sup>

A versão dos fatos é sempre unilateral, no sentido de que os crimes supostamente cometidos pelos ciganos tinham normalmente sua gravidade potencializada, enquanto que, as outras pessoas envolvidas nos conflitos eram sempre investidas de virtudes, poder e razão:

Communicam de Ubá:

Pedro Antonio Ferreira, Marciano Dias Eduardo e Virgillio José Ribeiro, indo ao encaço de uns ciganos que lhes furtaram seus animaes, os enlaçaram no arraial do Campestre, districto desta cidade, onde procurando auxilio para recuperal-os não o encontraram, e resolvendo prucural-o em outra parte, foram inopinadamente atacados pelos ditos ciganos, que com elles travarem, em acto continuo, medonho conflicto, que deu em resultado, ficaram em poder dos corajosos perseguidores dos ladrões, não só os animaes que lhes foram furtados, como também todos os outros que estavam em poder dos ciganos, inclusive o bom armamento de que os mesmos estavam de posse.

Pedro e seus companheiros, estão bastante feridos de bala e chumbo, mas há esperança que não morra nenhum delles.<sup>194</sup>

Além das prisões e mortes, apreensão de bens, um dos fatores mais importantes que são consequência dessa relação conflituosa entre os ciganos e a polícia foi a crescente impossibilidade destes de virem a realizar, dentro de suas tradições, qualquer atividade através das quais pudessem obter meios de subsistência, já que todas estas eram consideradas ilícitas.

<sup>193</sup> “*Jornal do Commércio*” – Juiz de Fora – 04 de julho de 1899 – P. 1 – coluna 4.

<sup>194</sup> “*Jornal do Commércio*” – Juiz de Fora - 22 de abril de 1902 – P. 1 – Coluna 3.

Como veremos a seguir, seja através da insistente repressão às atividades comerciais, da proibição da quiromancia ou da ausência de registros que indiquem na cidade a atuação significativa de trupes de artistas ciganos, concluímos que estes tiveram poucas chances de passarem, muito menos de permanecerem na cidade de Juiz de Fora e nas redondezas, por um período de mais de trinta anos consecutivos.

### 3.2) Proibição das práticas de sobrevivência:

Muito embora estejamos acostumados às agruras sociais, temos necessidades. Queremos comer, nos manter dignos. Para sobreviver temos duas opções: ou vender nossos produtos ou ler a sorte.

Cláudio Iovanovitchi.<sup>195</sup>

Os jornais nos permitem identificar muito bem que, as décadas que sucedem a abolição da escravidão e a implantação da República no Brasil, deixam distante o período em que o mundo dos ciganos era vinculado predominantemente a questões de desvios religiosos, durante o período colonial. Concretiza-se então, um quadro bem radical, que teve início ainda nos derradeiros tempos do Império Brasileiro, quando, através de um insistente afastamento desses grupos das áreas urbanas, acarretou para as famílias ciganas um brutal processo de exclusão, justificado pela supremacia da idéia de que seriam uma raça e um grupo socialmente desclassificado, num processo propício ao agravamento de mitos e preconceitos por parte da população em geral.

Percebemos que os ciganos que “ameaçavam” a ordem na Zona da Mata no período estudado, sobreviviam primordialmente do comércio de escravos (até a abolição, que representou uma mudança marcante na maneira de sobreviver dos grupos ciganos)<sup>196</sup>, de cavalos e de diversas “bugigangas”, como denominavam os jornais da época, que incluíam objetos de metal (principalmente o cobre), oferecendo ainda pequenos serviços. Todas as práticas exercidas por eles eram aquelas que permitissem a mobilidade espacial dos grupos,

<sup>195</sup> Depoimento ao Boletim Destaque Seppir. *Op. Cit.*

<sup>196</sup> O vínculo dos ciganos com o comércio e principalmente com o tráfico de escravos é um assunto praticamente inexplorado pelos estudos, merecendo uma pesquisa específica. O que podemos afirmar é que o cerco legal sempre prevaleceu sobre as atividades comerciais dos ciganos em geral, em vários períodos da História do Brasil. Sabemos também que negociar escravos era uma atividade cotidiana e inserida no contexto econômico desse período, e, como era muito lucrativa, era realizada por indivíduos de diversas posições dentro da organização social vigente no Império, inclusive ex-escravos.



sem criar nenhum vínculo duradouro com a localidade, assim como eram atividades que, para serem mais lucrativas, precisavam ser preferencialmente realizadas num perímetro urbano.

Apesar da ligação dos ciganos com as atividades circenses e espetáculos de rua (Saltimbancos),<sup>197</sup> não encontramos nenhum registro relevante de atividades dos mesmos sob esse aspecto na cidade, pelo menos não que fossem divulgadas pelos jornais, que anunciavam constantemente os espetáculos de grandes grupos de teatro e de companhias européias, principalmente italianas. Assim, nos deteremos aqui a explorar o cerceamento às práticas comerciais e da quiromancia, análise que nos permitirá perceber o quanto essas atividades eram reprimidas na nossa “*bela urbs*”.

### 3.2.1) Os homens ciganos e o comércio:

Meu avô sempre dizia para o meu pai: as leis dos não-ciganos, a lei das autoridades, estão destruindo as leis do nosso povo. E isso, lamentavelmente, ainda vem acontecendo.

Zarco Fernandes<sup>198</sup>

Já sabemos sobre as proibições de comercializar com ciganos que constavam já no primeiro Código de Posturas da cidade de Juiz de Fora. Sabemos igualmente, que os jornais colocavam-se como instrumentos de vigilância para que se fizesse cumprir a legislação, e, sempre que possível, aproveitavam para “aconselhar” aos leitores para que estes evitassem qualquer tipo de negociações com ciganos:

Os ciganos, que aqui estiveram e que, por ordem do sr. delegado de policia, foram obrigados a levantar acampamento, segundo nos asseguram, levaram consigo algumas moedas de cobre dourado (imitação de ouro), as quaes, ao que parece, pretendem impingir aos simples ou desprevenidos dos logares em que em que pousarem.

Registramos este facto como preventivo ás pessoas que tenham de realizar negocio com elles, ou mesmo como esclarecimento às auctoridades,

<sup>197</sup> João Dornas Filho, em seu artigo sobre os Ciganos em Minas Gerais, descreve, sem citar a fonte, a chegada de uma horda de ciganos em Juiz de Fora, em março de 1909, composta de 12 homens, 10 mulheres e 15 crianças, que atuavam como Saltimbancos, apresentando animais amestrados (ursos, macacos e cães), os quais teriam recebido autorização para apresentarem seus números no pátio da cadeia. Essas informações não foram confirmadas nos jornais locais pesquisados. IN: DORNAS FILHO, João. *OP. Cit.* Página 166.

<sup>198</sup> Entrevista concedida em 28/04/2006. *Op. Cit.* O entrevistado se refere à existência da Cris Romani, conselho onde se reúnem representantes mais velhos e decidem as discordâncias entre as famílias. É, para todos os ciganos, considerado o verdadeiro e único Tribunal ao qual devem satisfações para nortear suas práticas dentro das tradições ciganas, assim como no convívio com a sociedade em geral.

quando, por ventura, tenham estas ainda de ajustar contas com esses amiguinhos.<sup>199</sup>

Se, como vimos, a imagem negativa dos ciganos enquanto pertencentes ao universo das “classes perigosas” é agravada pelo contexto de conflitos sociais emergentes na Primeira República, em relação às práticas comerciais, estes vão “pegar carona” numa legislação mais exigente, que pudemos acompanhar nos jornais durante um longo período, e que tem como um dos principais objetivos a regulamentação da presença dos mascates na cidade. Esse controle se intensifica devido às pressões da classe dos proprietários das lojas e se faz com o apoio e cumplicidade dos jornais. A cidade crescia e com ela o número de estabelecimentos comerciais regulares, que incluíam desde pequenos armazéns e armarinhos, até o estabelecimento de alguns importantes atacadistas, passando por farmácias, livrarias, artigos de vestuário, etc., que se tornariam motivo de orgulho para os habitantes da “*Manchester Mineira*”. O cerco se fecha no aspecto relacionado ao controle e fiscalização sobre qualquer tipo de negociação comercial realizada sem a devida licença, e os jornais se colocam a postos:

O sr. tenente Serafim Pinheiro Chagas, digno director da policia municipal, nos communicou que, em obediência á resolução n. 385, de 10 de outubro de 1896, officiou a todos os agentes municipaes dos districtos de que é composto este município, afim de que não permitissem aos mascates ambulantes exercerem a sua profissão sem licença no respectivo districto, de accordo com a referida lei.<sup>200</sup>

Os mascates, cuja figura também remetia aos problemas da imigração tão intensa nesse período, eram sinônimos de ilegalidade, sendo considerados pelos jornais como pertencentes às “cousas velhas”, das quais precisava se livrar o mundo civilizado, e que, só possuem utilidade para os que ainda estão presos à vida no campo:

Cousas Velhas  
Os Mascates  
Quem no Brasil não conhece o mascate?  
Vemol-o vergado debaixo de sua pezada carga, passar, só cuidando do sustento quotidiano e da família.  
Negociantes vagabundos, os mais populares; dispondo até de influencia, pelo amiudado contacto com certas zonas...roceiras.

<sup>199</sup> “*Diário da Tarde*” – Juiz de Fora – 03 de maio de 1899 – P. 1 – coluna 5.

<sup>200</sup> “*Jornal do Comércio*” – Juiz de Fora – 25 de janeiro de 1897 – P. 1 – Coluna 2 .

Nome essencialmente brasileiro, entretanto, por nós, pelo menos, ignorada a sua verdadeira origem.

Em Minas, os primeiros foram portugueses; italianos os sucederam, desalojando-os de tal ocupação; por sua vez vieram os turcos e árabes; pagaram-lhes na mesma moeda, obtendo a primazia e hoje, senhores absolutos deste imenso território, vagueiam e palmilham de sul a norte, de este a oeste.”[...]

Quaes judeus errantes, são perseguidos desde os tempos coloniaes, principalmente, pelos seus colegas estabelecidos, os quaes coagindo Câmaras fazem-lhes pesar o imposto de licença..<sup>201</sup>

Além da ausência de licença para o comércio, recaia sobre os ciganos a agravante e usual acusação de que os mesmos só negociavam animais e objetos furtados, e, além do mais, utilizavam a “esperteza”. Assim, percebemos que, mesmo quando os ciganos tentavam regularizar sua atividade na cidade, as portas eram fechadas:

Espírito de cigano

Esteve hontem, na delegacia desta cidade, cigano de nome Firmo Soares Galvão, chefe de uma quadrilha acampada em Santa Bárbara do Monte Verde.

Firmo lã esteve para tirar com o dr. Ribeiro de Abreu, auctorização para entrar neste município e negociar em animaes.

Da insistência com que elle pedia aquella auctorização, com grande copia de argumentos e exemplificações, deprehendemos que se trata de um refinado tratante.

Firmo disse que pretende passar umas mantas no pessoal daqui; que o seu costume é vender o que vale cem, por duzentos, e tudo por esta base.

De modo que ficam avisados os negociadores de animaes do município: alerta com Firmo e sua gente.<sup>202</sup>

Vemos assim a coerência prática no conjunto de idéias intransigentes das autoridades e de seus porta-vozes principais, os jornais. Nos utilizando mais uma vez das palavras de Paul de Saint Victor para ilustrar a lógica de entendimento sobre quem eram os ciganos para os não ciganos, percebemos que, bastava ser cigano para ser culpado, afinal, além de “conservarem a preguiça melancólica, a independência egoísta, a ignorância do bem e do mal”, os ciganos eram representantes da “rebelião tenaz ás leis do trabalho e da coacção”.<sup>203</sup>

<sup>201</sup> “*O Dia*” – Juiz de Fora – 29 de maio de 1920 – P. 1 – Colunas 1 e 2.

<sup>202</sup> “*Jornal do Comércio*” – Juiz de Fora – 12 de setembro de 1914 – P. 2 – Coluna 2.

<sup>203</sup> Parte integrante do resumo do livro de Paul de Saint Victor, citado anteriormente, publicado pelo “*Jornal do Comércio*” – Juiz de Fora - Juiz de Fora – 26 de novembro de 1915 – P. 2 – Coluna 1.

### 3.2.2) Previsão do Futuro? Madames sim, ciganas não:

As mulheres ciganas são heroínas. São elas que,  
cada vez mais, mantêm a renda familiar.  
Zarco Fernandes<sup>204</sup>

Seja através das páginas literárias ou da constante participação no cenário dos conflitos dos grupos ciganos com a polícia, onde elas eram alvo fácil, juntamente com as crianças dos acampamentos, já tivemos contato com o perfil traçado pelos jornais em relação às mulheres ciganas. Como ainda veremos no próximo capítulo, estas possuem um importante papel na aquisição de recursos para o sustento das famílias. No universo dos acampamentos, suas atribuições são inúmeras. Em relação ao mundo externo, o principal contato se dá por meio da prática da leitura da sorte ou *buena-dicha*, que acontece através da leitura das mãos ou das cartas (tarô cigano).

Trata-se de uma atividade indiscutivelmente pertencente às tradições dos grupos ciganos, há séculos, passada de geração em geração, independente de suas especificidades, e que, de maneira especial, como veremos, também mereceu atenção dos jornais e repressão policial na cidade.

Além de toda a complexa carga histórica construída em torno dos ciganos, até esse momento, as práticas ciganas ligadas à premunição ou qualquer tipo de referência a crenças mágicas, irá esbarrar também nos “assumptos científicos”, que, como vimos no capítulo anterior, permeavam o ideal do mundo do “progresso” e da “civilização” vigente na chegada do Século XX.

Nesse duelo de valorização e seleção do “velho e do novo”, o problema não parecia estar na possibilidade de prever o futuro, assunto que aliás, como em todos os tempos, instigava a todos. Os jornais demonstravam sempre uma irresistível atração em conhecer o futuro, chegando a atribuir esse fator a um fenômeno de “moda”, dedicando longos artigos, cercados de dúvidas e contradições em torno dessa discussão, principalmente nos primeiros anos na década de 1910.

O futuro!... Ah! O futuro! Sempre o mesmo ponto de interrogação, misterioso, cheio de apreensões e receios...

---

<sup>204</sup> Entrevista concedida em 28/04/2006. *Op. Cit.*

Conhecer o futuro, saber divisar atravez da nevoa dos tempos, dos dias que virão e que velozes passarão também, como passaram todos os outros, cheios de imprevistos felizes, de decepções cruéis.

Seria o homem feliz si pudesse saber o que lhe aguarda o vindouro? – seria mais desgraçado, mais miserável que é, ou então lhe traria isso maior bem estar, mais tranqüilidade?”[...]

É sempre assim; todos nós, apesar de conhecermos os abrolhos que juncam toda a existencia do homem, guardamos sempre, sobrenadando a todas as vicissitudes com que a Providencia nos esmaga, como que inviolável, intangível, acima de todos os contratemplos, uma quase certeza de que os annos que hão de vir serão mais consoladores, mais tranqüilos, mais felizes.

E assim, essa curiosidade louca e irreprimível nos crucia sempre. Mesmo conhecendo os “trucs” diversos empregados pelas “ledoras” de sorte, não podemos desviar de nosso espírito uma vontade quase instintiva de ir consultal-as, de, por intermédio dellas, ver se podemos levantar uma parte da cortina immensa que nos separa o presente e o futuro.<sup>205</sup>

O trecho acima, por exemplo, faz parte de uma matéria do “Diário Mercantil”, discorrendo sobre as previsões da “cartomante de nome feito”, Madame Maguedar, que hospedada no Hotel Rio de Janeiro, estava na cidade para consultas e recebeu o jornal em seu “gabinete”. Este anuncia em letras garrafais, prenunciando “revelações interessantes”: “As predicções de uma vidente. Mme. Maguedar, a cartomante, põe as cartas a pedido do Diário Mercantil”. Mesmo deixando escapar um corriqueiro ar de ironia, entre uma previsão e outra, descritas na matéria, nossa atenção se fixa no cuidado do jornal em registrar a imagem dessa “profissional inspirada”, assim como de sua clientela:

Trocados os primeiros cumprimentos, pudemos observar melhor a nossa interlocutora: corpo elegante, sympathica, muito insinuante. Expuzemos logo o motivo de nossa visita, e mme. ensaiou nos lábios um leve sorriso.

Indagamos em primeiro logar si, de facto, sua clientela é grande como se diz e qual a classe social que mais a procura.

Mme. nos satisfez logo, num portuguez misturado com francez, mas inteligível – não descansava um instante, sempre solicitada; que era procurada por todos, ricos e pobres, mas, especialmente, pelos ricos e, principalmente, por senhorinhas...<sup>206</sup>

Após consultar a vidente sobre política, resultados de julgamentos criminais, incêndios (muito em voga), e até sobre as epidemias de varíola, nosso curioso repórter, ao perceber que a entrevistada já se encontrava “fatigada” e que, além do mais ela “não tinha tempo a perder”, não deixou escapar a oportunidade de perguntar a Mme. Maguedar suas impressões sobre Juiz de Fora, sendo que a mesma responde serem as “melhores possíveis”,

<sup>205</sup> “Diário Mercantil” – Juiz de Fora – 24 de julho de 1914 – P. 1 – colunas 5 e 6.

<sup>206</sup> *Idem.*

reconhecendo aqui uma “*cidade culta e de futuro promissor*”, afirmando que no futuro poderia estabelecer ali sua residência. Nosso X, pseudônimo do autor da matéria, se dá então por satisfeito e encerra:

Estava finda nossa missão.  
 Havíamos obtido o que desejávamos.  
 Agradecidos pela amabilidade com que havíamos sido tratados, retiramo-nos satisfeitos.  
 Mme. Maguedar tinha ainda, a brincar-lhe nos lábios, aquelle mesmo sorriso que não a abandonara durante todo o tempo da nossa palestra.<sup>207</sup>

Percebemos então que o problema não estava em prever o futuro. A questão girava em torno das “técnicas” utilizadas para tal e, principalmente, do perfil da vidente. Quanto mais “francês” fosse seu nome, mais era valorizada. Quanto mais européia fosse sua origem ou formação, mais respeito e credibilidade merecia. Quanto mais aplausos tivessem recebido nos Estados Unidos, mais destaque lhe era ofertado pelos jornais, que anunciavam com freqüência essas práticas, denominadas de “*alta chiromancia*”, como poderemos verificar no anúncio do mesmo jornal, cerca de três anos depois, sobre uma vidente do Rio de Janeiro, que, pela semelhança do nome, acreditamos que possa ser a mesma pessoa da matéria já citada:

Mme. Magdar  
 CELEBRE PYTHONIZA , PROFESSORA EM GRAPHOLOGIA E  
 CHIROMANCIA  
 Com grande pratica das Academias Européas, onde freqüentou os mais celebres  
 scientistas, é hoje conhecida como a primeira na América do Sul.  
 Todas as suas predicções têm sido realizadas não só no Brasil como as que se  
 referem á velha Europa. Milhares de pessoas que a têm consultado tem se  
 mostrado abysmadas das suas revelações tão sinceras.[ ]  
 CONSULTAS VERBAIS E POR ESCRITO  
 Rua Senador Alencar, 191 (S. Christovam)  
 Rio de Janeiro<sup>208</sup>

Nosso implacável “Jornal do Commércio” sempre foi, de maneira geral, mais vigilante em relação às cartomantes, publicando, esporadicamente, algumas notas contra a presença das mesmas, aqui, ou em outros locais. De 1899, por exemplo, selecionamos a seguinte nota:

---

<sup>207</sup> *Idem.*

<sup>208</sup> “*Diário Mercantil*” – Juiz de Fora – 17 de janeiro de 1917 – P. 3.

A policia de S. Paulo está dando caça ás cartomantes, essas perigosas exploradoras da credence do povo ignorante.

Muito bem.<sup>209</sup>

De 1911, achamos interessante a seguinte:

A policia, há dias, intimou uma cartomante que se acha hospedada no hotel Commércio, á praça dr. João Penido. onde dava consultas, a não continuar a exercer tal profissão, sob pena de contra ella proceder como determinam as nossas leis.

Essa medida, a nosso ver, só deve merecer applausos.

Para que isso, entretanto, succeda, torna-se preciso que a auctoridade não faça excepção.

Além da cartomante intimada, que veio do Rio, existem, na cidade, muitas outras. Ninguém ignora a influencia nefasta que algumas dellas têm exercido sobre o espírito franco, doentio, de varias senhoras, que se deixam levar pelas predicções das espertalhonas.

Ainda não há muito tempo, isso é publico, houve no lar de pessoas bem conhecidas triste scena, resultado das caraminholas que a propheta impingiu a quem teve a fraqueza de a consultar.<sup>210</sup>

Porém, até o “Jornal do Commércio” se rendeu aos encantos das consultas das mulheres portadoras de “forças occultas”, desde que seus conselhos tivessem sotaque francês e seu currículo fosse internacional. Em 1913, por exemplo, publica diversas vezes um anúncio sobre as “potencialidades” da Mme. Haydee Kelsey, recém chegada ao Rio de Janeiro, e que, “pelo grande poder de que é dotada, prediz, com admirável exactidão, o destino e o futuro de cada um”, e sobre a qual “a imprensa de ambos os continentes tem garantido e dispensado grandes elogios”. Vejamos um trecho desse anúncio, que será reproduzido completamente nos anexos desse trabalho:

#### A FELICIDADE AO ALCANCE DE TODOS

#### ASSOMBROSOS PODERES OCULTOS

Conseguirão vossos desejos – Remediarão vossos males

Chegada dos Estados Unidos da America do Norte, encontra-se no Rio a celebre e famosa espiritista, astróloga e psychologa **Mme. HAYDE KELSEY** professora de sciencias occultas, diplomada nos institutos scientificos de New York, Paris, Londres e Turim, onde causou verdadeiro assombro com as suas famosas experiências em Espiritismo, magnetismo, etc., (poderosas forças occultas que tudo remedeiam e transformam).<sup>211</sup>

<sup>209</sup> “Jornal do Commércio” – Juiz de Fora – 05 de março de 1899 – P. 1 – coluna 4.

<sup>210</sup> “Jornal do Commércio” – Juiz de Fora – 20 de maio de 1911 – P. 1 – Coluna 1.

<sup>211</sup> “Jornal do Commércio” – Juiz de Fora – 04 de outubro de 1913 – P. 3.

Todo o *glamour* em torno da previsão do futuro, porém, desaparecia completamente, indiferente do jornal, quando à frente do(a) consulente estava uma cigana. Ainda mais intensa que a preocupação relacionada ao comércio com os ciganos, encontramos nos diferentes jornais inúmeros casos de prisões correcionais de mulheres ciganas que tentaram praticar a *buena-dicha* na cidade de Juiz de Fora ou nas regiões circunvizinhas.

Um dos casos mais ilustrativos aconteceu em 1912, quando o *Diário Mercantil* publica e acompanha o caso de três mulheres que se hospedaram na cidade e que possivelmente faziam parte de um acampamento instalado fora dos limites urbanos. O jornal noticia a chegada, na véspera, das mulheres, às quais denominou de “bruxas” e “espertas”, e que percorriam as ruas centrais da cidade prestando o “trabalhinho” de prever, através da leitura de mãos a sorte dos transeuntes, que pagavam por seus serviços.<sup>212</sup> Segundo o jornal, as mulheres “vestidas esquisitamente e de aparência horrível” foram questionadas sobre a possibilidade de serem repreendidas pela polícia, tendo as mesmas respondido que nada temiam já que possuíam licença, apresentando um “talão de pagamento do imposto de indústrias e profissões”. Porém, isso não foi suficiente para permitir a presença das mulheres na cidade. Já no dia seguinte, através de uma matéria intitulada “As Ciganas – Corridas pela Polícia – Vieram tirar a sorte e não tiveram sorte”<sup>213</sup>, o mesmo jornal informava que as “bruxas” foram chamadas a comparecer a delegacia e intimadas a não exercer mais seu “rendoso ofício”, sendo de lá mesmo colocadas para fora da cidade, embarcando para Entre Rios.

O interessante é que essa matéria nos permite captar também que a repressão das autoridades e o teor da notícia nem sempre refletiam a recepção da população em geral, pois afirmava que a polícia tratou de “cortar as azas” das videntes quando perceberam o “sucesso” que as mesmas “andaram fazendo pelas ruas” e tomaram providências, antes mesmo que elas conseguissem dinheiro para viajar.

Outro aspecto percebido nessa mesma notícia, é que, mais uma vez, como no caso do vendedor de cavalos, os ciganos tentavam negociar uma possibilidade de “legalizar” sua atuação, mas não houve nenhum tipo de acordo. Percebemos isso também em um outro caso, em 1915, no mesmo jornal:

NA DELEGACIA DE POLICIA  
Como se descarta de um cartomante

<sup>212</sup> “*Diário Mercantil*”, nº 50, P. 2, colunas 1 e 2. Juiz de Fora, 22 de março de 1912.

<sup>213</sup> “*Diário Mercantil*”, nº 51, P. 1, Coluna 5, Juiz de Fora, 23 de março de 1912.



Milano Donoristi, de nacionalidade servia, compareceu hontem, em companhia de suas patrícias Doria e Maria, na delegacia policial, pedindo licença para exercer sua profissão de cartomante. Donoristi exhibio um maço de attestados cujo valor nullo, mal sabia elle que ia demonstrar pouco depois.

E foi assim que, o sr. dr. delegado, longe de conceder-lhe a licença, mandou immediatamente detel-o, encerrando-o no cubículo bem como as suas companheiras. Perdeu Donoristi uma boa occasião de não ir á cadeia e de dar valor aos seus attestados, pois, se elle prevê o futuro de qualquer pessoa, devia também ter previsto o mau desfecho de sua missão, evitando ainda de dar com os costados nas grades.<sup>214</sup>

Mas é na matéria de 1914, intitulada “Para ler a sorte...” que vamos encontrar a verdadeira dimensão de como as cartomantes ligadas às famílias ciganas eram vistas e tratadas. Através dessa notícia, podemos perceber claramente que as razões da rejeição, do desconhecimento e da forte repressão às mulheres ciganas iam muito além do fato destas preverem o futuro, por meio de um discurso forte, que acrescenta uma série de designações de caráter pejorativo ao já extenso conjunto de idéias negativas em torno desses grupos, de maneira geral:

Para ler a sorte.

Appareceram nesta cidade varias ciganas lendo a sorte dos outros.[...] O povo murmurou com sigio que aquellas creaturas, com as saias cheias de lama, o rosto sujo e cabellos em desalinho, não poderiam lêr honestamente o futuro. Nem, si quer, possuíam ellas um baralho decente para seus sortilégios. O que possuíam, molle, sujo, ensebado por longas noites de poker e sete e meio, não merecia fé, era indigno de manifestar os segredos do futuro. Pela barba hirauta do rei de paus e pela face lambida da dama de espadas, logo a freguezia desconfiava: um rei que não têm bem claras as pelles do rosto, não pode apresentar-se a uma cidade em cujas ruas há automóveis e carros em desabalada corrida; e a comitiva de ciganas de canella á mostra, é indigna de desvendar segredos de quem quer que seja...<sup>215</sup>

Ao contrário das *madames* que previam o futuro com sotaque francês, as ciganas eram destacadas pela aparência, pela suposta desonestidade, pela vinculação com os jogos de azar, sendo portanto consideradas indignas de freqüentarem as ruas cheias de automóveis da “bela urbs”. E, como sempre, a recepção é feita pela polícia:

Prevenida, a policia poz o kepi nas cabeça e mandou preparar um cubículo. Sahiu depois para rua á espreita e quando encontrou as mulheres, em bando,

<sup>214</sup> “*Jornal do Comércio*” – Juiz de Fora – 15 de maio de 1915 – P. 2 – Coluna 2.

<sup>215</sup> “*Jornal do Comércio*” – Juiz de Fora – 13 de janeiro de 1914 – P. 1 – colunas 1 e 2.

fazendo jogos e sortilégios levou a bocca um apito e assoprou em nome dos princípios constitucionaes de ordem e tranqüilidade...<sup>216</sup>

Além do julgamento e da notícia sobre a prisão, o jornal ainda arrisca “prever o futuro” das incômodas visitantes, sem deixar de enumerar mais um tipo de comparação de objetivo degradante:

Foram presas essas representantes do sexo fraco, ou talvez do terceiro sexo, porque, de ciganas ledoras de sorte e de futuros a suffragistas incendiarias vai uma distancia diminuta e um tempo também diminuto[...] foram presas, mas deverão entrar muito em breve, si já o não fizeram, na inteira posse da sua liberdade. Soltas e livres, irão juntar-se ao bando, que bem perto as espera, para recomeçarem, unidas, a vida de trampolinagem dos que não têm pátria nem lar. Foram desprestigiadas as suas cartas, porque ellas deviam ter prevenido a possibilidade da prisão e do cubículo 21...<sup>217</sup>

O ano de 1914, no qual, já no mês de janeiro o jornal publica a notícia acima, merece destaque em nossa pesquisa. Tomando emprestado o próprio termo utilizado pelos jornais para se referir aos ciganos, nesse ano, especialmente “*desprestigiados*”, tendo sido registrados conflitos destes com a população e a polícia em praticamente todos os meses do ano, tanto na cidade como na região. Entendemos que todo esse destaque tem ligação direta com o contexto tanto internacional como nacional, conforme veremos a seguir.

### 3.3) Das “campanhas” de 1914 aos “freios” da Guerra na mentalidade moderna:

A cultura do ter tem que respeitar quem quer apenas ser. Em Estado não é só um pedaço de chão, é muito mais que isso. É a forma de ser de cada um. É o seu costume, o seu pensamento. Preservar a cultura não é fazer uma estátua jorrando água. A minha cultura é a minha História. E a sua História não entende a minha cultura.

Além da Lenda.<sup>218</sup>

Os jornais de maior circulação em Juiz de Fora, indiscutivelmente afinados com o incômodo dos conflitos que agitavam a Europa e que levaram a I Guerra Mundial,

<sup>216</sup> *Idem.*

<sup>217</sup> *Idem.*

<sup>218</sup> Peça Cigana em um ato. *Op. Cit.*

reproduzem muito bem o clima daqueles que foram “dias de trevas, de incertezas e das mais inverossímeis surpresas”<sup>219</sup>. Se, em 1914, as notícias sobre a iminência da Guerra na Europa, tomaram conta dos editoriais, os incômodos em relação aos conflitos urbanos, paralelamente, também parecem ter se acirrado.

Enquanto a cidade se prepara para receber a visita de Luiz Bergman, que em maio de 1914 encantaria a todos sobrevoando a cidade com seu aeroplano, ocorre um perceptível acirramento do propósito de vigilância da ordem pública por parte dos periódicos, com destaque para o “*Jornal do Comércio*”, que utiliza inúmeras vezes o termo “campanha” para se referir á necessidade de maior controle dos problemas urbanos, numa incansável tarefa muitas vezes intitulada pelas matérias de “caça aos pobres”. Nesse ano se intensificam as denúncias de roubo e as queixas contra os crimes de maneira geral, e o cerco se fecha contra os ambulantes, contra a vadiagem, contra as “anomalias” e “anarchias” sanitárias, entre outros, e, eficazmente contra os ciganos. As notícias envolvendo esses grupos, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, ou seja, permeadas de longos comentários, alcançam seu auge em 1914. Este também é o ano com maior número de manifestações dos periódicos em termos da cobrança sobre a ineficácia numérica das forças policiais da cidade para estabelecer a tranquilidade da população, até que foi criada a tão esperada Guarda Municipal, muito festejada pelos jornais, que, precedida por forte campanha, parece ter contribuído para que as medidas de repressão aos conflitos urbanos se tornassem mais efetivas, marcadas por profunda e recorrente intolerância às formas de convivência na cidade.

É interessante perceber nos discursos jornalísticos uma perfeita noção do momento conflituoso pelo qual passava a sociedade brasileira. As contradições eram sempre reconhecidas, mas, até então, cercadas por um significativo otimismo, uma certeza quase inabalável de que todos os problemas seriam superados para todos aqueles que abraçassem o trabalho, confiassem na medicina e, sobretudo, rompessem com todas as posturas que remetessem ao passado, tão próximo, mas *atrasado* e *selvagem*. Percebemos que, conviver na cidade, representava um grande desafio a ser superado dia a dia, em meio às contradições que se delineavam com o crescimento da população e a convivência urbana, a qual, pautada na implantação de um projeto modernizante com bases políticas e econômicas, desconsiderava a existência da problemática social como aspecto componente desse quadro. Não havia, por parte das autoridades e representantes das camadas detentoras do poder político e econômico, entre os quais incluímos os periódicos de maior circulação na cidade, nenhuma percepção

---

<sup>219</sup> “*Jornal do Comércio*” – Juiz de Fora – 02 de outubro de 1914 – P. 1 – Coluna 1.

sobre a necessidade de criação de oportunidades de inserção dos mais pobres no “mundo do progresso”. Essa forma de pensar só vai começar a ser questionada, timidamente, com o advento da Primeira Guerra Mundial, mas o tom de desencanto que vai se instalando, não significa um afrouxamento na vigilância e na repressão, nem por parte das autoridades policiais, da legislação ou da imprensa.

Uma análise global das notícias nos permite identificar que todos os assuntos em pauta no contexto local tornam-se secundários em virtude do advento da Primeira Grande Guerra, que passa então a ser destaque absoluto em todos os jornais, com seus editoriais, boletins diários, notícias internacionais, marcadas por espanto e incertezas, que deixam transparecer com nitidez o enfraquecimento, ano a ano, do clima de entusiasmo e confiança no universo do progresso e modernização que haviam predominado nas décadas anteriores. Era, no Brasil e em todo o mundo, o fim do sonho da *Belle Époque*, trazendo à tona a fragilidade e as contradições que se forjaram sob o pano de fundo da utopia do mundo civilizado e do avanço tecnológico, abalando, de maneira irreversível, a confiança da sociedade de que tudo caminhava para o predomínio da ordem, da supremacia científica e do desenvolvimento econômico ilimitado.<sup>220</sup>

Na nossa nada modesta aspirante à cidade modelo, a “Manchester Mineira”, o clima de desencanto e inquietação não era diferente, em diversos aspectos, e as contradições sociais, antes atribuídas predominantemente à opção dos “vadios” e “preguiçosos”, e não raras vezes ao despreparo e displicência das forças policiais, começam a ser tratadas de maneira diferente, com um outro olhar. Verifiquemos primeiro o tom das matérias, as preocupações e os discursos que predominavam no período anterior à Guerra. Como exemplo, citamos, de 1912, a seguinte citação:

“O homem sem dinheiro”:

“Um homem sem dinheiro é um corpo sem alma, um morto ambulante, um espectro que mete medo.

O seu andar é triste e sua conversação fria e narcótica. Se quer visitar alguém, nunca o acha em casa, e quando abre a boca para falar, é interrompido a cada instante, a fim de que não possa terminar um discurso, que se teme acabe por pedir algum dinheiro. Foge-se dele como de um empestado, e é sempre considerado como um peso inútil sobre a terra. Se tem talento, não o pode

---

<sup>220</sup> Para uma melhor compreensão desse contexto, são indispensáveis as seguintes leituras: SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. IN: *História da Vida Privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Vol. 3. Páginas 07 a 48. e também: COSTA, Angela Marques da & SCHWARCZ, Lilia Morritz. *1890-1914 – No Tempo das Certezas*. Coleção Virando Séculos. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

desenvolver. E se não o tem é sempre olhado como um terrível monstro bípede, que a natureza produziu quando estava de mau humor.”<sup>221</sup>

Bem diferente torna-se o discurso posterior, como podemos verificar no exemplo abaixo, que trata mais especificamente da questão do trabalho, numa matéria cujo título é “Os sem trabalho”, já em 1915:

Os “sem trabalho” em Juiz de Fora constituem já um número elevadíssimo. Rostos macilentos, a physionomia triste dos vencidos, andar trôpego, nós os encontramos por ahí, às dezenas, em todas as ruas, em todos os beccos, não mais a procura de collocação, que de tal já estão desilludidos, mas, implorando alguma cousa que comer, uma côdea de pão dada de má vontade, ou estirados pelos bancos das praças, sobre a calçada, na relva dos gramados, os membros lassos, a razão enferma.

E a cohorte imensa dos sem tecto, sem família, sem dinheiro, sem felicidade... são a figura esquelética da desgraça, da tortura, do martírio, a perambular pelas ruas.

Tornados inúteis pelas forças das circunstâncias, o braço possante caído, esses homens constituem já em nossa cidade, uma visão triste do destino amargo, um quadro cruel das vicissitudes da vida.

E quando, a noite, pela “urbs” cae a luz doce das estrellas, e o somno tranquillo dos felizes paira pelos lares ditosos, na praça pública, immersos em sua desgraça, abatidos, esmagados pelo infortúnio, os “sem trabalho” gemem sua miséria e sua dor.

São os contrastes amargos da existência...”<sup>222</sup>

O “Jornal do Commércio” expressa também um recente sinal de sensibilidade em relação às marcantes contradições sociais que se mostravam um tanto crescentes, e, começa a mudar visivelmente o tom de suas abordagens, como no exemplo abaixo de uma notícia de 1916.

“Um sem trabalho

Procedente de S. Paulo, desembarcou do nocturno de hontem nesta cidade João de Oliveira, que declarou a policia vir à procura de trabalho.

Limpo de dinheiro e culpa, não obstante, foi o pobre homem mettido no 21 da cadeia. Onde passou a noite, sendo pela manhã posto em liberdade.

E o pobre diabo deve estar a esta hora de novo perambulando a cata de trabalho que lhe dê o pão honrado e tecto mais hospitaleiro do que o do tenente Heraclides.

Triste vida esta para o homem que não tem dinheiro e não encontra trabalho!”<sup>223</sup>

<sup>221</sup> “Diário Mercantil” – Juiz de Fora, 23 de maio de 1912. P. 1 – Coluna 2.

<sup>222</sup> “Diário Mercantil” – Juiz de Fora - 13 de fevereiro de 1915 - P. 1 – Coluna 5.

<sup>223</sup> “Jornal do Commércio” – Juiz de Fora – 05 de outubro de 1916 – P. 1 – Coluna 5.

Em 1917, as “cousas velhas”, que tanto incomodavam nossos jornalistas, começam a dividir espaço com as “cousas tristes”, numa matéria que demonstra bem as diferenças sociais na cidade. Pela primeira vez, fala-se de uma nova percepção sobre o que até então se entendia como o universo da “vagabundagem”, conforme poderemos ver através de trechos desse extenso artigo publicado no “Diário Mercantil”, cujo título, em letras garrafais, dizia o seguinte: “Cousas Tristes: Pelos Domínios da Miséria, da Dor e do Sofrimento... Os “sem trabalho” e os “sem tecto” em Juiz de Fora, constituem legião.” : <sup>224</sup>

Em nossa urbs, muita gente vive a curtir as maiores dificuldades para a sua manutenção. Operários há que apesar de trabalharem dia e noite, são obrigados a appellar para a magnanimidade de pessoas amigas, afim de sustentarem a sua família, o que não conseguem com o trabalho estafante a que se entregam, quotidianamente, das 6 às 17 horas.[...]

Há uma classe dos “sem trabalho”, porém, que merece especial atenção: é a dos semi-vagabundos...

Com effeito, estes indivíduos pela manhã, fazem biscates, de onde lhe advém alguns nickeis. Mas, como um ou dous nickeis não lhes bastam para arranjar com que mitigar a fome elles, embriagam-se nas tascas, deixando-se depois ficar nas vias-públicas, estendidos sobre os passeios...

A policia prende-os, ás vezes, mas se vê logo forçada a pol-os em liberdade.

É a vida com o seu cortejo d’horrores, é o sofrimento com o seu séquito de dolorosas agonias! Uns se divertem intensamente outros choram lagrimas amaríssimas! Uns morrem de fome, outros nababescamente se exercitam na vida!<sup>225</sup>

Se o advento da I Guerra provoca um certo tom original de sensibilidade dos jornais em relação a alguns indivíduos e grupos incluídos na categoria dos “sem trabalho”, reconhecendo-se então o vínculo das dificuldades com o contexto social e não exclusivamente à opção pela “vadiagem”, o tom interpretativo em relação aos ciganos não se atenua, mas, ao contrário, se agrava, conforme veremos.

### 3.4) Cidades e ciganos: Incompatibilidade?

...quando um casal cigano chega a uma cidade de 20 mil habitantes para tirar os documentos, o burocrata já pensa: meu Deus, onde essa mulher roubou essa criança? E ao faz duas perguntas mortais: que dia nasceu essa criança e em que

<sup>224</sup> “Diário Mercantil” – Juiz de Fora – 28 de março de 1917 – P. 1 – Colunas 5 e 6.

<sup>225</sup> *Idem.*

cidade? Voltamos à questão do tempo e do espaço.  
 Eu não sei nem onde estava há oito anos.  
 Cláudio Iovanovitch<sup>226</sup>

A continuidade e o acirramento da repressão policial aos ciganos fazia parte do “pacote” de campanhas promovidas pelas autoridades e estimuladas pelos jornais de Juiz de Fora, com destaque par o ano de 1914, no qual dois fatores nos chamaram a atenção e, merecendo aqui, maior destaque.

Primeiramente, destacamos um número recorde de notícias publicadas de maneira ininterrupta pelos periódicos, principalmente o “Jornal do Comércio”, cobrindo os conflitos com os ciganos na cidade e região. Discorrer aqui sobre o teor dessas notícias torna-se dispensável, já que seguem o mesmo padrão repressor e degradador dos anos anteriores, o qual continuará a ser reproduzido, com certeza, até 1920, ano no qual encerramos nossa pesquisa nos jornais locais.

Em segundo lugar, e, para nós, fator de maior importância, foi a percepção de um discurso vitorioso por parte dos articulistas em relação à repressão aos ciganos. Para demonstrar esse fato, escolhemos uma matéria do mês de maio de 1914, capaz de resumir muito bem e ilustrar tudo o que já foi identificado até aqui sobre a imagem construída ao longo de décadas pelos jornais em relação aos ciganos, permeando também a idéia de que a tenaz vigilância começava a trazer os esperados resultados:

Como o circo de cavallinhos, os bandos de ciganos vão desaparecendo. Já não são vistos como antigamente em todas as localidades do interior, roubando, promovendo desordens, enchendo de insólito rumor os descampados extensos. Diminuíram, desapareceram, corridos pela civilização, pela estrada de ferro, pelo telegrapho. Mas os que existem não perderam a antiga ferocidade e proverbial covardia. São terríveis no ataque, traiçoeiros e vingativos. As megeras, as bruxas ledoras de sorte, vão perdendo o prestígio, mettidas com freqüência na cadeia por auctoridades [...].<sup>227</sup>

Além da percepção de que o mundo “civilizado”, com seus trens e telégrafos, significou um eficiente instrumento de controle sobre a sobrevivência dos ciganos, percebemos também o quanto a urbanização e os problemas a ela inerentes acabaram por dificultar a circulação dos mesmos, expulsando-os cada vez mais para o interior:

<sup>226</sup> Depoimento ao Destaque Seppir. *Op. Cit.*

<sup>227</sup> Idem.

Só as localidades distantes dos centros populosos, recebem ainda a visita dos ciganos, mas de raro em raro. E aproveitando-se disso fazem elles diabruras extraordinárias, bem certos de que ninguém lhes irá ás unhas ..... pelas tropelias commettidas.

A policia do Estado, ás vezes, investe contra elles, dizimando-os todos á cutilada. Desapparecem, fogem para regiões extremas, mudam de terra, de Estado e de nome.<sup>228</sup>

De 1915 em diante, percebemos que se escasseiam gradativamente as notícias sobre a aproximação de grupos ciganos da cidade e região, diminuindo também a ênfase com que os jornais tratavam do assunto. O discurso, o tom de incômodo, reprovação, vigilância e expulsão continuam os mesmos, mas, apesar de possuírem o mesmo caráter repressor das décadas anteriores, e das acusações serem igualmente um tanto vagas quando às atitudes efetivamente criminosas dos ciganos, os jornais, a partir desse momento, as matérias de primeira página vão novamente cedendo lugar às pequenas notas, marcadas pela linguagem telegráfica, como nas décadas de 1870 e 1880.

As notícias dos jornais e algumas correspondências policiais pesquisadas ainda registram alguns conflitos em localidades circunvizinhas a Juiz de Fora, sobretudo no ano de 1918, mas, no limite urbano da cidade, a última ocorrência de destaque é justamente em 1914, o que nos permite concluir que, entre outros fatores, essa diminuição da aproximação dos grupos ciganos pode ter sido em decorrência dessa efetiva e ininterrupta vigilância que se estendeu por aqui de maneira eficaz durante décadas. É bem possível que, paralelamente a todos os acontecimentos turbulentos que vão alcançar seu auge em 1914, os grupos ciganos, para evitar as localidades mais repressoras, estivessem efetivamente se afastando da região, se reorganizando em novas localidades ou estruturando novas estratégias de sobrevivência.

Dando continuidade à notícia aqui analisada, percebemos também a costumeira naturalidade agressiva e a suposta veracidade, segundo os jornais, que envolvia as acusações envolvendo os ciganos, assim como sua tradicional recepção na cidade:

As campanhas contra o nômade têm ocorrências interessantes. Como se sabe, vivendo de pilhagens, o cigano furta tudo aquillo que se lhe apresenta deante dos olhos: animaes, roupas, objectos de uso e - creanças. Quando a policia consegue apprehender uma turba desses terríveis elementos de sobre-salto, pôs toda aquella quinquilharia em leilão. É o que offerecem: cavallos a 10 mil reis, arreios quase de graça... De tudo vendido não se consegue apurar o que foi gasto na expedição. O cigano é por natureza infenso á cidade grande. Juiz de Fora, por exemplo, muito poucas vezes recebe a visita desses dignos rebentos da vadiagem, e da ultima vez

---

<sup>228</sup> *Idem.*



que cá estiveram – duas mulheres e um homem repellentes – grata impressão lhes não ficou da perseguição que lhes moveu a policia.<sup>229</sup>

Será que os ciganos eram mesmo infensos, inimigos, contrários à cidade, como afirma acima o articulista, ou será o contrário? O certo é que existe uma indiscutível incompatibilidade de convivência destes no ambiente urbanizado, fator que acaba por fortalecer o caráter nômade desses grupos, que, para sobreviverem, precisam circular a todo instante, em busca de pequenas transações comerciais e novas mãos para serem lidas, num exercício constante de driblar a repressão policial.

Como afirmamos inicialmente, acreditamos que os acontecimentos de Juiz de Fora reproduzem de alguma forma as dificuldades de circulação dos ciganos em termos mais abrangentes, pelo menos em Minas Gerais, nesse período.

Invadindo as localidades pequenas, tomam conta de tudo, são os senhores absolutos, mandam e são obedecidos pelo terror que inspiram, e poucos não têm sido os actos de selvageria por elles praticados.

Deste modo, é fácil de ver que o ideal seria expurgar o território do Estado de taes visitantes tão desabusados e inconvenientes. Mas é difícil em tal commettimento: o cigano tem a elasticidade da borracha: atirado longe volta sobre si mesmo.<sup>230</sup>

Se para os “mendigos verdadeiros”, pobres e inválidos, a grande solução era a caridade, e para os vadios em geral a grande solução se apresentava por intermédio das prisões correcionais e a adequação ao trabalho, para os ciganos a prática predominante de repressão era o afastamento, a expulsão, facilitada pela própria tradição cigana de resistir à sedendarização. Nessa prática, os jornais cumpriram muito bem o papel de grandes vigilantes, através da denúncia sobre a presença dos mesmos, alardeando a população e lançando cobranças para as autoridades sanitárias e policiais. À polícia coube, por meio de violência, desempenhar a tarefa de manter os ciganos afastados dos limites da cidade, ajudando a efetivar o projeto de “expurgar do território” mineiro esses “visitantes desabusados e inconvenientes”, como propõe o artigo citado acima.

O cerco fechado aos ciganos, aliado a dificuldades internas de adaptação destes para se inserirem no mercado de trabalho, que se transformava rápida e complexamente, fator perceptível nas análises aqui apresentadas, atingiram em cheio suas possibilidades reprodução de sua maneira de viver. Inicia-se um período de marcante desestruturação dos grandes

---

<sup>229</sup> *Idem.*

<sup>230</sup> *Idem.*

grupos, que vão se redistribuindo em famílias nucleares e, conseqüentemente, perdendo fôlego naquela que, segundo Fraser, representou, ao longo de séculos de exposição a influências e pressões, a maior proeza dos grupos ciganos: a capacidade de adaptação e sobrevivência.<sup>231</sup>

O fato de serem sobreviventes também é destacado pelo cigano Cláudio Iovanovitch como o “grande triunfo dos ciganos”, quando afirma: “não nos ajoelhamos pra os reis católicos, para a Inquisição, para o Hitler”<sup>232</sup>. Mas, é certo que não foi nem tem sido tarefa fácil.

Acreditamos que as décadas que demarcam a virada para o século XX representam um momento especialmente importante na trajetória sempre atribulada desses grupos, no qual, conforme pudemos perceber, potencializaram-se uma série de dificuldades, as quais estão diretamente relacionadas com a situação contemporânea da etnia cigana, que, a nível nacional, ainda luta pela cidadania, ocupando uma posição praticamente limite nas questões ligadas à invisibilidade política, econômica, social e cultural no universo das chamadas “minorias”.

---

<sup>231</sup> FRASER, A. *Op. Cit.* P. 7.

<sup>232</sup> Depoimento ao Repórter Social. *Op. Cit.*

## CONCLUSÃO

Temos de resgatar a tradição, minha etnia está acabando. Estamos perdendo até a auto-estima; os ciganos se escondem e mudam de casa por medo do preconceito.

Mio Vacite<sup>233</sup>

Muitas vezes, durante a realização da pesquisa que resultou no presente trabalho, ao comentarmos com pessoas de diferentes ambientes de convívio sobre nosso tema, éramos abordados com um questionamento comum: “afinal, quem são os ciganos”?

Mediante a complexidade do tema, tentar oferecer uma resposta abrangente a essa questão seria uma tarefa um tanto quanto pretensiosa, e, com certeza, incorreríamos em equívocos e generalizações.

Acreditamos ter sido possível, porém, oferecer contribuições para responder parcialmente a esse questionamento, por meio de um conjunto de conclusões que permearam o conteúdo dos capítulos que compõem essa dissertação, onde pudemos registrar alguns aspectos relevantes para a compreensão da trajetória desses grupos no Brasil.<sup>234</sup>

O certo é que, como pudemos perceber, a relação histórica entre ciganos e não-ciganos, e também dos ciganos com os próprios ciganos é marcada por aproximações e conflitos, e que houve uma pulverização das grandes famílias ciganas ao longo das décadas do século XX, em virtude de transformações internas de suas práticas de sobrevivência.

Essas transformações estão diretamente vinculadas a fatores referentes ao contexto nacional vigente no período estudado, no qual os ciganos, por mais que tentassem manter essa “fronteira cultural” bastante delineada, estavam inseridos, e levaram muitos grupos, principalmente os Calon, de origem ibérica e reconhecidamente mais pobres e resistentes a

---

<sup>233</sup> Entrevista pra a Revista A Rede. Edição nº 15 – Junho de 2006. [http://www.aredo.inf.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=605&Itemid=99](http://www.aredo.inf.br/index.php?option=com_content&task=view&id=605&Itemid=99) Acesso em 05/07/2006.

<sup>234</sup> Entre essas respostas, não arriscamos afirmativas numéricas sobre a população cigana no Brasil nem no passado nem no presente. Não podemos nem afirmar com certeza quantos e quais são os grupos e subgrupos que circulam hoje pelo território nacional, e nem se a estimativa não oficial da existência uma população cigana em torno de 800 mil a um milhão de pessoas no Brasil chega perto da realidade, já que o mapeamento dos acampamentos é uma das solicitações mais imediatas dos próprios ciganos ao Governo Federal.

sedentarização, a uma situação bastante marginalizada, os quais reivindicam hoje direitos primários da cidadania, como documentos e educação, por exemplo.

O processo de urbanização, que na Primeira República brasileira perseguiu de maneira acirrada ideais de ordenamento e disciplina da população, apresenta-se como um aspecto fundamental para o agravamento de dificuldades de sobrevivência dos grupos ciganos, de acordo com a preservação de suas tradições básicas, como leis internas próprias, o caráter nômade de seus grupos, e a prática indispensável do comércio e da quiromancia como atividades principais para a sustentabilidade econômica como fator de agregação das grandes famílias.

Além da identificação desses fatores, procuramos proporcionar outras alternativas pelas quais pudemos perceber a presença dos ciganos no Brasil, que vão além dos extremos entre a visão romanceada de um povo homogêneo, alegre, livre e festivo, e a percepção dos mesmos como habitantes de um universo paralelo de incorrigível inadequação à maneira “certa de viver”, construída em torno de valores e paradigmas ocidentais. Como vimos, essa ambigüidade interpretativa em relação aos ciganos se fez presente na legislação européia, da qual somos herdeiros, na legislação brasileira, desde o período colonial, e nas páginas dos jornais nas últimas décadas do século XIX, reproduzindo-se no século XX, período em que as práticas de repressão se tornam mais eficientes no cumprimento das propostas restritivas legais já existentes, e ao qual dedicamos maior atenção em nossa pesquisa.

Entre essas outras alternativas de análise da participação dos ciganos na História do Brasil, podemos citar também o reconhecimento dos mesmos enquanto atores que vêm tentando conservar ao longo de séculos uma forte e bem delineada fronteira cultural própria, apesar da convivência geográfica cotidiana com os não-ciganos. São grupos portadores de tradições orais bastante singulares, sendo que pudemos perceber por meio dos registros da memória de alguns indivíduos representantes da etnia cigana uma leitura bastante convergente sobre alguns aspectos do seu passado, sobretudo a respeito das injunções sofridas ao longo de sua trajetória em função do contexto nacional aqui estudado. Esses depoimentos, entre outros fatores, demonstram que os ciganos reúnem em seus registros de memória aspectos de uma história comum, proporcionando, até um certo ponto, o reconhecimento da necessidade de se unirem em torno da manutenção de uma identidade coletiva, através de uma constante renovação de estratégias de sobrevivência e critérios de pertencimento, o que nos remete ao conceito dinâmico de cultura proposto por Barth, conforme tratamos na Introdução desse trabalho.

A ausência do diálogo entre ciganos e não-ciganos, ao longo da história, gerou um recorrente desconhecimento mútuo. Esse desconhecimento, alimentou uma forte intolerância e sustentou uma barreira cultural difícil de ser transposta, de ambos os lados.

É indiscutível que o preço mais alto em virtude desse quadro foi pago pelos próprios ciganos, que hoje, pela primeira vez, reconhecem que se encontram numa situação limite em termos de sobrevivência enquanto etnia e reivindicam visibilidade através de políticas públicas que possam contemplar suas necessidades em termos de cidadania.

Os ciganos são, como já identificado por alguns autores e por eles próprios, sobreviventes em potencial. Porém, após as abordagens reunidas nesse trabalho, que mesclam aspectos do passado e do presente sobre a trajetória dos ciganos no Brasil, acreditamos que o maior desafio para a etnia cigana ainda está por vir, e resume-se numa questão que habitou nossos pensamentos durante todo o tempo em que nos dedicamos à confecção desse trabalho, e que escolhemos para encerrá-lo: afinal, será possível a compatibilidade entre a visibilidade política, econômica e cultural dos ciganos e a manutenção de suas tradições? Gostaria de registrar aqui essa questão como um ponto de partida para futuras possibilidades de discussão e estudo por parte daqueles que se interessam por essa temática, esperando que possamos contar com a efetiva colaboração daqueles que, com certeza, muito têm a oferecer informações enriquecedoras sobre a presente questão: os próprios ciganos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADOLFO, Sérgio Paulo. *Rom – Uma Odisséia Cigana*. Londrina: Editora UEL, 1999.

ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. Ed. crítica de Cecília de Lara. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira (Orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BARTH, Fredrik. *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

\_\_\_\_\_. *Precess an form in social life*. Routledge & Kegan Paul. Londres: University of Leiden, 1981.

BENJAMIN, Walter. Paris do Segundo Império. IN: *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo (Obras Escolhidas 3)*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: UNESP, 1992.

CÂNDIDA, Ninon Roze Sobreira. *Trajetória Cigana: um povo fiel a si mesmo*. Belo Horizonte: PUC. Monografia de Graduação em História, 1995.

CARDOSO, Ciro F. S. & VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Preconceito Racial em Portugal e Brasil Colônia: os cristãos-novos e o mito da pureza do sangue*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

\_\_\_\_\_. *O Anti-Semitismo na Era Vargas: Fantasmas de Uma Geração (1930- 1945)*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

CAVALCANTI, Sonia Maria R. S. *Caminheiros do Destino*. São Paulo: PUC, Dissertação de Mestrado em História, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COELHO, Francisco Adolfo. *Os Ciganos de Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

CORTESÃO, Luíza & PINTO, Fátima (Orgs). *O Povo Cigano: cidadãos na sombra*. Porto: Edições Afrontamentos, 1995.

COSTA, Angela Marques da & SCHWARCZ, Lilia Morritz. *1890-1914 – No Tempo das Certezas*. Coleção Virando Séculos. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CRHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *Europa dos Pobres – A belle-époque mineira*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Memória de Resistência: Clodismidt Riani (Presidente do CGT – 1961-1964)*. In: VI Encontro Regional Sudeste de História Oral - História, Cultura e Poder, 2005, Juiz de Fora. Anais de VI Encontro Regional Sudeste de História Oral - CD-ROM. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2005.

DIAS, Isabel. *Realojamento da Comunidade Cigana do Vale do Forno: a Partilha de Uma Experiência*. Páginas 5 e 6. Anais do II Congresso Português de Demografia promovido pela Associação Portuguesa de Demografia. Lisboa: Portugal, 2004.

DAVIS, Natalie Z. *Culturas do Povo: Sociedade e Cultura no Início da França Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DORNAS FILHO, João. *Os ciganos em Minas Gerais*. Separata da Revista do IHGMG, vol. III, Belo Horizonte, 1948.

DUARTE, Regina Horta. *Noites Circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. Campinas, UNICAMP, 1995.

ESTEVES, Albino. *Álbum do Município de Juiz de Fora – 1915*. Belo Horizonte: Editora Oficial, 1915.

FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FONSECA, Isabel. *Enterrem-me em Pé. A longa Viagem dos ciganos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FRASER, Angus. *História do Povo Cigano*. Lisboa: Editorial Teorema, 1997.

GENOVEZ, Patrícia Falco. *Câmara dos Compadres: Relações familiares na Câmara Municipal de Juiz de Fora (1853-1889)*. IN: *LOCUS: Revista de História*: EDUFJF, 1996, vol. 2, nº 2.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *Ambigüidades da Política Metropolitana em relação aos ciganos*. IN: GONÇALVES, Andréa Lisly e OLIVEIRA, Ronald Polito de. (org.). *Termo de Mariana*, Vol. II: História e documentação. 1ª. Edição. Ouro Preto, 2004.

GOODWIN JR. James Willian. *A Modernidade como Projeto Conservador: A atuação da Câmara Municipal de Juiz de Fora. 1850-1888*. IN: *LOCUS: Revista de História*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1977, Volume 3, nº 1.

GOODWIN Jr., James William, *A “Princesa de Minas”: a construção de uma identidade pelas elites juizforanas. 1850-1888*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: FAFICH / UFMG, 1996.

HOBBSAWN, Eric & RANGER, Terence (orgs). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HUNT, Lyn. *A Nova História Cultural*. SP: Martins Fontes, 1995.

LANZA, Sonia Maria. *A folhetinização da informação: o paradigma recodificado*. IN: II Congresso Internacional da Associação Brasileira de Semiótica. São Paulo: 2005.

LESSA, Jair. *Juiz de Fora e Seus Pioneiros (Do Caminho Novo à Proclamação)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1985.

LOCATELLI, Moacir Antônio. *O ocaso de uma cultura (Uma análise antropológica dos Ciganos)*. Santa Rosa: Barreto Livreiro e Editor, 1981.

MACÊDO, Oswaldo. **Ciganos – natureza e cultura**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MARTINEZ, Nicole. *Os Ciganos*. Campinas: Papirus, 1989.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os Indesejáveis*. Rio de Janeiro, EDUERJ, 1996.

MOONEN, Frans. *A História esquecida dos ciganos no Brasil*. *Saeculum: Revista de História*. João Pessoa: UFPB, 1996.

MORAES FILHO, Alexandre José de Melo. *Os ciganos no Brasil e cancionário dos ciganos*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981.

\_\_\_\_\_, *Fatos e Memórias*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1904.

MOTA, Ático Vilas-Boas da. (org). *Ciganos – Antologia de Ensaios*. Brasília: Thesaurus, 2004.

NUNES, Olimpio – *O Povo Cigano*. Lisboa: Grafilarte Artes Gráficas, 1996. *Apud*. DIAS, Isabel. *Realojamento da Comunidade Cigana do Vale do Forno: a Partilha de Uma Experiência*. Páginas 5 e 6. Anais do II Congresso Português de Demografia promovido pela Associação Portuguesa de Demografia. Lisboa: Portugal, 2004.

OLIVEIRA, Almir de. *A Imprensa em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Imprensa da UFJF, 1981.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Imigração e Industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920)*. Dissertação de mestrado. Niterói-RJ: UFF, 1991.

OLIVEIRA, Paulino de. *Efemérides Juizforanas – 1698-1965*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1975.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2005.



- PAIVA, Asséde. *Odisséia dos Ciganos*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros \_ SENAI, 2003.
- PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.
- PIERONI, Geraldo. *Vadios e Ciganos, Heréticos e Bruxas. Os Degredados no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: Fundação Biblioteca Nacional: 2000.
- PIRES, Anderson J. *Capital Agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora. 1870-1930*. Dissertação de Mestrado, UFF, 1993.
- PROCÓPIO FILHO, José. *Aspectos da Vida Rural de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Esdeva, 1973.
- QUEIRÓS, Bartolomeu Campos de. *Ciganos*. São Paulo: Editora Global, 2004.
- REZENDE, Dimitri Fazito de Almeida. *Transnacionalismo e Etnicidade – a construção simbólica da Romanesthàn (Nação Cigana)*. Dissertação de Mestrado em Sociologia – FAFICH – UFMG, 2000.
- SANTOS, Fernando Sérgio Dumas dos & MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *Tradições em Movimento: Uma etnohistória da saúde e da doença nos vales dos rios Acre e Purus*. Brasília: Paralelo 15, 2002
- SCHIMITT, Jean-Claude. A História dos Marginais. IN: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em Branco e Negro – Jornais, Escravos e Cidadãos em São Paulo no Final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987
- SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. IN: *História da Vida Privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Vol. 3.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras. 1989.
- SOUZA, Luis Antônio Francisco de. Polícia, Classe Trabalhadora e Delinquência na Primeira República: Um debate a ser refeito. *Revista Plural*. FFLCH – USP – 1º Semestre de 1994 – nº. 1 – 2ª edição – São Paulo, 1995.

TEIXEIRA, Kelly Cristina. *A “Barcelona Mineira” e o Divórcio: modernização e conservadorismo em Juiz de Fora (1890-1920) – Notas de Pesquisa*. IN: Anais do 1º Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira – CES – Juiz de Fora – Maio de 2005.

TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. *Correrias de ciganos pelo território mineiro (1808-1903)*. Belo Horizonte: UFMG. Dissertação de Mestrado em História, 1998

\_\_\_\_\_, *História dos Ciganos no Brasil*. Núcleo de Estudos Ciganos: Recife, 1999.

THOMPSON, Edward P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: UNICAMP, 2001.

\_\_\_\_\_, *Costumes em Comum*. SP: Companhia das Letras, 1998.

VALE, Vanda Arantes. *A arquitetura da industrialização de Juiz de Fora (1890 – 1930)*. IN: Juiz de Fora – Manchester Mineira. Anais do III Congresso da Associação dos Brazilianistas. Cambridge, Inglaterra, 1996 (Comunicação).

VISCARDI, Cláudia. M. R. *Os Vadios Desamparados e suas Elites Beneméritas*. In: Anais do XXIII Simpósio Nacional de História - ANPUH. Londrina : Editorial Midia, 2005. CD-ROM.

## **FONTES PRIMÁRIAS**

*Correspondências de Polícia* – Arquivo Público Mineiro. Notação POL 8 Cx. 8. Série 2 – Correspondência Expedida

*Juiz de Fora – Século XIX* – Artigos publicados no “*Jornal do Comércio*” de Juiz de Fora, comemorando a entrada do século XX – Juiz de Fora – Typographia Central, 1901.

*Posturas da Câmara Municipal da Villa de Santo Antônio do Parahybuna*. Rio de Janeiro: Empresa Typográfica Dous de Dezembro – 1853. Exemplar digitalizado disponível para pesquisa no Centro de Memória da Biblioteca Murilo Mendes.

*Posturas da Câmara Municipal da Cidade do Parahybuna da Província de Minas Geraes*. Rio de Janeiro: Typographia de Soares & Irmão - 1860. Exemplar disponível para pesquisa no Arquivo da Cidade de Juiz de Fora.

## **JORNAIS CITADOS:**

*Diário da Tarde*

Juiz de Fora, 03 de maio de 1899.

Juiz de Fora, 13 de maio de 1899

*Diário Mercantil*

Juiz de Fora, 10 de março de 1912.  
 Juiz de Fora, 22 de março de 1912.  
 Juiz de Fora, 23 de março de 1912  
 Juiz de Fora, 23 de maio de 1912.  
 Juiz de Fora, 04 de abril de 1913.  
 Juiz de Fora, 06 de abril de 1913  
 Juiz de Fora, 04 de junho de 1913  
 Juiz de Fora, 08 de fevereiro de 1914.  
 Juiz de Fora, 24 de julho de 1914  
 Juiz de Fora, 30 de agosto de 1914.  
 Juiz de Fora, 02 de setembro de 1914.  
 Juiz de Fora, 30 de setembro de 1914.  
 Juiz de Fora, 13 de fevereiro de 1915.  
 Juiz de Fora, 17 de janeiro de 1917  
 Juiz de Fora, 06 de fevereiro de 1918

*“Jornal do Comércio”*

Juiz de Fora, 10 de janeiro de 1897  
 Juiz de Fora, 25 de janeiro de 1897  
 Juiz de Fora, 12 de fevereiro de 1897  
 Juiz de Fora, 07 de abril de 1897  
 Juiz de Fora, 09 de abril de 1897  
 Juiz de Fora, 10 de abril de 1897  
 Juiz de Fora, 29 de maio de 1897  
 Juiz de Fora, 17 de junho de 1897  
 Juiz de Fora, 25 de agosto de 1897  
 Juiz de Fora, 15 de novembro de 1897  
 Juiz de Fora, 16 de dezembro de 1897  
 Juiz de Fora, 26 de dezembro de 1897  
 Juiz de Fora, 30 de dezembro de 1897  
 Juiz de Fora, 04 de julho de 1898  
 Juiz de Fora, 10 de julho de 1898  
 Juiz de Fora, 27 de novembro de 1898  
 Juiz de Fora, 05 de março de 1899  
 Juiz de Fora, 28 de abril de 1899  
 Juiz de Fora, 29 de abril de 1899  
 Juiz de Fora, 11 de maio de 1899  
 Juiz de Fora, 04 de junho de 1899  
 Juiz de Fora, 11 de junho de 1899  
 Juiz de Fora, 14 de junho de 1899  
 Juiz de Fora, 22 de julho de 1899  
 Juiz de Fora, 23 de junho de 1899  
 Juiz de Fora, 04 de julho de 1899  
 Juiz de Fora, 07 de dezembro de 1899  
 Juiz de Fora, 28 de março de 1900  
 Juiz de Fora, 04 de outubro de 1900

Juiz de Fora, 17 de outubro de 1900  
 Juiz de Fora, 17 de março de 1901  
 Juiz de Fora, 22 de abril de 1902  
 Juiz de Fora, 25 de agosto de 1903.  
 Rio de Janeiro, 06 de setembro de 1903  
 Juiz de Fora, 08 de setembro de 1903.  
 Juiz de Fora, 09 de setembro de 1903.  
 Juiz de Fora, 20 de maio de 1911  
 Juiz de Fora, 12 de setembro de 1911  
 Juiz de Fora, 20 de julho de 1913  
 Juiz de Fora, 04 de outubro de 1913  
 Juiz de Fora, 29 de novembro de 1913  
 Juiz de Fora, 20 de dezembro de 1913  
 Juiz de Fora, 13 de janeiro de 1914  
 Juiz de Fora, 08 de maio de 1914  
 Juiz de Fora, 13 de junho de 1914  
 Juiz de Fora, 12 de setembro de 1914  
 Juiz de Fora, 02 de outubro de 1914  
 Juiz de Fora, 15 de maio de 1915  
 Juiz de Fora, 26 de novembro de 1915  
 Juiz de Fora, 05 de outubro de 1916

#### *O Dia*

Juiz de Fora, 29 de maio de 1920

#### *“O Pharol”*

Juiz de Fora, 23 de setembro de 1884.  
 Juiz de Fora, 07 de fevereiro de 1885.  
 Juiz de Fora, 06 de março de 1885  
 Juiz de Fora, 1º de agosto de 1885.  
 Juiz de Fora, 22 de janeiro de 1914

### **ESPETÁCULOS TEATRAIS:**

Peça Teatral Cigana em um Ato. Trecho do texto que compõe o roteiro de *“Além da Lenda”*, que estreou em Curitiba em 2000 e foi apresentada em várias cidades no Brasil. O texto (Cláudio Iovanovitch), a direção e os atores da peça são ciganos. Roteiro disponível em <http://dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/index.html>. Acesso em 02/06/2005

*Ciganos*: Espetáculo teatral do grupo Ponto de Partida, com roteiro de Regina Bertola, baseado no livro homônimo de Bartolomeu Campos de Queirós.

### **OUTROS:**

Boletim *Destaque SEPPPIR*. — Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural - Ministério da Cultura - 09 a 15 de abril de 2005 – nº 32 – Ano 1. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/seppir/informativos/destaque.htm#>. Acesso em 17/09/2005.

*Boletim Repórter Social.*

[http://www.reportersocial.com.br/noticias\\_print.asp?id=1131&ed=direitos%20humanos](http://www.reportersocial.com.br/noticias_print.asp?id=1131&ed=direitos%20humanos) -  
Acesso em 31 de maio de 2006

I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial: Brasília, 30 de junho a 2 de julho de 2005: *Relatório Final*/ Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Brasília: Secretaria Especial de Políticas da Igualdade Racial, 2005. Documento disponível em <http://www.presidencia.gov.br/seppir>. Acesso em 11/05/2006.

*NOTÍCIAS SID* – Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural – MinC Ministério da Cultura– Diversas Notícias – Busca ciganos. Disponível em: – [http://www.cultura.gov.br/noticias/noticias\\_do\\_minc](http://www.cultura.gov.br/noticias/noticias_do_minc)

Revista A Rede. Edição nº 15 – Junho de 2006.  
[http://www.arede.inf.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=605&Itemid=99](http://www.arede.inf.br/index.php?option=com_content&task=view&id=605&Itemid=99)  
Acesso em 05/07/2006.

## ANEXO

### ENTRE AS TRADIÇÕES E A CIDADANIA: OS CIGANOS BRASILEIROS NA I CONFERÊNCIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL.

A principal reivindicação dos ciganos é ter acesso a todos os bens e serviços disponíveis ao restante da população, reconhecimento como minoria étnica e não omissão do governo brasileiro.

Cláudio Iovanovitchi<sup>1</sup>

Segundo informações da Secretaria da Diversidade e Igualdade Cultural, do Ministério da Cultura, não existem no Brasil recentes políticas anti ou pró-ciganas, ou leis que contemplem exclusivamente as minorias ciganas. A Constituição Federal do Brasil de 1988 atribuiu ao Ministério Público Federal a defesa dos direitos e interesses indígenas (Art. 232), o que antes era atribuição da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), o que levou à criação da CDDIPI (Coordenadoria de Defesa dos Direitos e Interesses das Populações Indígenas). A proteção e interesse relativos a outras minorias étnicas, em termos gerais, tornaram-se responsabilidade do Ministério Público Federal somente em 1993, através da Lei Complementar 75 (20/05/1993), mas só em 1994, quando a CDDIPI foi substituída pela 6ª Câmara de Coordenação e Revisão dos Direitos das Comunidades Indígenas e Minorias, foram citados especificamente preocupações com políticas públicas que abrangessem as comunidades quilombolas e ciganas.<sup>2</sup>

Talvez tenha sido essa a medida facilitadora que possibilitou a representação e inclusão de propostas específicas sobre as comunidades ciganas na *I Conferência Nacional da Promoção da Igualdade Racial* (CONAPIR), ocorrida em Brasília no período de 30 de junho a 02 de julho de 2005, como parte das atividades ligadas ao *Ano Nacional da Promoção da Igualdade Racial*, instituído pelo governo federal através de um decreto de 31/12/2004. Esse evento resultou em um documento bastante importante. Trata-se do Relatório Final da I

---

<sup>1</sup> Depoimento ao Boletim *Destaque SEPIR*. — Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural - Ministério da Cultura - 09 a 15 de abril de 2005 - nº 32 - Ano 1. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/seppir/informativos/destaque.htm#>. Acesso em 17/09/2005.

<sup>2</sup> *Notícias SID* - Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural - MinC - Ministério da Cultura-26/01/2006 - [http://www.cultura.gov.br/programas\\_e\\_acoes/identidade\\_e\\_diversidade\\_cultural/noticias](http://www.cultura.gov.br/programas_e_acoes/identidade_e_diversidade_cultural/noticias)

Conferência Nacional da Promoção da Igualdade Racial<sup>3</sup>, onde se encontram um total de 97 propostas aprovadas que se vinculam às políticas públicas pleiteadas por minorias étnicas, e incluem os ciganos, sendo, entre estas, 19 especificamente ligadas aos mesmos. Consideramos esse documento de fundamental importância, já que, as propostas específicas vinculadas aos ciganos nele contidas foram definidas em encontros preparatórios que antecederam ao evento, quando lideranças ciganas se reuniram para a formulação das mesmas.

De acordo com o Relatório Final, foram explicitados três objetivos principais, os quais orientaram a I CONAPIR:<sup>4</sup>

- Refletir sobre a realidade brasileira, do ponto de vista da sociedade e da estrutura do Estado, considerando os mecanismos de reprodução da discriminação, do racismo e das desigualdades raciais.
- Avaliar as ações e políticas públicas desenvolvidas para a promoção da igualdade nas três instâncias de governo – municipal, estadual e federal, bem como o cumprimento dos compromissos internacionais objetos de acordos, tratados e convenções.
- Propor diretrizes para a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial e Étnica considerando a perspectiva de gênero, cultura e religião.

Nesse evento, os ciganos brasileiros são ouvidos pela primeira vez em caráter oficial na História do Brasil, e pleiteiam, de maneira geral, seus direitos de cidadania como consequência de sua inclusão em campanhas de saúde, educação, solidariedade, fraternidade e respeito à diversidade no país. Todas as reivindicações dos ciganos, conforme veremos a seguir, consideram o caráter nômade das famílias e/ou grupos, assim como suas necessidades de acesso a bens e serviços de qualidade, que atendam à sua especificidade cultural.

O conteúdo do Relatório Final da *I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial* - CONAPIR, divulgado em novembro de 2005, é resultante da adesão do Brasil a uma agenda mundial que propõe uma mudança de paradigma nas relações sociais e políticas no combate à discriminação racial, iniciada com a *III Conferência Mundial Contra o Racismo*,

---

<sup>3</sup> I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CONAPIR: Brasília, 30 de junho a 2 de julho de 2005: *Relatório Final*/ Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Brasília: Secretaria Especial de Políticas da Igualdade Racial, 2005.

<sup>4</sup> Relatório Final da I CONAPIR. *Op. Cit.* P. 11

*Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*, realizada em Durban, África do Sul, em 2001.

Acreditando ser o citado Relatório um documento fundamental para a atualidade e de cunho riquíssimo enquanto fonte Histórica, também para futuras abordagens, o nosso olhar sobre ele teve como objetivo selecionar a presença e o perfil das propostas que envolvem as comunidades ciganas.

Foram observadas tanto as de caráter mais abrangente, ou seja, tópicos onde os ciganos são incluídos em reivindicações comuns aos afro-descendentes, indígenas, comunidades quilombolas, entre outros, como judeus, árabes e palestinos, e aquelas específicas, definidas em encontros preparatórios que antecederam o evento principal.

Estas, apesar de representarem um pequeno número, reúnem as principais reivindicações de inclusão em políticas públicas em instâncias diversas, considerando as especificidades da comunidade cigana, e são capazes de resumir a situação socialmente difícil em que se encontram a maioria dos ciganos brasileiros nos dias atuais, tornando perceptível, inclusive, uma marcante fragilidade na articulação política desses grupos.

Encontramos no Relatório, objeto de nosso estudo, um total geral de 1045 propostas, distribuídas em doze eixos temáticos principais.<sup>5</sup> Não foram encontrados eixos temáticos que atendessem a alguma especificidade dos ciganos e muitas propostas se estenderam aos ciganos no decorrer da Conferência, por isso estão incluídas em eixos temáticos com denominações específicas, como por exemplo, *Mulher Negra*. As propostas que dizem respeito aos ciganos estão diluídas em dez eixos temáticos, somando 97 propostas de cunho comum com outros grupos (sobretudo negros, índios e quilombolas) e 19 propostas específicas, totalizando 116 propostas que tratam da temática cigana, ou seja, pouco mais de 11% do total das mesmas, conforme podemos perceber no quadro a seguir:

---

<sup>5</sup> “O processo democrático de construção da I Conapir envolveu governos estaduais e municipais; os poderes legislativo e judiciário; instituições públicas e privadas; e a sociedade civil. Participaram desse movimento mais de 90 mil pessoas, por meio das 26 conferências estaduais e da conferência do Distrito Federal, precedidas de etapas municipais e/ou regionais que mobilizaram 1.332 municípios, cerca de 25% da totalidade de municípios brasileiros. Esse processo compreendeu ainda reuniões temáticas (mulheres, juventude, religiosos); a Audiência Cigana; e as Consultas Quilombola e Indígena, que legitimam, assim, a representação das(os) 1.136 delegadas(os) de todos os segmentos e a força deste relatório.” Trecho do Prefácio do Relatório Final da I CONAPIR, escrito pela Ministra Matilde Ribeiro. *OP. Cit.* Págs. 8 e 9.



<b>EIXOS TEMÁTICOS</b>	<b>Total de propostas aprovadas na I CONAPIR</b>	<b>Propostas de outros grupos étnicos incluíram ciganos</b>	<b>Propostas específicas abrangendo a Comunidade Cigana</b>
Trabalho e Desenvolvimento Econômico	90	13	01
Educação	165	13	07
Saúde	87	20	01
Diversidade Cultural	132	20	02
Direitos Humanos e Segurança Pública	113	06	06
Brasil Quilombola	90	-	-
População Indígena	110	-	-
Juventude Negra	65	01	-
Mulheres Negras	87	15	01
Religiões de Matriz Africana	63	02	01
Política Internacional	33	04	-
Fortalecimento Organizações Anti-Racismo	10	03	-
<b>TOTAL</b>	<b>1045</b>	<b>97</b>	<b>19</b>

Selecionamos e reproduzimos a seguir o teor de algumas propostas que incluem referências aos grupos ciganos, agrupando as mesmas por eixos temáticos, incluindo tanto as de caráter geral como específico.

Destaques no eixo temático Trabalho e Desenvolvimento Econômico:<sup>6</sup>

8. Garantir a documentação básica – carteira profissional, CPF, carteira de identidade, certidão de nascimento, título de eleitor, entre outros – para pessoas de comunidades negras rurais e urbanas, quilombolas, indígenas e ciganas.

10. Criar um fundo de apoio financeiro às comunidades negras, ciganas e indígenas para a produção sustentável de bens materiais e culturais.

<sup>6</sup> Relatório Final da I CONAPIR. *Op. Cit.* Páginas 14 a 23.

55. Destinar recursos sem contingenciamento para pesquisas e difusão de tecnologias direcionadas a comunidades quilombolas, indígenas, ciganas e assentamentos.
61. Criar indicadores socioeconômicos que contemplem as peculiaridades culturais e sociais da população negra, indígena e cigana.
62. Realizar diagnósticos para identificar perfil ou vocação econômica das comunidades quilombolas, indígenas, ciganas e negras urbanas e rurais, considerando as especificidades de cada região.
76. Realizar seminários, conferências, fóruns, congressos e outros eventos com o objetivo de promover a igualdade racial, garantindo ampla participação da juventude negra, GLBTT, indígena, cigana e de outros segmentos, com publicação de material didático e pedagógico.
90. Garantir aposentadoria aos ciganos e ciganas que alcancem a idade necessária e que possam ter os mesmos direitos atualmente garantidos aos trabalhadores rurais pelo INSS.

Destaques no eixo temático que trata da Educação:<sup>7</sup>

18. Implementar em todas as instâncias de ensino a perspectiva racial e de gênero desde a educação infantil, assegurando a integridade física e psicológica das crianças negras, indígenas, quilombolas e demais etnias historicamente discriminadas, especialmente árabes, palestinos, judeus e ciganos, no sentido de prevenir práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias.
37. Estimular a contratação de professores ciganos e das demais minorias étnicas.
59. Promover campanhas educativas e a criação de cartilha relacionada à etnia cigana, com divulgação em escolas públicas municipais e estaduais; eliminarem materiais didáticos expressões que apresentem a etnia cigana de maneira difamatória e capacitar professores do ensino fundamental e médio para prevenir discriminações.
76. Estimular, por intermédio de instituições de fomento, o desenvolvimento de linhas e grupos de pesquisa sobre a temática da diversidade cultural dos afro-brasileiros, indígenas e ciganos.
86. Estimular os estudos dos costumes dos ciganos nas universidades federais e estaduais nos cursos afins.
119. Promover capacitação de professores (as) sobre o holocausto e inquisição, bem como promover pesquisas e divulgar os resultados sobre esses temas.

---

<sup>7</sup> *Idem*. Páginas 23 a 36.

144. Criar uma escola específica que respeite e valorize a cultura cigana.
145. Criar uma escola móvel, itinerante, para alfabetização dos ciganos, crianças, adolescentes e adultos nômades.
146. Promover e criar cursos de alfabetização diferenciada às crianças ciganas, por meio de unidades móveis com programas e profissionais capacitados para uma alfabetização rápida, eficaz e bilíngüe.
152. Estimular a inclusão dos ciganos nos conselhos de educação.
163. Criar centros de referências bibliográficas e pesquisa sobre as culturas, negras, ciganas, indígenas, árabes, palestinas e judaicas.
164. Apoiar os estudos e pesquisas sobre a história, cultura e tradições da comunidade cigana – Ciganologia.

Destaques no eixo temático Saúde:<sup>8</sup>

1. Promover a saúde das populações negras, indígenas e ciganas saneamento, educação, meio ambiente, trabalho, lazer, cultura, religião, transporte e moradia.
18. Garantir centros de referências e contra-referências em unidades de saúde localizadas próximas a quilombos, reservas indígenas e acampamentos ciganos.
28. Estender o programa de planejamento familiar para as comunidades afrodescendentes, indígenas, ciganas e tradicionais, dando ênfase à paternidade responsável.
33. Garantir a presença de ginecologista mulher nas unidades móveis, para que as mulheres ciganas possam realizar seus exames preventivos e de pré-natal sem criar constrangimentos dentro de sua comunidade.
37. Exigir a inserção e o respeito ao etnoconhecimento dos(as) indígenas, ciganos(as), população de comunidades tradicionais e quilombolas. Instituir atendimentos diferenciados nessas comunidades, valorizando os conhecimentos tradicionais: de parteiras, remedieiros, raizeiras, pajés e benzedeiros.

Destaques no eixo temático Diversidade Cultural:<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> *Idem.* Páginas 37 a 46.

<sup>9</sup> *Idem.* Páginas 46 a 57.

3. Reconhecer a imensa dívida para com negras(os) e ciganas(os), assumindo que houve negligência do Estado brasileiro para incorporá-los(as) plenamente à sociedade nacional o que contribuiu para a formação de estereótipos sobre esses grupos.
7. Desenvolver e ampliar ações afirmativas em todas as políticas sociais públicas para enfrentar preconceitos e discriminações contra afro-descendentes, indígenas, judeus, árabes, palestinos e povos nômades.
17. Fomentar manifestações culturais das diferentes culturas que compõem a nação brasileira: afrodescendentes, indígenas, judeus, árabes, palestinos e povos nômades.
21. Incluir a cultura cigana no Decreto n.º 1.494, de 17/05/1995 (DOU 18/05/1995) que regulamenta a Lei n.º 8.313, de 23/12/1991, que estabelece a sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).
59. Desenvolver políticas e projetos de proteção ao patrimônio cultural cigano, considerando que seu conhecimento histórico, medicinal, das artes divinatórias e o respeito e preservação da ecologia fazem parte do conhecimento tradicional da etnia cigana, divulgando seu acúmulo de forma a combater estereótipos e resgatar suas tradições.

Destaques no eixo temático Direitos Humanos e Segurança Pública:<sup>10</sup>

33. Promover o mapeamento dos acampamentos ciganos(as) de todo o país.
34. Fomentar políticas de estabelecimento de áreas de acampamento dotadas de infraestrutura e condições necessárias para as comunidades ciganas nômades no Brasil.
35. Garantir às barracas ciganas (Tcherias) o mesmo direito de inviolabilidade estabelecido pela Constituição Federal de 1988 às casas residenciais.
36. Incluir a Etnia cigana em toda e qualquer campanha de saúde, educação, solidariedade, fraternidade e respeito à diversidade.
37. Estimular que estados e municípios instituam o “Cartão Educação”, documento para viabilizar a matrícula de crianças e adolescentes ciganas, com celeridade, nas redes públicas estaduais e municipais, sempre que chegarem com suas famílias a uma nova cidade, sob pena de cominações civis e criminais do diretor da instituição de ensino que descumprir tal determinação.

---

<sup>10</sup> *Idem*. Páginas 58 a 68

38. Elaborar programas de atendimento social à população cigana e outros grupos nômades, que compreendam orientação e assistência gratuita na área jurídica, psicológica e social, facilitando o registro de nascimento e demais documentações legais.

105. Garantir uma política de assistência social na perspectiva de equidade para os segmentos sujeitos a graus mais elevados de riscos sociais, como as populações negra, quilombola, indígena e cigana, de imigrantes e refugiados(as).

Destaques no eixo temático Juventude Negra:<sup>11</sup>

63. Criar novas políticas nas instituições para reabilitação de jovens negros e indígenas e ciganos(as), principalmente na área de educação e geração de emprego e renda.

Destaques no eixo temático Mulher Negra:<sup>12</sup>

4. Reconhecer a especificidade cultural e social das mulheres negras, indígenas e ciganas e seu direito de inserção plena na sociedade nacional, com o respeito às diferenças e tradições milenares de cada povo.

41. Intensificar políticas que valorizem a imagem das mulheres negras, indígenas, quilombolas e ciganas nos meios de comunicação, visando à superação de antigos estereótipos e à valorização de seus papéis como agentes e participativas na sociedade.

50. Produzir e sistematizar dados, indicadores e informações relativos à seguridade social, à saúde e à educação que possibilitem o mapeamento da condição socioeconômica e a identificação das especificidades da realidade de mulheres negras, quilombolas, ciganas e indígenas.

70. Garantir a notificação de casos de violência sexual contra as mulheres negras, indígenas, quilombolas e ciganas.

82. Fornecer incentivos à comunidade cigana para permitir às mulheres ciganas terem os mesmos direitos de alfabetização, cultura e educação dos ciganos.

Destaques no eixo temático Religiões de Matriz Africana:<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup> *Idem.* Páginas 89 a 95. Nesse item encontramos um total de 65 propostas e, apesar de específico, o andamento dos trabalhos proporcionou que em uma delas foram incluídos os ciganos.

<sup>12</sup> *Idem.* Páginas 96 a 104. Como no caso acima, o tema foi estendido para outras etnias, sendo que aqui 16 propostas incluíram as mulheres ciganas.

<sup>13</sup> *Idem.* Páginas 105 a 112.

42. Garantir o respeito e a liberdade de expressão das crenças ritualísticas indígenas, de matriz africana, de ciganos(as), mulçumanos(as) e judeus(ias), assegurando a utilização de áreas tradicionais e o livre uso e posse de objetos sagrados, conforme preceito constitucional.

53. Garantir um espaço para o direito da expressão religiosa cigana.

54. Cumprir a lei de liberdade de credo, respeitando e reconhecendo as diversas religiosidades, religiões minoritárias, cultos afro-brasileiros, tradições religiosas orientais, ocidentais, encantarias e outras.

Destaques no eixo temático Política Internacional:<sup>14</sup>

3. Comprometer-se com políticas públicas de promoção de igualdade que incluam os árabes, árabe-palestinos, ciganos, indígenas, afro-descendentes e africanos na mídia nacional.

4. Garantir e fomentar as manifestações das diferentes culturas que compõem a nação brasileira e a maior aproximação entre elas, incluindo os povos nômades.

22. Implantar a decisão da Reunião Internacional de Estocolmo do ano 2000, subscrita pelo Brasil por intermédio do Ministro José Gregory, sobre o ensino sobre o holocausto nas escolas e universidades, estendendo essa decisão ao ensino da inquisição e perseguição aos povos indígena, cigano e negro e à política discriminatória e segregacionista.

Destaques no eixo temático Fortalecimento das Organizações Anti-Racismo:<sup>15</sup>

4. Criar um fundo específico para o fortalecimento social, econômico e político das populações indígenas, negras, ciganas e árabes.

9. Incentivar os segmentos negros, indígenas e ciganos a participarem dos diversos conselhos de políticas públicas.

A pouca representatividade numérica de propostas em relação ao conteúdo total do Relatório, demonstra que os ciganos estão ainda iniciando uma caminhada de mobilização política, fato que parece também ter sido identificado no decorrer do evento, já que, nos meses seguintes ao mesmo, e, de acordo com as diretrizes definidas no planejamento estratégico do Ministério da Cultura, foi publicada a Portaria nº. 2, de 17 de janeiro de 2006,

---

<sup>14</sup> *Idem.* Páginas 113 a 117.

<sup>15</sup> *Idem.* Páginas 118 a 119.

instituindo o Grupo de Trabalho de Políticas Públicas para a Cultura Cigana.<sup>16</sup> Esse GT, cujos trabalhos estão em andamento e deverão ser concluídos até 31 de dezembro de 2007, é coordenado pela Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (SID), e tem como principal objetivo formular e indicar políticas públicas por meio de uma metodologia de atuação que contemple um eficaz diálogo entre o Estado e as representações ciganas.

No dia 24 de maio de 2007 pela primeira vez na história do Brasil, celebrou-se, no Salão Negro do Ministério da Justiça, em Brasília, o Dia Nacional do Cigano. A escolha da data é em virtude desse dia ser festejado em várias partes do mundo em homenagem à Santa Sara Kali, padroeira dos povos ciganos. A solenidade comemorativa do Dia Nacional do Cigano reuniu cerca de 80 representantes da etnia cigana de diferentes estados brasileiros, além de diversas entidades e autoridades ligadas ao Governo Federal, com destaque para as ligadas a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, e à Secretaria da Diversidade e Igualdade Cultural, vinculada ao Ministério da Cultura.<sup>17</sup> Como parte das comemorações do dia, enumeram-se: o lançamento e a entrega do Relatório do Grupo de Trabalho para as Culturas Ciganas (GT), que é coordenado pela Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (SID/MinC) desde sua criação, em janeiro de 2006; o lançamento do carimbo e do selo cigano, por parte das Empresas Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), e o anúncio da Cartilha de Direitos da Etnia Cigana, por meio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

A importância desse acontecimento para os ciganos está resumido das palavras da calon, de São Paulo, Márcia Yáskara, que estava presente e assegura: “esse reconhecimento é o primeiro passo para a nossa cidadania. Existe muito preconceito. Nossa cultura está muito fragmentada. Se o presidente não fizesse isso, seria um genocídio cultural”.<sup>18</sup>

Promover a análise de uma documentação tão recente é sempre um exercício de risco, sobretudo para um historiador, como é nosso caso. Mas, pautados na idéia de que “o historiador, consciente ou não, faz para o passado as perguntas que sua própria sociedade lhe dirige”<sup>19</sup> e munidos de uma indispensável cautela, demarcada pelo não aprofundamento das questões observadas, certos de que o distanciamento temporal proporcionará uma melhor compreensão do contexto estudado, reconhecemos aqui, que o nosso maior intuito deve ser, nesse momento, o de levantar questões que possam enriquecer a discussão desse mesmo

<sup>16</sup> Portaria publicada no *Diário Oficial da União* – Seção 1 – Nº. 14 – em 19 de janeiro de 2006, P. 19.

<sup>17</sup> O *Dia Nacional do Cigano* foi instituído em 25 de maio de 2006 por meio de decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, ao assinar o ato, reconheceu a importância da contribuição da etnia cigana no processo de formação da história e da identidade cultural brasileira.

<sup>18</sup> Depoimento registrado na página do Ministério da Cultura. [http://www.cultura.gov.br/noticias/na\\_midia/index.php?p=26721&more=1](http://www.cultura.gov.br/noticias/na_midia/index.php?p=26721&more=1) - Acesso em 28 de maio de 2007.

<sup>19</sup> SCHIMITT, Jean-Claude. A História dos Marginais. IN: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.P. 264.

contexto com outros estudiosos sobre a temática cigana, muito mais do que registrar aspectos ou conclusões definitivas, a respeito das propostas citadas.

Por outro lado, com base no que temos percebido sobre a trajetória dos ciganos no Brasil, já consideramos bastante significativo o conteúdo de algumas propostas aprovadas durante a I CONAPIR, principalmente as que tratam de conquistas básicas, como, por exemplo, da documentação primária, do reconhecimento das especificidades culturais, sociais e econômicas desses grupos, além da urgente necessidade de se fazer um mapeamento dos acampamentos e um levantamento da população cigana que porventura tenha se sedentarizado no território brasileiro, especificando-se a quais grupos pertencem. Acreditamos que sem esses três pontos de partida, todas as outras propostas tornam-se ainda mais difíceis de serem concretizadas. Após essa base, talvez sejam as propostas ligadas à educação e à “desconstrução” de estereótipos e preconceitos seculares ligados aos ciganos as medidas mais emergenciais.

O maior desafio, porém, encontra-se na busca de compatibilidade entre a conquista da cidadania e a manutenção das práticas tradicionais seculares dos grupos ciganos, que, passadas oralmente através das gerações, se pressupõem fortalecidas em torno do segredo e mistério em torno das mesmas, sobretudo da língua (apesar de existirem diferenças de dialetos entre os grupos), como uma forma de proteção à sua cultura, modo de viver e sua própria sobrevivência.

Mesmo reconhecendo o abismo e os percalços que normalmente separam tanto as idéias como a legislação da prática, do mundo real e do cotidiano, consideramos a participação dos ciganos na I CONAPIR como um primeiro passo, esperamos, satisfatório, inclusive para que também eles próprios percebam a importância e a necessidade de se reler e reescrever sua História, já que o quadro de intolerância bilateral construído através dos tempos entre os ciganos e não-ciganos só parece ter contribuído para uma situação de desconhecimento mútuo e, principalmente, de um distanciamento insustentável dos grupos ciganos dos pressupostos básicos da cidadania.